

LISBOA

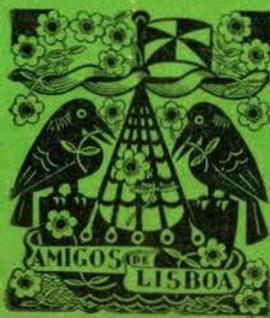
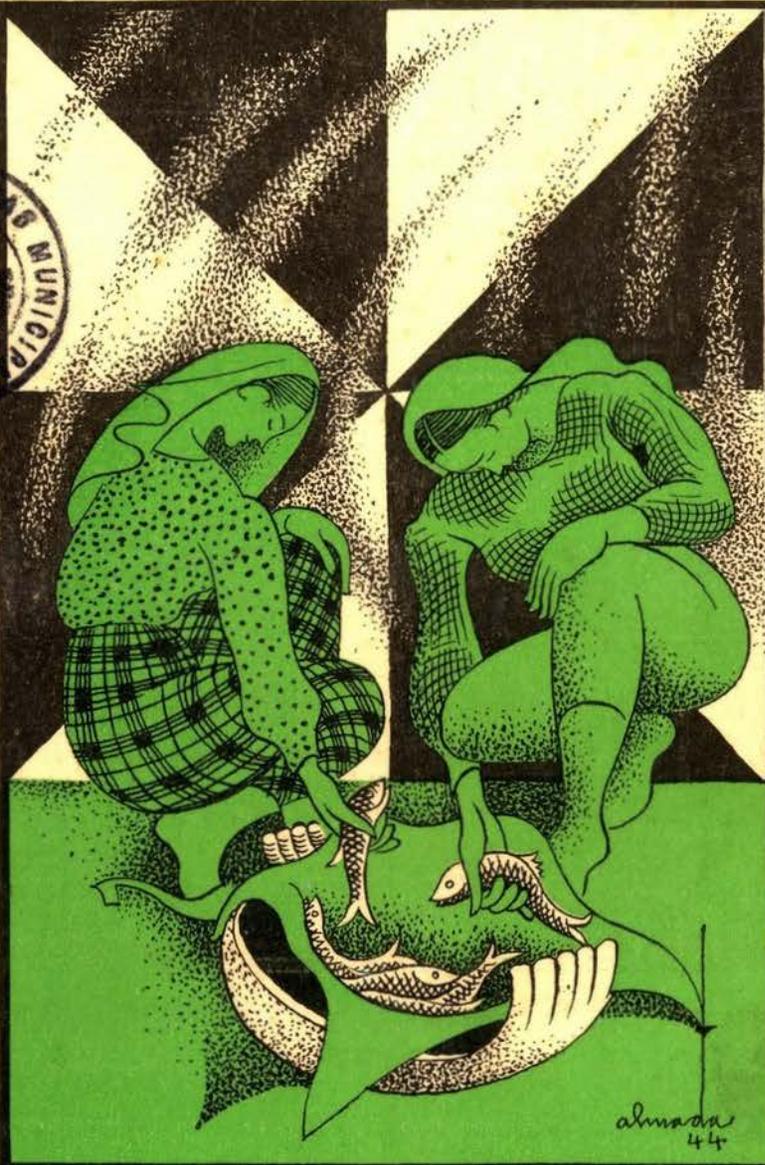
BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO XII
N.º 46

ABRIL
1949



MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Rua da Palma, 26-28 LISBOA Telefone 2 8 5 0 3

Ourivesaria, Relojoaria e Joalharía

Grande sortido em monogramas
em ouro e prata para carteiras

Há sempre jóias em 2.^a mão ■■■■ Tudo mais barato

OURO SÓ PELO PESO

Compra-se Ouro, Prata e Brilhantes

DESCONTOS ESPECIAIS A TODOS OS
«AMIGOS DE LISBOA»

Especialidade em anéis, medalhas, alfinetes, etc.,
com retratos esmaltados em todos os formatos

4 objectos indispensáveis num lar moderno



Enviem-se catálogos e fazem-se demonstrações em qualquer parte do Continente

ELECTROLUX, LIMITADA

LISBOA
Av. da Liberdade, 141
Telef. 28246/29570/32901

COIMBRA
R. Simões Castro, 158-2.º

PORTO
Pr. da Liberdade, 123
Telef. 23033

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA

Rua dos Fanqueiros, 15-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

**A. Pinto Basto
& C.^A, L.^{DA}**

L I S B O A

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES

(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC.—ETC.

N O P O R T O

**Kendal, Pinto Basto
& C.^a L.^{da}**

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

■ ■ ■ ■ ■
Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

■ ■ ■ ■ ■
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: **BENSAÚDE** — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.ª classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º

Telef. 20214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.º, L.ª

Em S. Miguel

BENSAÚDE & C.ª, L.ª

INSTANTANEAMENTE
SEM FADIGA
A CHAMA
SALTA ...



TELE { FONES: 58135-58136
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição
R I B E I R O

MARCA REGISTRADA

SIMÕES & C.^A, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

F U N D A D A E M 1 9 0 7

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e roupa de malha para homens, senhoras e crianças, em algodão, lã e seda

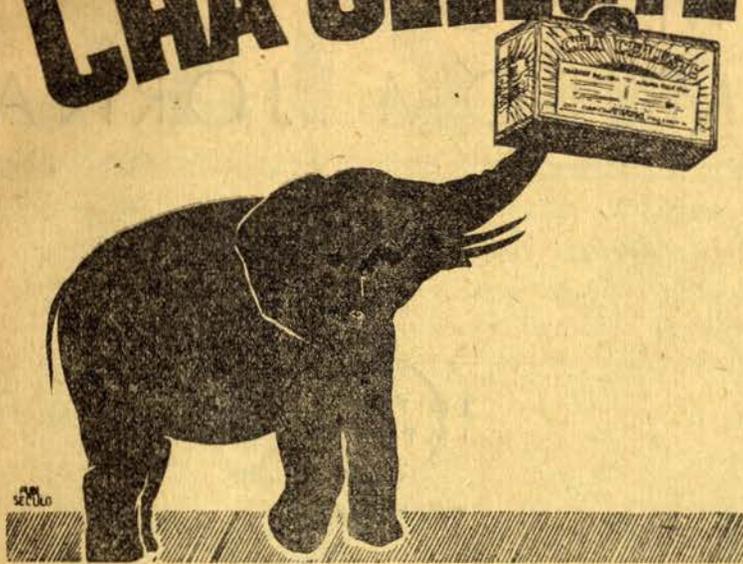
**CRIADORA DA BEM CONHECIDA E ACREDITADA MEIA NYLON «SUPREMA»
E DAS ROUPAS « SUPREMA »**

MARMORES E CANTARIAS DE PERO PINHEIRO - ESTREMOZ, L.^{DA}

SEDE:
PERO PINHEIRO
Telef. PP 55

ESCRITÓRIO EM LISBOA
P. RESTAURADORES, 65-1.º D.º
Telef. 2 4184

CHÁ CELESTE



CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4

Oferta

27. JUL. 1988

ANO XII

ABRIL DE 1949

NÚMERO 46

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL OLISIPO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMARIO

- 
- FANTASIA SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo *Engenheiro A. Vieira da Silva*.
 - O CONVENTO DE S. DOMINGOS, pelo *Padre Ruela Pombo*.
 - BARTOLOMEU JOANES E O SEU TEMPO, por *Henrique Linhares de Lima*. (Continuação).
 - OS PAÇOS DE XABREGAS, por *Ferreira de Andrade*. (Conclusão).
 - ASSEMBLEIA GERAL DE 1949.
 - CASA HAVANEZA, por *M. S.*
 - MOVIMENTO CULTURAL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA

pelo Eng.º A. VIEIRA DA SILVA

«Que Reyno? que cidade? que lugar humilde, não se preza de fundações antigas, e qualificadas?».
«Qual não pretende ser fundação de Phenicios, Tyrios, Gregos, Carthagineses, Romanos?»

LUÍS MARINHO DE AZEVEDO

E dizemos fantasias porque, sendo numerosas as conjecturas que têm sido formuladas sobre a origem deste nome, todas ou quase todas se baseiam em hipóteses melhor ou pior engendradas, sem que todavia se tenha ainda conseguido chegar a uma conclusão com a certeza de ser a verdadeira.

Não vamos fazer a crítica nem a apresentação completa da documentação que tem sido invocada para comprovação dessas várias hipóteses, coisas que se podem estudar nos livros dos autores antigos e modernos que desenvolvidamente têm tratado do assunto. Mas simplesmente vamos passar em revista as principais dessas diferentes conjecturas, para dar a conhecer aos leitores do nosso *Boletim* uma resenha do muito que a este respeito se tem publicado, mas deixando o caso ainda aberto a novas investigações.

a) — *Povos pré e proto-históricos da região de Lisboa.* — A descoberta de várias estações paleolíticas, neolíticas e eneolíticas nos arredores dos montes do Castelo de S. Jorge e de Monsanto, e o achado de instrumentos e objectos das indústrias das mesmas épocas, mostraram que a região de Lisboa se achava muito povoada em eras pré-históricas.

Vieram povos de diversas raças e proveniências, que sucessivamente aqui se substituíram e sobrepuzaram, prosseguindo a vida e o desenvolvimento do povoado o seu ritmo mais ou menos acidentado, mas cujas características completamente ignoramos.

A povoação estava criada; foi necessário dar-lhe um nome. Esse nome variou naturalmente conforme as línguas dos povos primitivos que ocuparam o povoado, mas o seu eco não chegou até nós.

Um desses povos foram os Celtas, provindos das regiões do Mar do Norte, que para aqui vieram no século VIII ou VII A. C., e estes

deixaram, como vestígios da sua ocupação, alguns nomes ou raízes de nomes de várias terras da Península Ibérica.

Os Cartagineses acalentaram a esperança de dominar toda a Península, e conquanto grande parte dela tivesse estado sob o seu jugo cerca de 3 séculos (500 a 206 A. C.), acabaram por ser derrotados e por ceder o lugar aos romanos, nos princípios do século II A. C.

b) — *Latim bárbaro falado na região de Lisboa.* — É intuitivo, como dissémos, que na região de Lisboa se deviam falar as línguas dos povos dominadores, e naturalmente misturadas ou coexistentes. Mas, durante a romanização da Península, foi-se o latim substituindo aos diversos idiomas anteriores, conservando ou adoptando algumas palavras, raízes, ou terminações indígenas.

A assimilação do latim pelos íncolas deve ter começado com a conquista definitiva da Lusitânia, nos princípios do século II A. C.; e no século III da nossa era já não devia falar-se aqui senão um latim bárbaro ou deformado pelo povo, origem da língua portuguesa.

Já havia corrido mundo o Velho Testamento, e eram conhecidos os personagens bíblicos Noé e sua descendência, e bem assim a história do herói grego Ulisses, por intermédio dos poemas de Vergílio e Homero.

c) — *Latim clássico ou erudito.* — Foi por esse tempo em que os romanos dominavam na Península que os geógrafos e escritores gregos e latinos escreveram as obras em que mencionam ou tratam da existência de Lisboa, deformando ou adaptando o nome que andava na linguagem do povo, segundo a voz que lhes soava ao ouvido.

Os oficiais canteiros da região de Lisboa, em todas as inscrições em que tinham de gravar o nome da cidade, faziam-no sempre sob a forma *Olisipo-onis*, e o adjectivo seu derivado *Olisiponensis*; essas inscrições, geralmente acompanhadas do nome honorífico *Felicitas Julia*, são todas posteriores ao nascimento de Cristo.

Mas os escritores latinos, além desta grafia, também usavam *Olysippo*, *Olisipona*, *Vlysippo*, *Vlysipona* e *Vlixippona*, e ainda outras pequenas variantes.

Estrabão e outros historiadores gregos escreviam *Olíosipon*, com o elemento *ipo* ou *ippo*, que parece ser de origem fenícia, o qual, declinado pelos latinos, deu *ipona*, que figura em *Olisipona*.

Nos documentos medievais portugueses dos primeiros reinados da monarquia aparece a palavra também escrita sob as formas *Olixbona* e *Ulixbona*, e idênticamente os adjectivos seus derivados.

d) — *Origem grega.* — O geógrafo Estrabão, que viveu em parte dos séculos I, antes e depois de Cristo, faz referência a uma cidade da

Panínsula chamada *Odyssea*, com um templo de Minerva, situada na actual Andaluzia, dizendo que havia sido fundada por Ulysses, que em grego se escreve *Odysseus*.

Uma errada interpretação do local da cidade fez com que mais tarde (cerca do ano 230 D. C.), o historiador romano Caio Júlio Solino a identificasse com *Olisipo*, atribuindo portanto a fundação desta cidade a *Ulyxi* (Ulisses). Daqui nasceu, no século III D. C., a lenda de Lisboa haver sido fundada por Ulysses, quando essa honra caberia, segundo Estrabão, à tal *Odyssea* da Andaluzia.

A substituição do *O* inicial da palavra *Olisipo* pelo *V*, em *Vlisipo* e seus derivados, nos textos dos antigos historiadores latinos e gregos, deve ter sido consequência da influência do nome do herói grego.

Esta origem da cidade e do seu nome foi adoptada por muitos escritores a partir do século XII, Osberno, Damião de Góis, etc., e especialmente por Frei Nicolau de Oliveira, que até fixou a data da fundação da cidade no ano 1181 depois do dilúvio universal, e 423 anos antes da fundação de Roma!

A ligação do nome de *Ulysses* ao de uma sua filha chamada *Bona*, que concluiria a fundação da cidade (!), originou a versão de *Ulissebona*, de que trata Gaspar Barreiros na sua *Chorographia*. (1).

Assim, para engrandecer os feitos do herói, atribuíram-lhe a criação da cidade. Mais tarde, para encomiar e enobrecer a cidade, coube a vez de se aproveitarem da fama do herói grego.

O sábio polígrafo Dr. Leite de Vasconcelos, inclinando-se para a etimologia ulissesca de Lisboa, parte da palavra *Olisipo* dos clássicos e das inscrições latinas, e faz a seguinte evolução do nome: *Olisipona* = *Ulyssipona* > *Lisbona* > *Lisbõa* > *Lisboa*.

e) — *Origem bíblica* — Outra origem do nome, mais remota na era, foi derivada de *Elisa*, bisneto de Noé, inventada no século XVII para nobilitar a cidade, atribuindo a sua fundação a personagens bíblicos.

Foi principal propagador desta ficção o capitão Luís Marinho de Azevedo (1652), que se baseou noutros escritores anteriores, que nomeia, e apurou que a fundação de Lisboa por Elisa se realizou aos 278 anos depois do dilúvio universal, e 1935 depois da criação do mundo!

Os sábios não estavam concordantes com respeito à data em que, depois do dilúvio, Ulisses ou Elisa deram a primeira cavadela para a fundação de Lisboa! Os seus cálculos divergiam de quase um milénio!

Deste descendente do Patriarca Noé teria provindo o fantasiado

(1) *Chorographia de Alguns Lugares, etc.*, 1561, pág. 84.

nome *Elisipolis* ou *Elyssibona*, do qual se fazia derivar naturalmente o de *Olissipona*.

Esta etimologia serviu maravilhosamente ao médico belga João Gorópio (1570) e a outros autores para colocarem na região de Lisboa os *Campos Elisios*, local de bemaventurança de que falavam antigas lendas, mas que não se sabia ao certo onde deviam situá-lo.

f) — *Origem fenícia*. — Baseando-se nas conhecidas relações comerciais dos fenícios com as povoações da costa ocidental da Península, e portanto com a cidade de Lisboa, e também em similhaças de sons da pronúncia da palavra *Olisipo*, um sábio orientalista francês Samuel Bochart, que viveu na segunda metade do século XVII, imaginou o nome constituído por dois elementos fenícios *alis* e *ubbo*, cuja significação é *enseada amena*.

Esta derivação tem tido sequazes, Fr. Henrique Florez, Visconde de Castilho e outros, que a admitem como a mais verosímil origem do topónimo.

g) — *Origem hípica*. — Vários autores latinos, Terencio Varrão (117 a 27 A. C.), Caio Plínio Segundo (23 a 69 D. C.) e outros, propalaram a lenda de as velozes éguas dos campos dos arredores de Lisboa conceberem do vento.

Evocando este facto, decompuseram a palavra *Oliosippon* em *Olios* e *Hippon*, que em grego significa *Lugar de Cavalos*, o que por alguns é aceite como a verdadeira origem do nome da cidade, mas que outros rejeitam.

h) — *Origem mitológica*. — O Professor Dr. Mendes Correia, baseando-se nas analogias de nomes com os de uns personagens mitológicos do diálogo *Crítias* de Platão (século IV A. C.), notou que o nome dum semi-deus *Elassippon*, produto do conúbio do deus Neptuno com a mortal Clito, poderia ser a origem da palavra *Olisippo*, tanto mais que aquele termo é também um substantivo grego comum, que significa: *que lança os cavalos na corrida* ou *condutor de cavalos*, onde se entrevê uma vaga alusão aos velozes cavalos filhos das éguas que concebiam do vento. E estas coincidências, conjuntamente com outros argumentos⁽²⁾, levaram este sábio polígrafo a estabelecer a transmutação de *Elassippon* em *Olisippo*, o que não repugna às regras da derivação fonética.

i) — *Origem ultra-fantasia*. — A um padre alemão Joh. Leuering, que passou por Lisboa em 1944, deve-se uma etimologia curio-

(2) Podem ver-se no seu livro: *Da Biologia á Historia*, 1934.

sa do nome, baseada na *ordem do espaço*. Diz ele, decompondo a palavra *Olisipone*, que a sílaba básica *pon* significa *quadrado* ou *lugar sagrado*; *Ol* significa *altura*; *si* caracteriza mais um reforço ou o levantamento. E sendo assim, *Olisipone* significaria: *a altura do grande lugar sagrado!*

j) — *Origem poética*. — Foi inventada por Gil Vicente. Era *Lisibeia* uma ninfa, filha de uma rainha da *Berbéria* e de um *príncipe marinho*, e que, tendo morrido, foi enterrada na montanha chamada *Feliz Deserta*, onde foi edificada a cidade que do seu nome se chamou *Lisboa*.

A ninfa parece simbolizar o rio *Lysus*, de que trataremos na alínea seguinte. A primeira parte do mitónimo, *Lis*, tira-se facilmente de *Lys-us*; a segunda parte, *beia*, é uma transformação talvez de *boa*, segunda parte da palavra *Lis-boa* ⁽³⁾.

Feliz seria reminiscência do título honorífico *Felicitas Julia*, com que Júlio Cesar agraciou a cidade.

k) — *Origem potamónima*. — Há pouco (1948) foi publicado pela Câmara Municipal de Lisboa um trabalho do Dr. Arlindo de Sousa, com o título *O Nome de Lisboa*.

Este estudioso professor, pesando as palavras de *Périplo* de Avieno, que parece datar de cerca do ano 530 A. C., identifica o rio *Ligus* do *Périplo* com o nosso Tejo, rectificando, porém, uma possível errónea leitura daquela palavra, e corrigindo-a para *Lysus*, donde se teria derivado *Lisus* e *Lusos*, que supõe ser um celtismo, ou a helenização de uma voz celta que soasse semelhantemente; talvez *Lys*, transformada pelo latim em *Lisus* e *Lusus*.

Nasce o rio Tejo ou *Lisus* na região dos povos *Luzones* (citados por Estrabão), no centro da Península, que do nome do rio derivariam o nome para si próprios; e seria esta a origem remota dos nomes *Lusitânia*, *O-lis-ipo*, e outros.

Era frequente, e muitos exemplos há, de os rios da Península Ibérica darem o nome a regiões ou terras por onde eles corriam, ou que banhavam. Até algumas vezes os antigos historiadores, apoiando-se em relações etimológicas, divinizavam os rios ou as terras, para ainda mais as celebrarem e imporem à veneração das gentes.

O elemento *O* é um prefixo ibérico. Foi adotado pelos antigos escritores para a formação do nome *Olisipo*, substituindo-o outros pela letra *V* na construção da forma *Vlysippo* ou *Ulyssipona*.

⁽³⁾ Interpretação do Dr. Arlindo de Sousa in: *O Nome de Lisboa*, 1948, pág. 62.

O sufixo *ipo*, *ippo*, ou *hippo* considera-o como uma voz de origem fenícia latinizada, significando *beleza* e *explendor*.

As conclusões deste investigador são muito bem deduzidas, e apoiam-se em numerosas citações de historiadores antigos e de escritores modernos.

1) — *Origem hídrica.* — O escritor precedente relaciona a raiz *Lisus* ou *Lusus* com o potamónimo presumível do Rio Tejo, o maior de todos os rios portugueses, e uma das maiores riquezas da capital.

Outro douto investigador o P.^o Agostinho Veloso, num trabalho que acaba de publicar: *Esta Palavra «Lisboa»*, (4) inspirou-se numa rápida nota do *Tratado da Conservação e Saude dos Povos* (5), do médico Dr. Ribeiro Sanches, que deriva *Lisboa* de *Lixbona*, com a significação de *água boa* ou *potável*.

Esta hipótese é, porém, modificada pelo P.^o A. Veloso que, com grande cópia de argumentos, sugere que a raiz *Lix* seria a maneira como soava aos ouvidos dos romanos, senhores da Península desde o século II A. C., uma voz celta *Lix*, que significaria *água termal*, levemente turva, como se estivesse misturada com cinza. De facto, *Lix* ou *Lixa* significa em latim (radical celta?) *aqua cinere mixta*.

Os romanos ter-lhe-iam adicionado o adjectivo latino *bona*, criando assim a palavra *Lixbona* ou *Luxbona*, e esta teria permanecido na linguagem popular com o significado de *Água Boa: potável*, segundo Ribeiro Sanches, ou *termal*, na hipótese do P.^o A. Veloso.

Num e noutro caso a formação da palavra é lógica, atendendo às boas águas potáveis da capital (Chafariz de El-Rei, da Rua Nova, do Poço da Fotéa, do Chafariz dos Cavalos ou de Alfama, etc) e dos seus arredores, e ao facto de as águas termais e minerais da região de Lisboa já serem conhecidas desde tempos imemoriais, tendo sido exploradas em estabelecimentos próprios (*Termas dos Cássios, dos Augustais*, e provavelmente *das Alcaçarias*), sendo por isso possível que, assim como as *Fontes Quentes (Alfama)* deram o nome ao local, também qualquer fonte termal ou o conjunto de todas as *Águas Boas (Lixbona)* que brotavam na região de Lisboa, tivesse sido considerado característico suficiente para transmitir integralmente o nome ao povoado.

Por outro lado, no latim literário usado pelos romanos que se ocuparam da geografia da Península e da cidade de Lisboa, foi usada a grafia *Olisipo* e *Olisipona*, que seria o som que aos ouvidos dos escritores mais se aproximava do que ouviam ao povo, e que eles, como

(4) Brotéria, vol. XLVIII, 1949.

(5) Lisboa, 1.^a ed., 1756; 2.^a ed. 1757.

eruditos, melhor relacionavam com o nome de *Ulisses*, já divulgado pelos poemas de Homero.

Havia, portanto duas variantes: uma espontânea e popular; outra, literária. Quando os mussulmanos invadiram a Península e se assenhoriaram da cidade, arabizaram a forma popular, com *x* e com *b*, pronunciando *Luxbona*, ou *Lixbona*, ou *Lixabona*. A ausência, na literatura árabe, das formas eruditas *Olisipo* ou *Olisipone* é realmente sintomática, e constitui um forte argumento a favor da hipótese do P.^o A. Veloso.

Assim se pode explicar o *x* da abreviatura *Lx.^a* de Lisboa, com origem possivelmente celta, adoptada na fala popular no tempo do domínio romano, e transmitida depois pela linguagem dos mussulmanos.

Na época da conquista cristã por D. Afonso Henriques, usou o cruzado Osberno a versão *Lixebona*, e Arnulfo *Ulixbona*; e nos primeiros reinados da monarquia ainda se escrevia *Olixbona* e *Ulixbona* ou *Vlixbona*, e idênticamente os seus derivados.

Diz o P.^o A. Veloso: «Ora, dada a presença dos celtas na Península, desde 6 séculos antes da era cristã, e a provável origem céltica do radical (*Lix*) de *Luxovium* (*), topónimo de nascentes termas, não será lícito ver, nestes factos, ao menos uma possibilidade de provir, desse tempo remotíssimo, a designação de Lisboa, à conta das águas termas de que é dotada, designação depois continuada, e ampliada com o qualificativo de *bona* no período romano, em cuja linguagem teria já entrado, depois de latinizado, o vocábulo celta?».

m) — *Conclusão*. — As duas últimas conjecturas relacionam a origem do nome de Lisboa com a ideia de *água*.

Águas banham a orla da cidade; águas abundam na região de Lisboa, umas potáveis e outras dotadas de propriedades de termicidade e de mineralização, suficientes para caracterizar e identificar o local onde brotavam, que é onde se levantou o povoado que hoje é Lisboa.

Na primeira conjectura o nome próprio *Lys* é o topónimo do Rio Tejo, água corrente; na segunda a raíz *Lix*, *Lixa*, ou *Lux* tem a significação de *água*, e designadamente de *água mineral*; parecendo depreender-se por isso que há entre os dois termos ou elementos uma relação semântica remota, que hoje nos escapa.

Não possuímos conhecimentos que nos permitam julgar como teria sido realmente a origem da palavra *Lisboa*, mas apreciando os vários argumentos aqui resumidos das dissertações mais ou menos extensas dos autores que deste assunto se têm ocupado, se nos fosse permitido

(*) Hoje *Luxeil-les-bains*, no departamento de Haut-Saône, em França, estância termal já conhecida antes da época romana.

ter uma opinião, inclinar-nos-famos francamente para a última hipótese apresentada, do P.^o A. Veloso, conjecturando que a palavra *Lixbona* ou *Luxbona*, com a significação de *Água Boa*, formada com um elemento celta e outro latino, proviria do linguajar popular latino, falado na Península desde o século II A. C., e transmitida com o mesmo som e grafia através da linguagem mussulmana, até aos princípios da época monárquica, alterada depois para *Lisboa*, como se usa na actualidade.

E que a palavra *Olisipo*, formada com elementos celtas, ibéricos e fenícios (?), e a variante *Ulissipo*, e seus derivados, seria uma forma literária ou erudita, baseada na popular como soava aos ouvidos dos geógrafos e escritores gregos e romanos, influenciada pela lenda e pelo nome do herói grego Ulisses, transmitida pelas suas obras de uns para outros, e que acabou por se perder, como se perdeu, admitindo que tenha chegado a usar-se, o nome honorífico *Felicitas Julia*, dado à cidade por Júlio César (100 a 44 A. C.).

E assim se pode abstrair da necessidade de se invocarem personagens bíblicos, semi-deuses e heróis lendários para a denominação duma coisa que se podia chamar por um nome comesinho, simples e de formação espontânea e popular, como sucedia com os nomes de povoações e outros, que originariamente se derivaram de circunstâncias ou acidentes peculiares dos locais, do que há numerosos exemplos.

Terá a conjectura do P.^o A. Veloso finalmente ultrapassado os limites da fantasia, e levantando a ponta do véu que até hoje tem ocultado o interessante e difícil problema da origem do nome da nossa capital?

Março de 1949.

O CONVENTO DE S. DOMINGOS

(Antes do Terramoto de 1755)

Um códice de posturas. — O Rossio da Feira.
— A venda de mantimentos.

pelo Padre RUELA POMBO

Nas suas gostosas crónicas alfacinhas — «Tempo Passado» — o Mestre Matos Sequeira, nas páginas 173-198, refere-se não só às alterações que o progresso ou o homem tem feito sobre a cidade de Lisboa, através dos tempos, mas também à devastação inconsciente e irresponsável dos vários Terramotos...

O de 1522 destruiu 200 casas; o de 1531 produziu muitas ruínas e fez numerosas vítimas; e o de 1571, o mais violento, arrasou cerca de 1.500 moradias.

Mas, com o de 1755 e respectivo incêndio, Lisboa sofreu, nas suas ruas ou fisionomia, na reconstrução, uma mudança radical: o Sebastião José, com o alinhamento geométrico da Baixa, que ficara arrasada, imortalizou o seu nome; sim, Senhores...

As duas Praças — a do Terreiro do Paço e a do Rossio — têm imponência e majestade: lá, a estátua de D. José, a cavalo; aqui, um D. Pedro brasileiro, pouco parecido, e em pé...



Num «Livro de Posturas», bastante volumoso, da Irmandade do Senhor Jesus do Convento de S. Domingos de Lisboa, que aqui tenho na minha mesa de trabalho, está arquivado um interessante Alvará de El-Rei D. Manuel I, com a data de 1521: foi depois confirmado pela Carta-Provisão de El-Rei D. João III, de 15 de Janeiro de 1533.

Os assuntos referidos são domésticos, cem por cento: — a compra diária de mantimentos pelas donas de casa, e a sua defesa económica. (Folhas 98, v.-102).

No Rossio e na Ribeira, onde se fazia praça, eram cometidos abusos com o preço dos géneros; por isso o Senado da Câmara, em defesa dos consumidores, por mais de uma vez, teve de tabelar, como hoje se faz, a carne, o peixe, os ovos, os frangos, a caça, o pão, o carvão, a palha...

No fim do reinado de D. Manuel I, os Almotacés das Execuções fizeram este acórdão: — «Que nenhuma pessoa, de qualquer estado e condição que seja, compre nem mande comprar Mantimentos alguns, — convém a saber: cabritos, galinhas ou frangos, nem outras algumas aves de pena, nem caças, nem frutas de qualquer sorte que sejam, nem favas, ervilhas, laranjas, cardos, nem uvas, nem agrão, nem outras quaisquer cousas que mantimentos sejam, — dentro das cinco léguas ao redor desta cidade de Lisboa, assim por terra como por mar; e, daquelas cousas que comprarem além das 5 léguas, trarão certidão autêntica do logar onde as compraram; e, antes de recolher as tais cousas em sua casa, irão primeiro mostrar a tal certidão ao Almotacé das Execuções, para se ver em como as não compraram dentro das 5 léguas; e isto por se evitarem muitas regatias, que há, das referidas cousas; e a certidão não se entenderá com aquelas [pessoas] que directamente vierem vender as sobreditas cousas ao Rossio e à Ribeira, e as venderem publicamente pelas Posturas da Cidade, porque estas tais [pessoas] não serão obrigadas a trazer a dita certidão; e qualquer [pessoa], que o contrário fizer, ou lhe fôr provado que comprou cada uma das sobreditas cousas dentro das 5 léguas, ou não mostrar a dita certidão que é obrigada a trazer, será presa no Tronco, onde jazerá 10 dias e pagará dez cruzados, a metade para a Cidade, e a outra para quem a acusar; e a mesma pena terá quem comprar as sobreditas cousas nesta Cidade, para as revender, salvo tendo licença da Câmara, ou pasadas as horas em que o pode fazer.» —



Vejamos, pois, a documentação, que regulava as compras e vendas: Os Vereadores e Procuradores do Senado da Câmara, e os Procuradores dos Misteres da Cidade de Lisboa apresentaram, em requerimento, a El-Rey D. João III um Alvará de seu Pai, que santa glória haja, com data de 14 de Julho de 1521 e respeitosamente pediram que lhes confirmasse o dito Alvará, ao que atendeu D. João e lhes fez mercê e graça por Carta-Provisão de 15 de Janeiro de 1533, enquanto o houver por bem e não mandar o contrário.

Na verdade, muitas pessoas se iam aos caminhos e casais dos arredores de Lisboa, e ali compravam caças, aves e outras cousas de mantimentos, que por elles vinham, «*atravessando-se*» ou impedindo que tais mantimentos, que por elles vinham, chegassem à Cidade, comprando-os assim mais baratos para os virem, por sua vez, vender mais caros, com «*muito dano que disso se segue à toda a república*».

Em defesa, pois, dos consumidores ou da economia cotidiana das donas de casa, que iam abastecer-se ao Rossio e à Ribeira, foram publicados estes acórdãos:

— Que nenhuma pessoa, — que vender mantimentos: de pão, carnes, pescado, caças, frutas e hortaliças, e outras quaisquer cousas, — peça por elas ao povo mais que aquilo em que estão taxadas pelas Posturas da Cidade; e, pedindo por elas mais do que a taxa [ou tabela], serão castigadas, como se vendessem por mais três preços, e nas penas das Posturas da Cidade.

— Que nenhum regatão, nem regateira, compre mantimento algum, na praça, até o meio-dia, para que o Povo, diretamente, seja melhor provido das cousas necessárias para seus mantimentos cotidianos.

— Quem as ditas cousas trouxer para vender, tanto que chegue ao Rossio ou à Ribeira, abrirá logo a venda delas a todas as pessoas ou donas, que as queiram comprar, pela tabela; e, quem o contrário fizer, ou lhe fôr provado, jazerá 3 dias no Tronco e pagará mil réis, a metade para as obras da Cidade, e a outra para quem acusar.

— Que não se vendam nas barcas os mantimentos que de fóra vêm, nem ali os vão comprar os regatões e regateiras, nem que seja depois do meio-dia. O que vier nas barcas, descarregue-se por completo e ponha-se à venda em terra, sem reservas algumas.

— Que nenhum regatão, nem regateira, esteja na Feira do Rossio, os dias dela, embora tenham licença para vender na Ribeira e pelas ruas da Cidade, sob pena de — qualquer que fôr achada na dita feira os ditos dias — jazer na cadeia do Tronco 10 dias e pagar dous mil réis, a metade para as obras da Cidade, e a outra para quem a acusar. E esta proibição se entenderá com tôdas as outras pessoas que fôrem à Feira do Rossio comprar para vender depois.

— Que, os que vendem mantimentos, os devem vender por miúdo, quando as partes ou pessoas interessadas lho pedirem.



Na praça da Ribeira, só podiam tomar logares e vender os proprietários ou creadores, sem pagar licença alguma.

Os regatões ou regateiras, porém, só o podiam fazer com licença diária ou anual, tirada na Câmara e assinada pelo Procurador da Cidade. Era proibida a venda ou trespasse dos logares, sem autorização da Câmara.

No caso de morte do possuidor de qualquer logar, os herdeiros podiam apenas gozá-lo até o fim do ano, já pago.

Por vezes, as regateiras «eram tão ousadas que se mudavam, na Ribeira, dos logares que lhes foram dados e assinados pelo Procurador da Cidade», para outros, que julgavam melhores; mas, quando tal faziam, as penas ou castigos não se demoravam e eram de tal raça

que a regateira, que cometia tal abuso, nunca mais podia lograr qualquer logar na Ribeira. Perdia o logar e o crédito!...

Muitas outras Posturas, assim honestas e práticas e úteis, se encontram neste Códice da Irmandade do Senhor Jesus do Convento de S. Domingos de Lisboa.

Esta Irmandade gozava o privilégio de receber parte dos impostos, que eram cobrados nas Casinhas do Rossio e da Ribeira.



As faceiras dos bois e vacas vendiam-se a peso nos talhos dos Alpendres do Rossio e da Ribeira, mas pelos preços que a Cidade lhes punha. As línguas das rêses podiam ser vendidas no Açougue, não por número, mas também a pêso.

Na Feira do Rossio, não podiam vender gado em pé os marchantes, mas só os criadores ou lavradores.

Nos talhos do Rossio e da Ribeira é que se deviam abastecer os taberneiros e estalajadeiros e as pessoas que davam comida em sua casa. Se se abastecessem por outra forma, o dono tinha pena de prisão por vinte dias e pagaria a multa de 20 cruzados, por cada vez.

No entanto, vê-se que da banda de além de Almada e doutros logares do Ribatejo, os barqueiros traziam, ousadamente, carne e muito gado vivo para Lisboa: leitões, borregos, cabritos, galinhas, porcos, vitelas...

Os fiscaes, noite e dia, estavam vigilantes!!!

Mixordeiros, atravessadores, negociantes milicianos — com os lucros do mercado negro — sempre os houve; e, nas crises de fome e guerra e peste, surgiam de todos os cantos, no seu egoísmo devorador e maldito!!!...

A malícia humana, parece, aperfeiçoa-se e refina-se cada vez mais...

De 1569 a 1650, Portugal sofreu cruéis dificuldades, quanto a mantimentos...



No suplemento «Letras e Artes» das *Novidades*, e no «Bazar» de *A Voz*, a partir de Agosto, venho publicando alguns artigos em que apresento, em primeira mão, os sumários de vários Códices velhos e antigos, não só referentes à vida religiosa da Paróquia das Santas Justa & Rufina, como também do Convento de S. Domingos.

Das Casinhas do Rossio e da Ribeira, ou da praçaria, que nestes sítios se juntava, dos géneros de primeira necessidade; das tabelas e preços e posturas; das «travessias» que se faziam nos arredores, e dos

açambarcamentos: — tratam estes Códices, que ando a inventariar, e de que espero escrever e imprimir um Catálogo, ordenado e elucidativo.



Embora rapidamente, costume sempre confrontar as minhas modestas investigações com o que já está publicado nos 17 tomos dos valiosos «*Elementos para a História do Município de Lisboa*» de Eduardo Freire de Oliveira: na verdade, as «Fontes» de que me utilizo, não são diversas.

O movimento cotidiano dos abastecimentos domésticos era importante, como hoje, e fazia-se nos chãos da paróquia das Santas Justa & Rufina e do Convento de S. Domingos.



Já desapareceu, há séculos, a ermida de S. Mateus, que por vezes serviu de sede à freguesia, quando a Matriz sofreu concertos e obras...

A própria Praça da Figueira tem também já limitada a sua existência...

Como ia dizendo, a ermida de S. Mateus ficava aqui na Rua dos Álamos, agora também em demolição...

As atrevidas e ousadas regateiras, fugindo da Praça do Rossio, e de suas lojas, começaram, certo dia, a fazer vendas clandestinas de mantimentos junto da ermida, mas a polícia ou Almotacés não consentiram neste abuso.

— «Foi acordado... — (por se ter por informação que algumas regateiras se põem a vender fora da praça e de suas casas, defronte e atrás da igreja e couto de S. Mateus, e pejam a rua pública; e se acolhem dos Almotacés e Ministros da Justiça à dita igreja e couto, a dentro, a atravessar cousas que se trazem a vender do Termo à Cidade; e no dito couto as vendem por mais do que a taxa (tabela aprovada); — que daqui por diante nenhuma regateira venda, nem se ponha a vender fora de sua casa, desde o Couto e Travessa que vai para o Rossio, de uma parte, e da outra parte da rua e praça do Poço de Borratém; sob pena de, quem o contrário fizer, jazer na Cadeia do Tronco 5 dias e pagar quinhentos réis, a metade para as obras da Cidade, e a outra para quem acusar...» —

Por várias razões económicas, sempre houve, no Rossio e suas adjacências, Praça movimentada...

Outubro — 1948.

BARTOLOMEU JOANNES E O SEU TEMPO

(ACHEGAS PARA UM ESTUDO HISTÓRICO-GENEALÓGICO)

por HENRIQUE LINHARES DE LIMA

(Continuação)

III

Mas, poderia efectivamente ter sido na sua origem um simples e ignorante ferreiro rural, no século XIII, este homem que viria a ser grande de França, numa corte distinta na época, pelo seu reconhecido ambiente de cultura, ou não seria antes fidalgo dado a entreter os ócios com a arte de ferreiro? Não era caso estranhável naqueles tempos. Tinha percursores o ferreiro fidalgo, teve continuadores. Certas tendências do homem, para o regresso à enxada e aos ofícios manuais, conservam-se através dos séculos. O nosso D. José I diz-se que perdia mais tempo com o torno de que com o trono, e o último imperador da Alemanha, Guilherme II, adoçava as agruras do exílio como exímio rachador de lenha. Sempre era rachar alguma coisa.

A tradição que recolheu Coelho Gasco pode ter um germen de verdade, deve ter como todas as tradições populares, mas cresceu sem dúvida revestindo-se de muita fantasia e inverosimilhança.



Continuemos à procura de Domingos Joannes.

O Doutor António Ribeiro de Vasconcelos dá-o como neto de D. Chavão, rico homem da Terra de Seia, residente no século XII dentro dos limites da paróquia de Oliveira do Hospital. (1)

Comecemos pois por Bobadela, dentro desses limites, recorrendo à boa fonte de informações que constituem as Inquirições ordenadas por D. Afonso III.

Vai a transcrição na íntegra, porque poderá ter outro préstimo, além do que neste momento nos interessa.

«De parochia de Bouadela Menendus petri prelatus Ecclesie de Bouadela iuratus et interrogatus dixit (sic) quod terminus de Bouadela est per petram de Cauto que sedet contra Nogueyram et deinde quomodo uenit ad riulum de Caballis directe per vallos de vineis regalengis et de Riulo de Caballis eundo directe ad casam de *Dominico iohannis de Auteyro et casa domini iohanis stat in*

(1) «Oliveira do Hospital e o seu escudo de armas».

hereditate hospitalis et deinde eundo directe ad petram de Cruce que sedet circa vineam regalegam quam modo tenet *Laurentius veegas* in ipso loco de Cruce et deinde eundo directe per carreiram ad pobuam de Castineira et homines de hospitali et hospitale pausant et intrant multum de isto termino. Interrogatus de patronatu Ecclesie dixit quad dominus rex est inde patronus et est dominus de Bouadela. Interrogatus de foris de Bouadela dixit quod dant jugatam per forum de pena Aluia et decimam de vino et molium de lino et dant in collecta. Interrogatus de viduis dixit quod habent usum de Sena. Martinus de Guardia iuratus et interrogatus dixit quod Audi uit dicere uni homini Meendio per nomen qui fuerant (sic) in divisione de termino de Bouadela et de vluaria quod terminus de Bouadela est per Correga de Johanne cereigio et deinde quomodo uadit ad Riulum de caballis et deinde ad casam de Dominico iohannis et deinde quomodo uadit ad petram de Cruce que sedet in Auterio circa vineam regalengam quam modo habet Laurentius ueegas. Interrogatus de patronatu ecclesie dixit similiter. De viduis similiter. Interrogatus de foris dixit similiter» (1).

Faz-se neste documento referência a um Lourenço Viegas que tinha uma vinha no lugar da Cruz. Será este Lourenço Viegas o filho de Egas Afonso, neto de Afonso Viegas o Moço e bisneto de D. Egas Moniz? Neste caso sobrinho neto de D. Soeiro Viegas de quem teremos de falar.

Reforça o parecer a circunstância de Gonçalo Viegas, segundo veremos nas inquirições de Oliveira do Hospital ter também aqui uma herdade. E este Gonçalo Viegas deve igualmente ser outro bisneto de D. Egas Moniz, filho de Egas Lourenço, que foi o pai do aio de D. Dinis, Lourenço Gonçalves Magro.

José Anastácio de Figueiredo entendia que este Domingos João do Outeiro não era outro senão o Domingos Joannes da Capela dos Ferreiros, do que parece não restar dúvidas.

Notemos que o prelado da igreja de Bobadela não diz que passe à *casa que foi de Domingos Joannes*, mas sim à *casa de Domingos Joannes*. O que deve significar que o proprietário era vivo na altura da inquirição.

Na carta de foral que D. Afonso III mandou dar do seu reguengo de Bobadela, em terra de Sena, pelos seus mordomos Rodrigo Peres de Spino e *Martim Peres* sobre-juizes, temos nova referência a Domingos Joannes:

«...estando na Guarda aquele monarca deu carta de foral a todos os povoadores, presentes e futuros do seu reguengo de Bouedela quod est in terra de Sena feilicet quomodo diuidit cū Uluaria de Hospital per carregam que venit per vineã de Johãne cereigio & deinde quomodo ipsa correga uadit ad Riulum de Caualos & deinde quomodo uadit per planum de figueyra per apar casas *Dñici iohñis* qui moratur in Vluaria & deinde quomodo uadit ade Crucẽ per carregam que uadit per apar de Aldea de Castinaria...»

A propósito deste documento o mesmo autorizado historiador, já citado, diz-nos:

(1) «Inquirições de D. Afonso III», L.º 3.º, Fol. 10.

«Este Domingos Annes é, ou bem pode ser, o mesmo de quem se faz distinta menção em uma notável carta d'armas.» (1)

Refere-se à carta de armas de frei André do Amaral.

Convencemo-nos de que é realmente o mesmo.

Aquele mordomo de D. Afonso III e sobrejuiz Martim Peres, também acreditamos que é o mesmo que ainda veremos ligado à família de Domingos Joannes.

Da leitura das Inquirições se constata que muitos homens de Oliveira do Hospital tinham propriedades em Bobadela, freguesia daquele concelho.

Oliveira do Hospital fora povoada de novo numa grande herdade que a rainha D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, dera à Ordem do Hospital. (2)

O rio de Cavalos, a que os documentos transcritos fazem referência, nasce junto de Bobadela. Nogueira é também povoação de Oliveira do Hospital.

O Outeiro, lugar aonde Domingos Joannes tinha casa, ainda hoje conserva a denominação, integrado porém na freguesia de Oliveira do Hospital, e até mesmo na própria vila.

Nogueira tinha sido dada por D. Afonso II, em 1211, ao seu aio Mendo Paes, e a seus filhos e netos. Era situada entre Lourosa, Santa Olaia, Gramaços, Oliveira do Hospital, Bobadela e Loureiro (3).

Ainda na freguesia de Oliveira do Hospital se compreendem outros povoados a que fizemos ou teremos de fazer referência.

Assim Gavias, ou Gavinhas, de Jussão e de Sussão, isto é, de baixo e de cima; Castanheira, entre Gavinhas de baixo e Bobadela, Riba d'Alvia, Pena d'Alvia, e Lagos, Lourosa e Vila Pouca, também integrados em Oliveira do Hospital (3).

Ainda o sábio Doutor António Ribeiro de Vasconcelos nos esclarece:

Deu grande lustre à terra de Oliveira do Hospital, onde possuía casa e grandes propriedades, e onde representava a família e prestígio de seu avô, o rico-homem do distrito de Seia, cujo nome ainda é actualmente memorado no onomástico local — Vale do Ric Homem ou do Ricome, propriedade sita entre Gramaços e S. Paio» (4).

Para confirmar a posição de destaque de Domingos Joannes, o Doutor António de Vasconcelos parece admitir a versão de que uma flor de liz que figura no antigo escudo de Oliveira do Hospital, representaria homenagem da terra àquele seu ilustre conterrâneo.

É natural que a situação de relevo assim criada, a tenha assegurado depois do seu regresso de França, tendo recuperado prestígio e fama pelas heróicas façanhas ali praticadas, se bem que tudo nos vai indicar que desde então procurou levar em Portugal vida calma e despercebida.

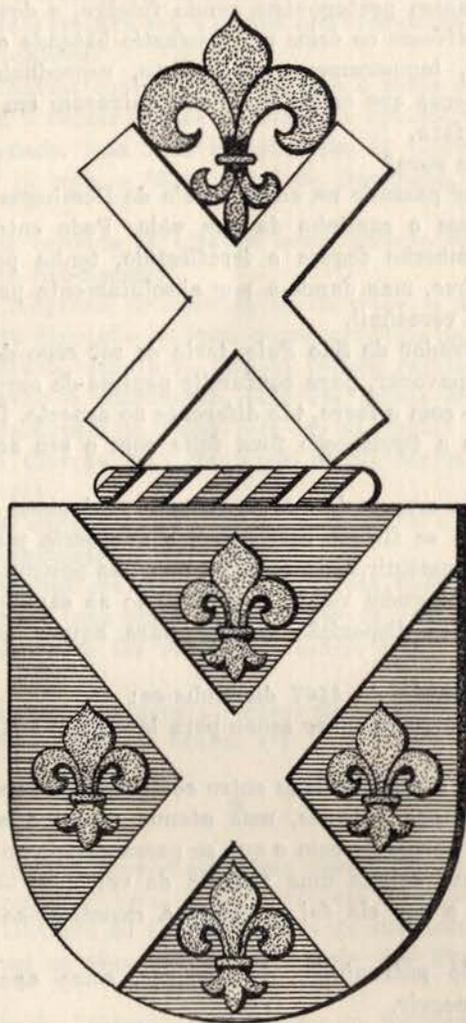
(1) José Anastácio de Figueiredo. «Nova Malta», vol. I, pg. 226.

(2) «Nova Malta», pgs. 224 e 225.

(3) «Nova Malta», pgs. 224 e 225.

(4) «Biblos», n.ºs 9 e 10 de 1895. O Doutor Ribeiro de Vasconcelos era natural de S. Paio de Gramaços.

Coelho Gasco dizia-nos que vindo à pátria acabou como cavaleiro de uma só lança, modestia que está longe da vida faustosa do avô.



Brasão de armas de Domingos Joannes

Contudo na tradição recolhida por Coelho Gasco uma afirmativa está plenamente destruída desde já, a de que Domingos Joannes seria um pobre ferreiro.

Pode admitir-se, senão ter-se como certo, que a tradição local, transmitida de geração em geração, fora pelo tempo adiante ganhando em fantasia. Para o sentimento popular o caso tinha maior atractivo, era-lhe muito mais grato levar

o modesto ferreiro a conquistar renome e títulos de grandeza em prodigiosas façanhas no estrangeiro, enaltecendo a valentia do povo da freguesia.

Fica entretanto de pé esta probabilidade, com muito mais foros de realidade — a de que o nosso protagonista sendo fidalgo, e dos de grande categoria nas redondezas, entretivesse os ócios por desfastio batendo o martelo na bigorna.

Quem sabe se, temperamento de artista, reproduzindo ou dando novos motivos às curiosas peças que os ferreiros nos deixaram em utensílios e obras de ornato por esse País fora.

Ma o negócio do ouro?

O facto deve ter passado na adolescência de Domingos Joannes, pelas datas conhecidas que marcam o caminho da sua vida. Pode entender-se que por um acto impensado de imberbe fogoso e irreflectido, tenha praticado a criminosa acção que se lhe atribue, mas dando-a por absolutamente provada, tal qual no-la descrevem, não é nada verosímil.

O pobre do lavrador de São Paio, teria de ser cego de corpo e de espírito, duma ignorância de apavorar, para confundir pepitas de ouro — visto que se fala em bocados de ouro — com o ferro, tão diferente no aspecto. Para não negar o caso teremos de supor que a transacção fora feita com o seu acordo, cumplicidade e comparticipação.

Isto partindo da crença de que se tratava realmente de ouro, porque pode bem ser que o negócio se fizesse com ferro, o que seria mais natural, e já por si era bastante para constituir falta punível, pois nas posturas de Coimbra de 1143 dispunha-se: — «que ninguém venda couros senão ao sapateiro» (1) do que pode presumir-se que idêntica disposição haveria para aquele metal em relação aos ferreiros profissionais.

No foral da Guarda de 1167 dispunha-se:

«Todo ome que ferro comprar senon pera lavrar en seu Cubo, peyte sessenta soldos aos alcaydes.» (2)

Enfim, o acordo e cumplicidade entre comprador e vendedor não absolve da responsabilidade Domingos Joannes, mas atenua muito o seu porte moral, e é mais lógico e mais em harmonia com o que se passa depois na sua vida.

No fundo sempre estava uma parcela de verdade: — Domingos Joannes cometera grave falta e por ela foi obrigado a expatriar-se fugindo à acção da justiça.

Daqui o uso do patronímico de Joannes, como apelido, deixando o da família para não o denegrir.

É verdade que este apelido de Joannes o tomavam muitos dos que uma vez eram atingidos pelo tribunal da opinião pública e condenados ao abandono da sociedade, ou que por motivos de qualquer outra natureza procuravam o isola-

(1) «Hist. Port.» de Barcelos, vol. 2.º, pg. 443.

(2) Memórias da Academia, vol. VI.

mento. Para Domingos Joannes bastou adoptar o patronímico, como se verá, e esquecer o apelido.

Com ele foi para França, aí lutando para refazer a vida e reabilitar-se da transviada conduta que o lançara sob a alçada dos executores da lei e sob o repudio dos da sua igualha e convívio.

O neto de D. Chavão, cobrindo de vergonha o nome e prestígio da família, obrigara esta também a deixar a vida de fausto e opulência para se recolher no esquecimento da sociedade. Não mais se fala nela, D. Chavão é D. Chavão, sem mais identificação, e já nem o filho, o pai de Domingos, se encontra entre os grandes da região.

Seria porém na verdade D. Chavão nome próprio ou apelido de fantasia adoptado pelo poderoso rico-homem?

Chavão é uma freguesia do concelho de Barcelos. A matriz desta freguesia é muito antiga e junto dispunha de boas casas, servindo de residência ao comendador da Ordem de Malta, donatário, que da Ordem recebia grandes privilégios.

Não seria Chavão o tratamento dado em terras de Seia, ao senhor de Chavão, comendador da Ordem de Malta, pelo uso do tempo?

A comenda de Chavão se uniu a de Santa Marta, já confirmada por D. Afonso Henriques. ⁽¹⁾

Com frequência encontraremos no nosso caminho a Ordem de Malta, dos Templários ou dos Hospitaleiros.

Oliveira do Hospital era também comenda da Ordem, conhecendo-se como prova da sua antiguidade uma carta de D. Afonso II e de sua mulher D. Urraca, datada de 1211, a que já se fez referência, dando a Mendo Pais a sua vila de Nogueira. ⁽²⁾

Um quinto neto de Domingos Joannes, frei André do Amaral veio a ser comendador de Chavão e bailio de Malta. ⁽³⁾



Na altura própria voltaremos as nossas atenções para D. Chavão, por agora continuemos a ocupar-nos do neto, e, na sequência do nosso inquérito, entremos na Igreja Matriz de Oliveira do Hospital, terra da sua naturalidade.

Vários escritores se têm referido à Capela dos Ferreiros, instituição de Domingos Joannes.

Diz-se no «Guia de Portugal», publicação da Biblioteca Nacional, que esta capela, abobadada e de características ogivais, foi instituída nos meados do século XIII.

O Dr. Adelino de Abreu descreve: «...ao fundo da Capela guardam-se dois

⁽¹⁾ «Nova Malta», vol. I, pg. 306.

⁽²⁾ «História de Malta», pg. 224.

⁽³⁾ João de Barros. Doc. 2.^a civ. 2.^o cap. 6.^a.

túmulos de granito, assente cada um sobre o dorso de quatro leões. As loisas que os cobrem são pedra de Ançã, e nelas estão gravadas em alto relevo as figuras de Domingos Joannes e de sua mulher Domingas Sabachaes (1).

O túmulo do cavaleiro fica-nos à esquerda da entrada e o vulto, que descansa sobre a lápide, está de costas, empunhando na mão esquerda uma espada e na direita as manoplas. A cabeça repousa sobre uma almofada, os cabelos e a barba estão burilados, no gosto da sua época, perfeitamente medieval. À cabeceira



Túmulo de Domingos Joannes

tem, ao lado esquerdo, um anjo com as mãos agarradas aos ombros da imagem, parecendo querer acordá-la desse sono eterno; e, ao lado direito, um escudo com o seu brasão. Os pés assentam no dorso de um cão, onde se acha gravado o nome de Domingos Joannes. Este mesmo nome se vê em um dos lados da loisa, e antes dele umas letras que me não foi possível decifrar.

(1) Os desenhos que publicamos, dos dois túmulos, são da autoria do Ex.^{mo} Prior de Coja Rev.^o P.^o Nunes Pereira, obsequiosamente cedidas para este trabalho, por solicitação do Rev.^o Prior de Santa Cruz de Oliveira do Hospital Sr. P.^s Laurindo Marques Caetano.

O outro túmulo está ao lado direito deste e sobre ele se vê a figura de Domingas Sabachaes.

No meio da parede do fundo destaca-se o vulto simbólico de Domingos Joannes a cavalo, vestido com a sua armadura de guerra, sustentando na mão esquerda as rédeas do cavalo, e na direita uma grossa maça, espécie de clava, conhecida nos tempos antigos com o nome de borda. Tem a cabeça coberta com um capacete e enverga no braço esquerdo o escudo com as suas armas» (1).

Sob a designação de maça, clava e cacheira, usavam-se como armas contundentes de defesa e ataque uns paus tanto ou quanto grossos, mas geralmente mais em baixo do que em cima, algumas vezes guarnecidos de nós, para melhor ferir o adversário.

Tomemos um outro autor, Jaime de Faria:

Dizia-nos que num e noutro túmulo, no de Domingos Joannes e no de sua mulher, se viam ainda os ossos perfeitamente conservados. E, quanto à figura em pedra do cavaleiro medieval, reputava-a como talvez o único exemplar perfeito no País, por nada lhe faltar da típica armadura, incluindo, o que é raro, a viseira e a lança (2).

Ainda outro, o sábio professor Virgílio Correia, tendo confrontado as jacentes de Domingos Joannes e de sua mulher, e o retábulo da Capela de Oliveira do Hospital, com a sepultura de D. Vataça, a Senhora Gravida da Sé Velha de Coimbra, os túmulos de D. Gonçalo Pereira e Rui Garcia do Casal, a Virgem e o anjo de uma Anunciação na capela funerária do bispo de Évora D. Pedro IV — entendia que eram do mesmo escultor, podendo supor-se que de mestre Pedro, pela identificação com as suas obras.

Este mestre Pedro, morador em Coimbra, com Tello Garcia, *mestre de imagens*, obrigaram-se por contrato de 11 de Junho de 1334 a fazer e acabar a D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga um *moimento e sua coberta* (3).

A dedução do professor Virgílio Correia, viria provar, se fosse necessário, a carência do menor fundamento na afirmação que se fez de que Domingos Joannes vivera no reinado de D. Afonso Henriques. Os pormenores levam a crer que a Capela e os túmulos, dele e da mulher, foram executados mesmo segundo as suas indicações e expressa vontade, possivelmente ainda em sua vida. Cotejando a data de 1279, expressa na inscrição da Capela, com a época em que viveria o próprio escultor, que faz também o contrato com D. Gonçalo Pereira em 1334, a presunção fortalece-se.

No «Guia de Portugal», edição da Biblioteca Nacional, afirma-se que os túmulos são seguramente obra das oficinas de Coimbra.

Pinho Leal vagamente diz que consta estarem ali sepultados dois membros da *família dos Amaraes de Touriz*, que teriam viajado pela França.

(1) «Oliveira do Hospital» — Traços históricos — Críticas». Coimbra 1893.

(2) «Enciclopédia Portuguesa Ilustrada», dirigida por Maximiliano de Lemos, vol. 8.º.

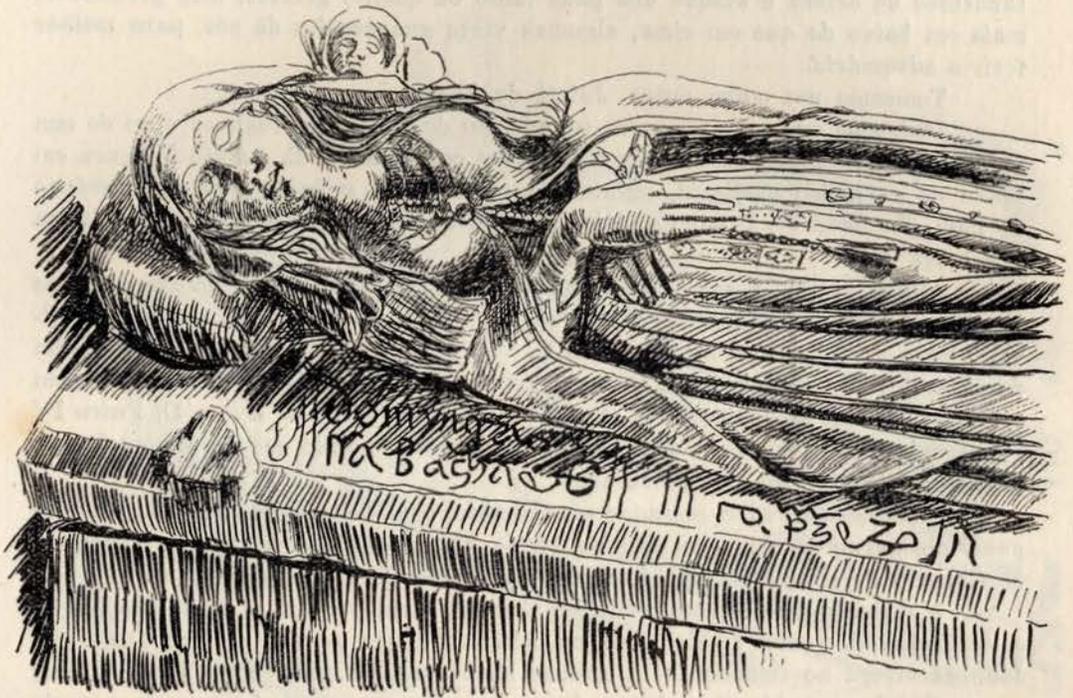
(3) «Hist. de Port.» de Barcelos. Pg. 692.

Por sua vez Felgueiras Gaio no título *Amaraes* afirma que um ramo secundário da família, descende de Domingos Joannes, que fez capela na igreja de Santa Maria de Oliveira do Hospital.

Procurando conhecer o estado actual da Capela, solicitámos informações ao reverendo prior de Santa Cruz sr. padre Laurindo Marques Caetano.

Em resposta amável e esclarecida diz-nos:

«Existe de facto na igreja paroquial uma capela gótica denominada Capela



Túmulo de Domingas Sabachas

dos Ferreiros. É de construção anterior à do actual edificio da igreja, que remonta a fins do século XVII, princípios do XVIII.

A fachada do edificio da Capela, com porta gótica, está integrada na parede lateral esquerda da igreja. É a única porta da Capela, que recebe luz por dois óculos onde se manifesta o motivo do trevo, e que ficam na parede oposta. ⁽¹⁾

Dentro da Capela encontram-se dois túmulos — duas urnas rectangulares

⁽¹⁾ O mesmo motivo do trevo aparece nos ornatos da espada de Bartoolmeu Joannes.

de granito pouco aperfeiçoado, assentes sobre figuras de animais, um pouco mal trabalhadas, em granito também.

Sobre os túmulos é que se encontram duas magníficas estátuas jacentes, sem dúvida dos fundadores Domingos Joannes e Domingas Sabachaes.

O cavaleiro além de estar sobre o túmulo está representado também, com a esposa, no retábulo gótico da Capela, e em estátua esquestre sobre uma misula na parede lateral esquerda.»

A um nosso pedido de esclarecimentos, quanto ao retábulo, diz-nos:

«De facto no retábulo gótico estão esculpidas em relevo, e em atitude de súplica à Virgem Nossa Senhora da Graça, delineada na mesma pedra, duas figuras, uma de homem outra de mulher. Não há dúvida que se trata de Domingos Joannes e de sua esposa Domingas Sabachaes. Basta compará-las com as estátuas jacentes. A barba dele e o rosto dela são flagrantes.»

A pergunta formulada sobre se o retábulo seria da mesma época, responde-nos:

«Não posso dar uma resposta definitiva, tenho no entanto como certo que não são do mesmo autor; os autores das estátuas jacentes são indiscutivelmente de maiores recursos de traço mais firme, mais delicado e leve.»

A este retábulo se referia com a sua superior autoridade mestre António Augusto Gonçalves, nestes termos: (1)

«Retábulo gótico dos meados do século XIV — Capela dos Ferreiros — Oliveira do Hospital — A Virgem com O Menino, ao meio, ao lados os doadores e dois anjos turiferando, inclusas em decorações e sob arco ogival armado em cardinas. Eis o magnífico conjunto. A Virgem que ocupa o ninho sobreposto é uma duplicação sem sentido.»

Vejamos a estátua jacente. Domingos Joannes está vestido com um hábito religioso, tendo por cima deste um outro, militar, bordado, com um cordão que remata no pescoço por um botão abaixo da barba.

A espada, que mantém na mão esquerda, tem uma cruz gravada no pomo, na parte terminal superior do punho..

No original da doação que a rainha D. Teresa fez à Sé de Tuy, do mosteiro de Azere em Valdever, o sinal que usa tem ao centro uma cruz semelhante à de Domingos Joannes (2).

Também D. Afonso Henriques e alguns templários usavam no sinal uma cruz idêntica.



Pode sustentar-se que a cruz da espada de Domingos Joannes é reprodução da cruz que no hábito traziam os irmãos hospitaleiros, ainda que, como se sabe, o seu feitio variou com as mudanças de situação da sede da Ordem.

(1) «História de Portugal» de António Matoso, vol. I, pg. 137. Edição Sá da Costa.

(2) Arquivo da Mitra Bracarense, citado por Viterbo.

A este respeito ainda o sr. padre Marques Caetano opina:

«Acho para mim que será o mais provável. Cavaleiro desta terra, onde os hospitaleiros marcaram, não admira que, embora não fosse da Ordem, lhe gravassem na espada o seu distintivo.»

Aceitamos o parecer, mas não nos repugna acreditar que fosse da Ordem. Não como professo, mas como oblato ou donato, designação que tinham aqueles que a serviam sem voto e sem professar, e a quem todavia era permitido usar o hábito.

Mas seria na verdade Domingos Joannes cavaleiro da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém?

Houve quem o tivesse por cavaleiro da Ordem de São Tiago, e que afirmasse:

Domingos Joannes cavaleiro de Oliveira que devia ser da Ordem de Santiago, *porque naquele tempo não casavam nenhuns cavaleiros*, e desse consta que casou, que teve sua mulher, que se chamava Domingas Sabachaes, e filhos, e fez uma capela na freguesia de Santa Cruz de Oliveira da Ordem de S. João, no bispado de Coimbra, ano de 1241 ⁽¹⁾ sucessor pelos tempos adiante Martim Gonçalves do Amaral, filho de Catarina Vicente, *trisetna* deste Domingos Joannes ⁽²⁾.

É verdade que a regra da Ordem de São Tiago estabelecia: — «a profissão que faziam os cavaleiros ou freires leigos era a mesma que a dos freires clérigos, salvo que estes prometiam castidade absoluta à diferença daqueles que a fariam conjugal.»

Vem a propósito dizer que a Ordem foi criada em 1170 e fundada por «cavaleiros nobres e de grande linhagem, os quais ordenaram que os que a ela houvessem de pertencer fossem pessoas fidalgas e cavaleiros de boa geração e bons costumes, tanto que pudessem exercer o custo de cavalaria e servir a Ordem».

Porém agora o que se pretendia provar era que não só os cavaleiros de São Tiago podiam casar ou ser casados; na dos Templários os familiares, confrades ou donatos, também podiam ter família constituída.

Duarte Nunes de Leão diz que na Ordem de S. João *tambem acceptarão Donatos, que são hús homeës que sendo casados ou solteiros, se fazem familiares da Ordem, para gosarem das graças e privilegios della. Os quaes trazem hua Cruz branca se soos tres braços sem o decima.*

A disposição 55.^a da Regra dos Templários prescrevia: — «Permitimos que recebais no numero dos religiosos os casados...»

E podia ser marido e mulher.

Frei Francisco Brandão diz-nos que «era muy ordinario naquele tempo tomarem as pessoas nobres a Cruz dos Religiosos do Hospital ou do Templo, alguns sòmente como confrades, e outros com votos de profissão, apartando-se de

⁽¹⁾ Repete-se o equívoco na leitura da inscrição existente na Capela, que pela letra e ortografia foi feita em data muito posterior à sua edificação. Deve ser era de Cristo de 1279.

⁽²⁾ «Colecção Pombalina». Códice 345. Biblioteca Nacional.

suas mulheres que também recebiam a Cruz e testavam seus bens a estas Ordens...» (1)

Não parece pois que o argumento usado no código 345 citado, tenha base acertada, podendo provar que Domingos Joannes seria da Ordem de São Tiago, e não porventura da dos Hospitaleiros ou Templários.

Não há dúvida de que alguns indícios nos podiam ainda levar a aceitar a ideia. Assim o facto de Bartolomeu Joannes, que temos por filho de Domingos, ostentar as vieira no seu brasão, podia sugerir que como o pai ele também teria sido donato ou confrade de São Tiago, sabido que os cavaleiros desta Ordem traziam as vieiras nos seus estandartes.

Mas a contrariar esta hipótese, vê-se que no testamento de Bartolomeu Joannes se contemplava, com alguma generosidade, vários mosteiros e confrarias religiosas e nem se fala em São Tiago, atribuindo ao Mosteiro de Santos um minguado óbulo para missas.

Não se prestam as vestes, tal qual se podem examinar nos túmudos de Domingos e de Bartolomeu, a que possamos fazer, nós próprios, um juízo defensável, sobre as suas ligações com qualquer ordem religiosa. A cruz porém da espada de Domingos Joannes tira-nos as dúvidas. Não pode ser a de São Tiago, porque com ela não tem a menor semelhança. Nem a de Cristo, porque ainda esta ordem não substituíra a dos Templários.

Trata-se, pode afirmar-se sem hesitação, da cruz dos hospitaleiros. Prova-o a reprodução do selo circular que se encontra num documento arquivado na T. T., e que tem ao centro uma cruz perfeitamente igual à que se vê no punho da espada de Domingos Joannes, documento que tem a data de 1231 (2).



O letreiro que referimos, na parte exterior da Capela dos Ferreiros, dizia:

— No nome de Deos e da Virgem Santa Maria Sua Madre, Domingos Joannes, cavaleiro de Oliveira fez esta Capela para si e sua mulher na era de 1279 anos. —

Notemos que diz *fez* e não *mandou fazer*.

Dissemos que a era de 1279 seria a era de Cristo, e não de César, procurando justificar a asserção. Podemos acrescentar que a confusão se estabeleceu muitas vezes, e que o letreiro é de feitura posterior à da edificação da Capela, como se reconhece pela letra e forma de dizer, talvez da data da edificação ou reedificação da igreja; e ainda porque D. Afonso III, conde de Bolonha, governou o reino em nome de D. Sancho II, desde o princípio de 1246 até à morte do irmão em 1248, ano em que lhe succedeu no trono. Sabe-se que só por este tempo voltou a

(1) «Mon. Lus.», vol. 5.º, pg. 245.

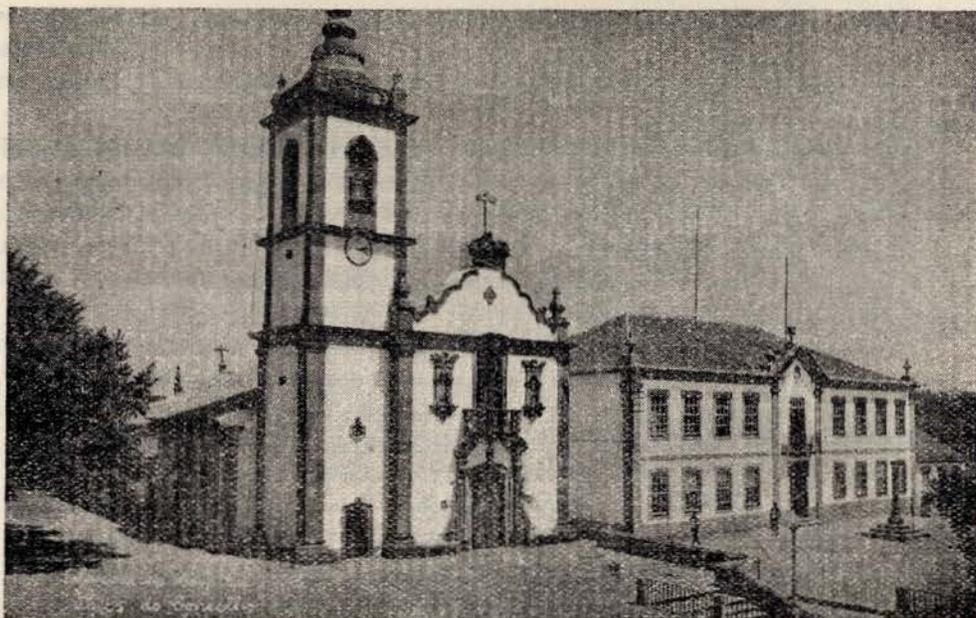
(2) «História da Ordem do Hospital» por José Anastácio de Figueiredo Ribeiro. Parte I, § XX, pg. 32.

Portugal, e assim não é de aceitar que a lápide mencione a era de César de 1279, ano de Cristo de 1241, mas sim o ano de 1279 da nossa era.

É possível que Domingos Joannes tenha acompanhado para Portugal o conde de Bolonha, *que veio por mar*, ou tivesse regressado pouco depois.

Nas inquirições de 1257-58 figura já como depoente. Julgamos que tenha vivido em França entre 1238 e 1258.

Tendo Domingos Joannes servido S. Luís nos campos de batalha, ocorre a ideia de o ter acompanhado ao Oriente, quando aquele rei ali foi em missão de fé religiosa, que aliás correspondia a conveniências de ordem política.



Igreja de St.ª Cruz de Oliveira do Hospital

Não sucedeu assim porém, pois que o sr. de Joinville, um dos companheiros de S. Luís à Palestina, oferece na sua «Crónica de S. Luís rei de França» uma relação de todos os cavaleiros que fizeram parte da expedição, não aparecendo o nome de Domingos Joannes.

Deve crer-se, desta maneira, que se distinguiu nas batalhas contra o rei de Inglaterra que tiveram o seu epilogo em Taillebourg e Saintes.

Não era todavia muito fora das possibilidades a hipótese de Domingos Joannes ter acompanhado Luís IX à Palestina.

D. Afonso III, então conde de Bolonha, preparava-se para o cometimento, quando teve de regressar a Portugal para se encarregar do governo, substituindo o irmão D. Sancho II.

Constituíram esses preparativos um disfarce dos conjurados que procuravam depor o irmão e levar ao trono o conde de Bolonha? Alguns historiadores o suspeitam.

Como quer que seja havia já em Portugal mesmo a tradição das viagens ao Oriente. Ali tinham ido em 1106 o bispo de Coimbra, em 1153 Gualdim Pais, mestre do Templo; em 1194 D. Soeiro Raimundo é mesmo eleito mestre da Ordem de S. João de Jerusalém, e todos estes personagens foram acompanhados por outros fidalgos portugueses.

Nas cruzadas tomaram parte, quase sempre, cavaleiros da nossa terra. A sétima foi organizada por S. Luís de 1248 a 1254.

Não admiraria que o tivesse seguido o seu estimado guerreiro Domingos Joannes.

D. Gualdim Pais era neto de Soeiro Pais Correia. Morreu em Tomar em 1195. A cruz que trazia ao peito era formada por duas travessas iguais, cruzando a horizontal no terço superior da vertical, e acabando as quatro extremidades em rectângulo, sem ranhuras.

Ao tempo do falecimento de Domingos ainda a Ordem dos Hospitaleros teria a sede em Acre, para onde se transferira após a tomada de Jerusalém em 1188, e de onde só passou a Rodes em 1310, e finalmente a Malta em 1530.

Não no brasão mas na espada de Bartolomeu Joannes aparece-nos a Águia dos Correias, que estes incluíram nas suas armas pelo casamento de Pedro Pais Correia com D. Dorida de Aguiar.

Vamos ver que os descendentes de Domingos Joannes se ligaram mais tarde pelo casamento à família dos Correias, seus vizinhos de longa data.

Haveria enlaces anteriores?



Em 23 de Abril de 1515 El-Rei D. Manuel fez mercê a frei André do Amaral, bisneto de Vicente Annes Correia, duma carta de armas, por ele requerida, em que o agraciado se diz descendente por linha recta de Domingos Joannes.

Transcrevemos a parte que particularmente nos pode interessar: (1)

— A frey do Amaral comendador da Vera Cruz carta darmas
— Dom Manuel rei — A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que frey andre do amaral de nosso conselho e chanceler mor — comendador da vera cruz e — como vinha e aseendia per linha directa de domingues joannes duliveira do espirital e que suas armas lhe pertenciõ de direito per legitima de martim gonçalves do amaral e de micia diaz homẽ ho qual seu pae foi filho legitimo de caterina vicente que foi tereneta do dito domingues joannes filha de vicente

(1) L.º 6.º das Místicas, Fl. 137. — T. T.

annes corream e senhorinha martiz bie. neta do dito domingues joannes duliveira do espirital fora instituida e feita capela e moor quado em que faz na Igreja de Santa Cruz da dita vila duliveira do espirital que he da ordem de Sã joham em a qual esta sua sepultura com suas armas esculpidas...»

O Dr. Martins Sarmiento faz menção duma pedra de armas descoberta pelo Dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa em 1833 debaixo de uma mangedoura na residência paroquial de Midões (1).

A pedra guarda-se no Museu do Instituto de Coimbra, e tem junto um cartão que a identifica:

— «Escudo de armas lavrado na ilha de Rhodes em 1516, de fr. André do Amaral, chanceler e comandante das galeras da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e decapitado na dita ilha em 8 de Novembro de 1522.» —

Este frei André do Amaral teve forte personalidade, e foi figura notável no seu tempo. A sua biografia valeria por si um estudo sério. Contentemo-nos aqui com uma resumida notícia, destinada, por homenagem à Justiça, à sua e à honra dos Portugueses, a esclarecer os motivos porque foi decapitado.

Para os leitores que desconheçam as circunstâncias que o levaram a sofrer aquela pena degradante é preciso dizer que não teve fundamento que deslustrasse.

O caso teve origem numa controversia entre frei André do Amaral e o grão-mestre da Ordem, Filipe de Vilers, sobre a táctica a seguir no combate que se preparava contra certa armada turca.

Na acalorada discussão, em que se envolveram, excessos de paixão e de linguagem, azedaram a contenda por tal maneira, que os dois se tornaram inimigos irreductíveis.

A incompatibilidade assim determinada entre frei André, chanceler mor, conservador geral da Ordem, general das galés da Religião, e o seu grão mestre, tinha de ser aproveitada pela maledicência e intriga dos feridos e despeitados, armas predilectas e únicas manejáveis com preferência pelos ambiciosos sem escrúpulos de todos os tempos. Perigosas particularmente contra as pessoas de bem, porque lhes é vedado na defesa o emprego de armas iguais.

Frei André, que era tido como provável sucessor do grão mestre, foi acusado, pelos preteridos e pelos invejosos, de entendimentos com o turco inimigo, contra quem aliás já várias vezes combatera, dando raras provas de perícia e valentia, mas a calúnia, acolhida com favor por Filipe de Vilers, leva este a sentenciar uma injusta e infame condenação.

Felizmente para a sua memória pouco mais tarde veio a apurar-se toda a verdade, e fez-se justiça absoluta ao seu carácter e altas virtudes.

(1) «Epoca Portuguesa». N.º 53.

Voltemos à carta de armas.

Como vimos, justificando a sua descendência de Domingos Joannes, inicia a prova falando numa bisneta e numa trisneta deste, sem mencionar o filho, nem o neto, que estabeleceriam a ordem natural da sucessão.

Por outro lado segue a ascendência por linha femínia, para reclamar o direito a usar o brasão de Domingos Joannes, quando podia solicitar por linha masculina a concessão das armas dos Amarais.

De facto, frei André era filho de Martim Gonçalves do Amaral, neto de Gonçalo Annes do Amaral, bisneto de João Lourenço do Amaral, trisneto de Lourenço Martins do Amaral, quarto neto de Martim Afonso do Amaral, quinto neto de D. Afonso Ermigues, tronco dos Amaraes de Viseu, senhor da quinta e honra do Amaral, povoação ao sul daquela cidade.

Família também de grande prestígio.

Sempre o mistério em tudo o que se relaciona com Domingos Joannes.



No seu interessante trabalho «Subsídios para a genealogia de frei André do Amaral, de Touriz», o distinto arqueólogo sr. Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos transcreve um documento encontrado em feliz hora na «Miscelânea Genealógica» existente na Torres do Tombo, afiançado por José Freire Monterroio Mascarenhas, em que se estabelece por esta forma a ascendência da bisavó de frei André do Amaral, Senhorinha Martins:

- 1 — Domingos Joannes
- 2 — Martim Domingues
- 3 — Pedro Martins
- 4 — Martim Peres
- 5 — Senhorinha Martins.

Temos de discordar, ainda que felicitando-nos pelo achado que abre caminho para o encontro da verdadeira descendência de Domingos Joannes, até hoje incompletamente conhecida.

E discordamos, em primeiro lugar, porque o quadro está em contradição com o que afirma frei André no requerimento de 1515, solicitando o uso do brasão de Domingos Joannes, pois claramente indica Senhorinha Martins como bisneta de Domingos Joannes.

Deve merecer mais crédito o documento de frei André, sujeito à confirmação oficial, do que o nobiliário de que se serviu Monterroio.

A confusão deve provir de tomar Martim Domingues como filho de Domingos Joannes. Martim Domingues foi realmente o pai de Pedro Martins, mas este não era descendente nem casou com qualquer descendente de Domingos Joannes, mas sim seu filho Martim Peres.

Foi Martim Peres quem na verdade casou com uma neta de Domingos Joannes e de sua mulher Domingas Sabachaes, de nome Mecia Domingues, filha segunda, cremos, do primogénito do casal, Domingos Domingues.

Temos pois para nós que a ascendência de Senhorinha Martins foi esta:

- 1 — Domingos Joannes
c/ Domingas Sabachaes
- 2 — Domingos Domingues
c/ ...
- 3 — Mecia Domingues
c/ Martim Peres, filho de Pedro Martins
- 4 — Senhorinha Martins
c/ Vicente Annes Correia

Estamos assim dentro da afirmação da carta de armas de frei André de que Senhorinha Martins era bisneta de Domingos Joannes, e em concordância com as indicações e confrontos que se podem encontrar no decurso deste estudo.

Algumas notícias do documento citado por Monterroio de Mascarenhas invalidam o merecimento do seu relato. E entre elas as de que Domingos Joannes era francês, que servira D. Afonso Henriques e que faleceu em 1203.

Todos os autores e documentos por nós citados provam que Domingos Joannes viveu nos reinados de D. Sancho II, D. Afonso III e D. Dinis.

A lápide na parte exterior da Capela dos Ferreiros, mencionada já por Coelho Gasco, tem a data de 1279, e o Doutor António de Vasconcelos dá-o por neto de D. Chavão, dizendo ser este quem serviu ao tempo de D. Afonso Henriques.

Monterroio jura sobre os Santos Evangelhos que tirou as suas informações de nobiliários que possuía das famílias deste reino, e delas ordenou a ascendência de Manuel Quaresma da Fonseca, capitão mor de Arganil.

Evidentemente o que não jurou, nem podia jurar, foi que os nobiliários que consultou eram exactos. Entretanto pode lembrar-se que Camilo Castelo Branco incluía as obras de José Freire Monterroio Mascarenhas na classe «das genealogias de maço e mona». (1)

Enfim, o que é verdade é que nos oferece pela primeira vez a descendência, por filhos e netos, de Domingos Joannes, até agora desconhecida, permitindo assim, com algumas rectificações, deslindar um caso que aguardava solução.

Para que não restem dúvidas sobre as confusões dos nobiliários de Monterroio, basta mesmo reparar na nota n.º 4, a fs. 10, do opúsculo do Sr. Camões e Vasconcelos, em que se faz referência a este passo que transcrevemos na íntegra das inquirições também realizadas em Bobadela:

— Dominicus Johanis, de Midões, homo de Lorbano, juratus dixit quod ipse compravit, in Tueriz, de Petro Martini, milite, unam

(1) «Perfil do Marquês de Pombal», 4.ª edição, p. 56.

hereditate septimam in Caballis, et dat de ipsa septimam partem Regi et ipi Petro Martini per medium et dat de eiradiga j. taligam ipsi militi sine Rege ... —

Ora este Domingos Jaonnes, *homo de Lorbano*, não é outro senão o nosso Domingos Joannes de Oliveira do Hospital.

Lorbano era um lugar de Midões, e Midões tinha sido coutado por D. Afonso Henriques em 1133 e doado ao Mosteiro do Lorvão.

Ainda em Midões nos vem a aparecer o descendente de Domingos Joannes, frei André do Amaral.

Mas, Pedro Martins, neto de Domingos Joannes, como Monterroio queria que fosse, vendia uma herdade ao avô?

É manifesta a confusão.

Mecia Domingues, filha de Domingos Domingues, a mulher de Martim Peres, filho de Pedro Martins (os potronímicos nos auxiliam), é mencionada no testamento de Bartolomeu Joannes como sua sobrinha: — Mecia Domingues, dos Martens, mãe de Teresa Martins.

Nas inquirições da paróquia de S. Pedro de Travanca aparece como deponente um Pedro Martins, de Gavia, que deve ser o mesmo. (1)



Partimos da persuasão de que entre Domingos Joannes e Bartolomeu Joannes existiriam fortes e muito próximos laços de parentesco.

Acabamos de ver que Domingos Joannes teve descendência. Não a teve Bartolomeu Joannes, mas teve irmãos, um deles Joanne Joannes, de quem se lembra no testamento e a quem deixa alguns valores. Também os deixa a uma filha deste irmão, Maria Annes, a uma outra sobrinha, do mesmo nome *que o serve*, filha de outro sobrinho também como o pai, tendo o nome de Joanne Annes, e aos irmãos dela Rodrigo e Joana.

E refere-se a Teresa Martins, filha da sua sobrinha *Mecia Domingues dos Martens*.

Os legados pessoais inicia-os porém com maior generosidade pelo *seu criado* Joannes, e pela irmã deste Teresa, filhos do seu *companhom* João Pires de Chapus e de Margarida Esteves.

E enquanto estes são contemplados, Joannes com 1.500 libras, e Teresa com 1.000, aos filhos e netos de seu irmão, e a outros sobrinhos, a maior quantia que lega é de 50 libras.

O facto de Bartolomeu Joannes ter repartido uma grande fortuna, com elevado espírito de fé religiosa, de caridade e de affecto familiar, aparecendo o irmão, os filhos e netos deste como herdeiros de pequenas parcelas, como outros

(1) L.º 3.º das Inquirições de D. Afonso III, fs. 10 v. — T. T.

parentes, deve significar que todas eram pessoas de haveres, que dispensavam o seu auxilio.

A diferença a favor dos filhos de João Pires pode comprehender-se porque Joannes e Teresa foram por ele *criados* como filhos, e eram netos de sua irmã Catarina Annes, mulher de Afonso Pires.

Quando Bartolomeu se refere à sobrinha *que o serve* ou ao *criado*, não se devem tomar os termos como designando serviçais.

Já do tempo de D. Afonso Henriques eram educados na Corte, debaixo da vigilância dos reis, desde crianças, os futuros moços fidalgos e damas da nobreza.

Estas crianças, como aquelas que também eram recebidas nos solares dos grandes senhores, quase sempre próximos parentes, diziam-se *criadas*, ou *da criação*, com o sentido de pupilas, educandas.

João Pires foi da *criação d'el-rei* (1).

Num documento do Cartório de Leça do Bailio, diz-se: — «*outras azenhas ha tão bem alienadas... q' tinha dado o infante D. Luís a hum SEU CRIADO, homem fidalgo...*» (2)

Viterbo esclarece-nos: — «*Criado* significava criado na casa ou companhia de alguém, sem mais salários, nem obrigação de servir, senão conforme aos da sua qualidade. E assim *meu criado* era o que eu criei ou mantive desde pequeno em minha casa e debaixo da minha inspecção e doutrina. No ano de 1356 os instituidores do morgado de Bouça, em Terra de Tavares, nomeiam para primeiro administrador Pedro Estêvão *seu criado e sobrinho* (3).

«D. Egas Moniz de Ribadouro criou D. Afonso de Portugal, o primeiro q hi houve e fez Senhor do Reyno *o criado* a pesar de su Madre (4).

Deste modo se entende que os filhos de João Pires de Chapus, sobrinhos de Bartolomeu Joannes, solteiro, sem encargos de família, por ele tivessem sido adoptados, *criados*, educados e mantidos desde pequenos em sua casa.

Diremos que podia admitir-se a hipótese de que o apelido *Chapus* viesse da mãe de Catarina Annes e de Bartolomeu Joannes, presumindo que os dois, como o outro irmão Joanne Joannes tenham nascido em França de mãe francesa, com quem Domingos Joannes casaria quando por lá andou.

E não nos será permitido conjecturar que Bartolomeu Joannes fosse afilhado do Conde de Bolonha? A ideia vem do facto de Afonso III ser muito devoto de S. Bartolomeu. O primeiro Paço construído em Lisboa para residência real foi o de S. Bartolomeu, por ele mandado edificar. E da amizade de D. Dinis como do tratamento de compadre — amigo íntimo — que lhe dava ainda D. Afonso IV quando a ele se referia.

Supomos, porque a circunstância explica muitas hesitações, que Domingos

(1) «Descobrimientos Portugueses», Sup. ao n.º 1, pg. 274.

(2) «O Ocidente», vol. XXIII, pg. 296.

(3) Pedro Esteves Tavares era neto de D. Teresa Afonso do Amaral, prima de Domingos Joannes.

(4) Provas da História Genealógica», vol. I, pg. 171.

Joannes era já viúvo quando regressou a Portugal, tendo casado com Domingas Sabachaes em segundas núpcias, e dela tendo também filhos.

Entretanto os nomes de Domingos Joannes, Domingas Sabachaes e Bartolomeu Joannes aparecem-nos repetidos pelo Ribatejo e pela Beira, já depois do falecimento dos dois primeiros.

Bartolomeu Joannes no testamento mostra também ter tido inteersses no Ribatejo. Diz: — «...item mando para missas cantar pela alma de Joam Guterras natural da Azambuja...»

«item mando cento cincoenta libras para fazer uma ponte por minha alma no rio Pontevel, que é no caminho publico que vae para Santarém, entre Aveiras e o Cartaxo ai ora *está a venda...*»

Pela carta de foral do Cartaxo, datada de 1312, D. Dinis concede «todo o meu lugar do Cartaixo, termo de Santarem» a diferentes indivíduos para «que elles façam hy pobra». Entre os concessionários figuram Domingos Domingues e Afonso Pires, pessoas que temos por parentes próximos de Bartolomeu Joannes.

Vila Franca e Azambuja eram colónias de franceses e de muita gente da Flandres. João Guterras devia ser desta origem. O progenitor dos Cunhas, Paio Guterres era de origem francesa.

Em Fevereiro de 1195 D. Sancho I tinha feito doação a foral de Pontevel e seu termo aos franceses de Vila Verde e da Lourinhã (1).

Já agora uma leve referência à história da ponte de Pontevel. Esta ponte era de um só arco de volta inteira construção antiga, tendo sofrido vários concertos (2).

Em 1911 foi reconstruída pela Câmara Municipal do Cartaxo, como indica uma placa que ali se conserva.

A ponte actual é enviusada de 10 metros de vão em arco abatido sem pés direitos (3).

Pontevel foi comenda dos Templários e tinha uma albergaria (4).

Confrontando as duas indicações sobre a ponte parece poder concluir-se que a actual não é mais do que a reconstrução da antiga nos mesmos moldes.

Fechado este pequeno parentesis, voltamos ao caso. De onde viria a ligação a terras do Ribatejo por parte de Bartolomeu Joannes?

Gonçalo Fernandes Tavares foi casado com D. Maria Rolim, filha de D. Rolim, o povoador da Azambuja, que era natural da Flandres. O filho, Estêvão Pires Tavares casou com D. Oruana Esteves, filha de D. Teresa Afonso do Amaral, prima de Domingos Joannes, e sabe-se que João Esteves, filho também de D. Teresa Afonso, viveu na Azambuja (5).

(1) «Hist. de Port.» de Alexandre Herculano. Tomo 11, pg. 73 e 99.

(2) «Descrição da vila de Pontevel», Por J. J. de Ascenção Valdez.

(3) Informação do ilustre presidente da Junta Autónoma das Estradas, sr. brigadeiro Silveira e Castro.

(4) «História da Ordem do Hospital».

(5) Alguns genealogistas dizem ser Estêvão Pires Tavares filho de Pedro Viegas, a quem D. Sancho II fez doação da Guarda.

Posteriormente ao falecimento de Domingos Joannes e da sua mulher Domingas Sabachaes, aparecem por ali várias pessoas com os apelidos de Joannes e de Sabachaes, e até com apelidos e nomes próprios idênticos ou cruzados.

Assim, numa carta dada por D. Dinis em Santarém, no ano de 1294, outorga-se um foro a Domingos Iohannes e à mulher Dona Joana, e a Bartolomeu Iohannes e sua mulher D. Cattaelina. (1)

Noutra carta do concelho de Santarém dada por D. Dinis a 30 de Outubro de 1305, naquela cidade, figuram como testemunhas Domingos Johannes, mercador, Domingos Domingues, alvazil, Domingas Sabachaes, e ainda outro Domingos Johannes, lavrador. (2)

Por outra parte, no Norte e na Beira, aparecem os mesmos nomes e apelidos, pela mesma época.

Em carta de 1307 D. Dinis dá foro de um casal e uma arroteia em Guimarães (3) a Bartolomeu Joannes. (4)

Em 1293 o mesmo rei tinha dado foro dum reguengo em Molellios, freguesia do concelho de Tondela, a Bartolomeu Savachaes e sua mulher (5).

Mas também em Lisboa.

Num documento de Abril de 1325 há referência a um certo Domingos Joannes *Alvardan*, que fez uma albergaria, e num de 1297 a outro ou o mesmo, agora apenas designado por Domingos Joannes, que possuía casas, em sítio próximo, junto a propriedades da Ordem do Templo (6).

Trata-se de dois documentos de confrontação. Em 1325 é natural que já não existisse o nosso Domingos Joannes, mas também não se diz que existisse, mas que fizera uma albergaria.

Supõe-se que se trata do mesmo personagem. Será assim? Será o Domingos Joannes de Oliveira do Hospital, cuidando em Lisboa dos negócios da Flandres e da França?

Ocorre-nos a propósito o facto de no princípio da monarquia se designarem por torres *albarrãas* ou, em latim, *alvarranam* aquelas em que se guardavam os dinheiros da Coroa.

No testamento de D. Dinis há referência à *Torre Alvarram* do seu Alcacer de Lisboa.

Teriam sido Domingos Joannes e Bartolomeu Joannes tesoureiros dos reis D. Afonso III e D. Dinis?

Num inquérito ordenado em 1290, figura Domingos Joannes como *contador do rei*, encarregado do pagamento da Quinta das Águias comprada para a infanta D. Branca.

(1) L.º 2.º da Chancelaria de D. Dinis. Fs. 76 v.

(2) «Din. Cron.», vol. I, pg. 305.

(3) Julgado de Faria.

(4) L.º 4.º da Chancelaria de D. Dinis. Fs. 51 v.

(5) L.º 2.º da Chancelaria de D. Dinis. Fs. 69.

(6) «Muralhas de Lisboa», vol. II, pgs. 37 e 44.

Temos Domingos Joannes por sogro de Afonso Pires, e Bartolomeu por seu cunhado, Afonso Pires imediatamente succede a Bartolomeu Joannes na Torre da Escrevaninha. Talvez não seja portanto desconcertada a interrogação.

Mas, transcrevamos o documento:

— Carta per que El-Rey deu a Affonso pirez do Porto Tesoureiro de ssa moeda a Torre da escrevaninha em ssa vida. — Don denys pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço sabr que eu querendo fazer graça e merçee a affonso perez do porto Tesoureiro de minha moeda por serviço que me fez e faz doulhy que tenha de mym en toda sa vida a minha tôrre da Ribeira de Lisbôa que chamam da escrevaninha com aquelas casas en que ora morava Bertolameu Johanes que esse Bertolameu Johanes de mym tynha por que mando a vos Lourenço martinz e mor fernandez scrivam das minhas casas de lixboa que entreguedes logo a dicta Torre com as dictas casas ao dicto Affonso perez sen outro embargo outro desto dey ao dicto affonso perez esta minha carta. Dãnte en Santarem v dias de dezembro El-Rey o mandou pero valença a ffez Era m.ccc. Lx ij annos. — El-Rey a ujo. —

Este documento nos levou a pensar que Afonso Pires, cunhado de Bartolomeu Joannes, tenha sucedido a este não só na casa mas também no officio.

Reparemos que se afirma que Afonso Pires, como Bartolomeu Joannes, não tiveram sòmente casas na Torre da Escrevaninha, mas a *dicta Torre com as dictas casas*.

No âmbito sapiente da poeira dos arquivos não é para o profano a função respiratória a que mais sofre, mas a incerteza na busca e na escolha do melhor caminho, por vezes agravado pela carência de catálogos e de índices; depois a confusão que o cortejo de documentos diversos traz, pelas indicações vagas, nomes e apelidos idênticos, para pessoas diferentes, ou então logo acrescentados ou substituídos por alcunhas bizarras, reduzidos aos simples nomes de baptismo, nem sempre a mesma firma para o mesmo indivíduo — o que exige, para esclarecimento seguro, abnegado espírito beneditino.

Enfim, em todo o caso menos enfadonho do que jogar às cartas, para quem nada mais útil tem a fazer.

Emoções também as temos, mas não as da descortezia.

Diz-se que o infante de Portugal, D. Fernando, filho de D. Sancho I, que foi conde da Flandres, poucos meses depois de casado, maltratava a esposa, quando esta o vencia no jogo do xadrez. ⁽¹⁾

(1) «Cancioneiro da Ajuda» — D. Carolina M. de Vasconcelos.

O infante era de génio bravo e violento, mas ao jogo nunca fiar dos que perdem, mesmo os de usual bonomia.

Continuemos porém.



Recapitule-se o que de fundamental ficamos até aqui sabendo de certeza acerca de Domingos Joannes e de Bartolomeu Joannes.

Quanto a Domingos Joannes:

— Era neto de D. Chavão, rico-homem de terra de Seia, residente no século XII dentro dos limites da paróquia de Oliveira do Hospital;

— Na área dos domínios do avô tinha casas no Outeiro, lugar que hoje está integrado na freguesia de Oliveira do Hospital;

— Esteve exilado em França, mas regressou a Portugal, tendo adquirido fortuna e renome;

— Instituiu a Capela dos Ferreiros, por tal conhecida, na Igreja Matriz de Oliveira do Hospital, onde se guardam o seu túmulo e o de sua mulher Domingas Sabachaes;

— Deixou descendência, como se prova pela carta de armas concedida por D. Manuel ao seu quinto neto frei André do Amaral;

— Usou brasão com flores de lis, que figura no seu túmulo, sendo de notar que naqueles tempos só as usavam os diferentes ramos da família dos Arias de Aldana, descendentes dos reis godos da Península;

Quanto a Bartolomeu Joannes

— Usava igualmente brasão com flores de lis e tinha também fortuna na França e na Flandres;

— Não tendo família própria, teve entretanto irmãos com descendência, e entre estes, D. Ana de Brito Joannes, filha dum outro Bartolomeu Joannes;

— Os testamenteiros que designou eram pessoas da sua família, como se prova pelas suas disposições e até pela identidade dos brasões de alguns deles.

Em relação aos dois:

— Domingos Joannes gozava da estima e protecção de D. Afonso III, conde de Bolonha; Bartolomeu Joannes da de seu filho D. Dinis e do neto D. Afonso IV.

— Ambos tinham forais de nobreza.

— Um dos primeiros administradores da Capela de S. Bartolomeu — João Pires de Chapus, era filho de Afonso Pires e de Catarina Annes, irmã de Bartolomeu. Por sentença de 19 de Fevereiro de 1540 reconheceu-se que Pero Fernandes de Serpa era descendente de Lopo Esteves, ou Lopo Pires Esteves, filho de João

Pires de Chapus e de sua mulher Margarida Esteves. Entre as famílias de Pero Fernandes de Serpa e de D. Ana de Brito Joannes havia parentesco, como entre elas e os Amaraes, desde João Lourenço do Amaral, bisavô de Frei André do Amaral e de João do Amaral, seu irmão. Assim se certifica que os da linhagem de Bartolomeu Joannes eram da geração de Domingos Joannes.

— Nos termos de Bobadela tinha casas Domingos Joannes, como Lourenço Viegas por aí tinha uma vinha, e Gonçalo Viegas uma herdade, factos a reter de memória para o que ainda terá de dizer-se da ascendência comum.



Bartolomeu Joannes, «auxiliador das rasgadas iniciativas de Dinis», supunha Castilho.

Poderemos presumir, nós, que esse auxílio se fez sentir no desenvolvimento do comércio marítimo, uma das maiores preocupações daquele rei.

E que continuava desta maneira a acção de Domingos Joannes, iniciada com D. Afonso III.

E porquê?

Não sendo Domingos Joannes um pobre ferreiro profissional de aldeia, o que restará de verídico na história que nos conta Coelho Garco?

É possível na realidade que o negócio leviano e pouco lícito, tenha tentado Domingos Joannes, mas exactamente pela falta de lisura e pelo consequente escândalo, o obrigasse a abandonar a pátria, a família e a sociedade.

Para redimir tal acto de loucura, procurara reabilitar-se pela forma usual ao tempo — dando-se aos perigos, aventuras e contingências da guerra, vindo afinal a conseguir, senão o esquecimento, uma reputação de honra e prestígio que cobria a sua falsa posição social.

Era então de facto nos campos de batalha que se encontrava o único e seguro caminho para os que pretendiam adquirir, consolidar, engrandecer ou readquirir títulos de nobreza.

Não obstante o tempo dedicado às atribulações guerreiras, não o teria abandonado a queda para o negócio, conseguindo avolumar cabedais em França e na Flandres, talvez favorecido pelo casamento o seu próprio esforço.

Se outros motivos não vierem a justificar a amizade com o conde de Bolonha, bastaria a situação de renome que ganhou pelas suas façanhas militares junto da corte de Luís IX, para o aproximar daquele exilado como ele, e muito provavelmente companheiro de armas. E quem sabe se não teria prestado ao pretendente à Coroa de Portugal valiosos serviços, tanto mais que poderemos supor pelo que terá de dizer-se ainda, que se dedicou ao comércio entre o reino, a França e a Flandres.

O que nos dizem como certo é que foi D. Afonso III, quando ocupou o trono, quem lhe perdoou a dívida para com a justiça e lhe permitiu voltar à pátria.

Ainda a propósito do seu brasão com flores de lis, inclinamo-nos a que

as podia usar por direito de família, se bem que, forçado a abandonar o seu convívio, o tivesse reconquistado em França por mérito próprio, batalhando com rara valentia. Fundamentamos esta persuasão mais no facto do brasão enquadrar as *aspas* do que pròpriamente nas flores de lis.

O uso das *aspas*, ou cruz de Santo André, o irmão de S. Pedro, e um dos doze apóstolos, como *S. Bartolomeu*, constituia em França distintivo dos partidários da Casa de Borgonha. Ainda que em Espanha foram adoptadas pelas famílias que descendiam dos heróis da batalha de Baeza, ganha contra os mouros em dia de Santo André, no ano de 1227 (1), e em Portugal diz-nos Bluteau que «as *aspas* que muitos fidalgos deste reino trazem por armas, foram tomadas pela conquista de Beja na véspera de Santo André.

É claro que tendo Domingos Joannes abandonado a terra e a família, pelos motivos conhecidos, e procurando esta, mesmo depois da sua reabilitação, uma vida calma e sem ostentações em Portugal, desaparece dos livros de linhagem, que, quando a ela se referem, nem assim mencionam o pai ou os filhos.

Só indirectamente se podem colher alguns elementos para reconstituir a sua vida e acções.

Mas relacionando factos poderemos alvitrar que Domingos Joannes não teria sido sòmente um notável guerreiro, mas um hábil homem de negócios, empreendedor e arrojado. Já a infeliz transacção da adolescência denunciava contudo o seu espírito mercantil. E não era como guerreiro que teria feito fortuna.

Fugido aos tribunais do País, o pai e a família, pessoas de valimento, herdeiras de nobres tradições, para evitarem o escândalo da prisão, fazem-no embarcar para França, mas não renegam o amor ao filho pródigo e recomendam-no aos cuidados de parentes e amigos que por lá andavam, sem dúvida ao próprio conde de Bolonha.

Durante a viagem, bastante demorada, instrui-se naturalmente nos negócios de importação e exportação, e põe-se ao corrente do modo de os levar a termo.

Adestrado nas armas, como todos os filhos de família fidalga, as recomendações que levava, permitem-lhe ocupar uma posição no exército francês, e revelar altas qualidades militares. Logo porém que regressa à vida calma, não se dissipa a ideia do negócio, para que o atrai a sua natural vocação.

As simpatias e prestígio que alcançara, as boas relações que conquistara, asseguram-lhe valioso crédito. Sorriem-lhe as possibilidades, e dá conta ao pai dos seus projectos, conseguindo associar este ao seu plano — dedica-se ao trabalho de intercâmbio comercial.

Parece-nos que veremos o pai de Domingos Joannes, logo no reinado de D. Sancho II, com a casa mudada para Lisboa, exercendo o cargo de *alcaide de navio*.

Não era aliás profissão que deslustrasse os seus pergaminhos. Já

(1) «Heraldica», por Alejandro de Pereyra.

D. Afonso Henriques, com o pensamento de atrair ao mar pessoas responsáveis, tinha determinado no foral de 1179 que:

— De Nauyo verdadeyramente mando que o alcaide e dous espadeleyros, e dous proeyros, e hum petintal, aiam foros de caualleyros. — (1)

Na carta régia de 1 de Fevereiro de 1317, em que se fixam as condições do contrato com o almirante Pessanha, estabelecem-se os vencimentos dos *alcaides* e dos *arraes*.

A propósito do significado destas palavras, Luís Pastor de Macedo, anotando a «A Ribeira de Lisboa», entende, e cence-nos, de que o *alcaide* seria o *cabeça militar*, o homem versado na tática da peleja sobre as águas, enquanto que o *arraes* seria pròpriamente o *comandante naval*, o técnico da faina marítima. E deduz que o *alcaide* era funcionário de categoria superior ao *arraes*, porque no mesmo documento se lhe atribui o ordenado mensal de doze libras e meia, e ao *arraes* apenas oito libras.

Era natural que assim succedesse, numa época em que a navegação andava sujeita a frequentes encontros com a mouraria e os piratas do Norte. Os barcos de comércio mesmo, precisavam estar preparados para a defesa ou para o ataque. Duma maneira geral, estavam sempre em condições de entrar em operações de guerra, quer os da armada do rei, quer os de comércio, sendo mesmo usual o seu emprego indiferentemente em qualquer daquelas objectivos.

E daqui a necessidade de entregar o comando superior, mesmo dos barcos de comércio, a pessoas de categoria e da confiança régia.

Apesar de tudo as viagens por mar ainda ofereciam mais segurança, e sobretudo mais rapidez, do que as longas caminhadas por terra.

O conde de Bolonha e os seus companheiros em França, urdindo a conjura contra D. Sancho II, deviam precisar de comunicações frequentes com os amigos e cúmplices que trabalhavam no País. Domingos Joannes, pelo seu espírito empreendedor, coragem e decisão, e pelas suas tendências para o negócio, seria aproveitado para, à sombra duma organização de comércio marítimo, satisfazer essa exigência do plano de conspiração.

Ainda no seu regresso definitivo a Portugal o próprio conde de Bolonha serve-se da via marítima, certamente a que lhe permitia maior confiança e rapidez.

Com ele devem ter vindo os seus validos, e, quem sabe, material e apetrechos de guerra, na previsão das lutas que iria sustentar com os fiéis ao irmão D. Sancho II.

(1) Na «A Ribeira de Lisboa» definem-se estes diferentes cargos: — *alcaide*, comandante ou patrão; *espadeleyro*, o remeiro, quando certos barcos navegavam a remos; *proeiro*, o que à proa dirigia o andamento do navio; *petinal*, calafate.

Por outro lado o filho de D. Chavão, agora alcaide de navio, é esquecido pelas terras da Beira.

A fortuna do pai, a casa fidalga, a vida faustosa desaparecem, e emprega os seus cabedais em auxiliar o filho na sua vida de reabilitação. Dá-se ao trabalho, uma existência apagada e modesta, para, em digno retraimento, esquecer o desaire do filho.

De D. Chavão não há mais notícias, pelo menos com este nome, ou porque tenha morrido, ou porque se tenha recolhido também a sentido isolamento.

Prosseguindo neste campo largo de incertezas e de dúvidas, vamos demarcando o caminho por alguns pilares de referência que o tornem acessível.

DE TERRAS DE SEIA À RIBEIRA DE LISBOA

IV

O silêncio, ou propositado despiste, feito sobre a personalidade de Domingos Joannes, que se chegou a ter por um esperto mas pouco escrupuloso ferreiro rural, e até sobre os seus primeiros ascendentes e descendentes, obrigam-nos a procurar a chave do enigma com alguma persistência e cuidado.

Sabemos já que não era ferreiro de profissão. Não o podia ser o neto do opulento proprietário, governador de Seia.

Caminhemos então ao encontro desse misterioso rico-homem, que se nos apresenta sob o vago e laico crisma de D. Chavão.

Recorramos mais uma vez ao Doutor Ribeiro de Vasconcelos:

«Não era a paróquia constituída apenas pela aldeia de Oliveira do Hospital. Mais três aldeias, colocadas no vértice de um triângulo, dentro do qual ficava Oliveira, formavam a paróquia, com a sede nesta, que era central. Havia a sul a aldeia de Garamacios (Gramachos, hoje Gramaços) onde em tempo de D. Afonso Henriques residia Dom Chavão (Domnus Flavianus) rico-homem das terras de Seia, isto é, o chefe, o governador civil, o representante do rei no vasto distrito de Seia, o qual vivia na sua casa de Garamacios com grande ostentação e numerosos familiares» (1).

«A aldeia onde morava D. Chavão (Garamacios) nada tinha com a Ordem do Hospital. O rico-homem e depois os seus descendentes e herdeiros, nenhuma contribuição pagavam, nem ao rei, nem à Ordem; mas os outros habitantes de Gramaços, que não pertenciam à família de D. Chavão, todos pagavam ao rei as contribuições tradicionais de var, de coima, de colheita, etc.» (2).

Mas, quanto aos privilégios dos ricos-homens, vejamos o que nos diz Schaeffer:

«Os ricos homens eram os grandes proprietários do solo; possuíam seus *solaregos* (3), *honras* (4) e *coutos* (5), aldeias, burgos e localidades inteiras; e isto com direitos e privilégios importantes.

O rico homem era na verdade o funcionário régio de mais elevada categoria em cada uma das maiores circunscrições em que se dividia o reino. À área da sua jurisdição administrativa e militar dava-se o nome de *terra* (6).

Constituíam em Portugal os ricos-homens, desde a fundação da monarquia,

(1) «Oliveira do Hospital e o seu escudo de armas».

(2) «Biblas» n.ºs 9 e 10 de 1895.

(3) Casas ou casais em que habitavam os seus serventuários e assalariados.

(4) Terras em que tinham seus palácios ou quintas com jurisdição sobre as vizinhas.

(5) Propriedades com certas isenções e privilégios.

(6) «História de Portugal» — Al. Herculanó — vol. 3.º, pág. 300.

a primeira ordem da nobreza: eram os senhores mais poderosos, porque reuniam à fidalguia do nascimento a autoridade e prestígio dos cargos públicos mais elevados (1).

Os ricos homens, nos outros reinos, tinham os títulos de condes ou barões (2).

A algum irreflectido leitor de acaso, intrépido, impulsivo e igualitário, que porventura se arripie, com as extraordinárias isenções dos ricos homens, talvez faça bem explicar que àqueles privilégios e regalias correspondiam deveres e encargos consideráveis na paz, e bem pesados na guerra, para a qual deviam estar sempre preparados, eles e os homens a seu soldo.

E lembrar também que o estado de guerra era situação normal, ora na defesa, ora no ataque, passando-se o tempo nas fronteiras com os mouros em azarias e fossados.

Continuemos, entretanto. Dom Chavão ou *Domnus* Chavão. Que significado tem o *Domnus*?

A palavra, do latim medieval, veio da forma do latim clássico *Dominus*, *senhor*, e passou mais tarde ao *Dom*.

Assim mesmo frei António Brandão afirma que o Dom «foi dado com tanta limitação até ao thempo de D. Afonso II, que não só nos fidalgos, mas em senhores principalíssimos, não havia o uso dele.»

O *Domnus* do rico-homem Chavão, não teria porém apenas o significado de qualidade honorífica, mas mais a designação de propriedade ou jurisdição: — *Domnus* Chavão, o senhor de Chavão.

Só muito mais tarde, depois de D. Afonso V, como nos disse Brandão, é que mesmo o *Dom* veio a ter simplesmente o valor de honraria, e se foi gradualmente generalizando:

*Os reis por acrescentar
As pessoas em valia,
Por lhes serviços pagar
Vimos a uns o Dom dar,
E a outros fidalguia,
Já os reis não hão mister
Pois toma o Dom quem o quer,
E as armas nobres também
Toma quem armas não tem
E dá o Dom à mulher (3).*

(1) «Gama Barros» — Edição Sá da Costa, vol. 2.º, pg. 249.

(2) Lei 10, tit. 25, partida IV.

(3) «Miscelâneas» — Garcia de Resende.



Dom Chavão, Domnus Flavianus, serão já disfarce, capa protectora dum nome aristocrático que se ocultava para o preservar de insinuações e referências malévolas, a propósito do desregramento do neto? ou por qualquer outro motivo que aconselhou o esquecimento do mundo?

Se bem que era então, naquele tempo, uso corrente subscreverem os homens de grande posição, apenas com o nome próprio, apelido, ou nome da terra em que eram senhores, mesmo em documentos oficiais.

É frequente encontrar um Donus Arcius, Didagu, Pelagio, Donus Alvitus, D. Mourão, etc. (1)

A pouco e pouco porém tornou-se habitual irem tomando para apelido de família o nome da terra ou quinta em que faziam assento.

Dom Chavão pode entender-se por senhor de Chavão. Comendador de Chavão foi mais tarde o seu quinto neto frei André do Amaral, como já vimos.

A administração das comendas pertencia aos comendadores ou comendatários, e o exercício do cargo era renovado de cinco em cinco anos.

No adro da igreja de Chavão tinham casas de residência o *vigário* e o *comendador* (2).

Convém esclarecer que «não são as comendas benefícios eclesiásticos, ainda que os seus administradores sejam verdadeiros religiosos, porque pelos seus estatutos e breves pontificiais se lhe conferem in *praemium laboris*, como pelos serviços feitos à Igreja» (3).

O mesmo autor esclarece que havia quatro ordens de comendas: de cabimento, de melhoramento, de graça e magistral, e quanto à *de graça* diz que o grão mestre a podia dar por seu livre alvedrio a qualquer cavaleiro, mas que não a costumava conferir senão a pessoas da maior distinção, como a capitães ou generais das galés, comandantes de armada, embaixadores, e outras individualidades de alta categoria.

Quer dizer, D. Chavão podia, sem que fosse eclesiástico, ter sido, como cavaleiro da Ordem, comendador de Chavão.

Prossigamos.

Mas Domnus Flavianus? Flavianus origem de Chavão?

Teve Chaves a razão de ser do seu nome — Aguas Flavias — por mercê do imperador Vespasiano, que lhe foi particularmente afeiçoado (4).

Chavão por vir de Chaves, Flavianus pelo mesmo motivo, pode ser uma hipótese. Consideramos porém mais verosímil Chavão, por ser detentor da

(1) D. Mourão deixou à Ordem do Hospital a terça parte de todos os seus bens, em Abril de 1154. L.º dos Mist., fs. 46 e 47 v.

(2) «Dicionário Geográfico» — Luís Cardoso.

(3) «Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta» — Frei Lucas de Santa Catarina.

(4) «Monarchia Lusitana». Vol. 2.º, pg. 67.

comenda daquele nome, que tinha a Ordem dos Templários, baseando-nos em que Chaves como apelido, tinha sido tomado por Rui Lopes e pelo irmão Garcia Lopes, depois da sua acção na conquista de Chaves aos mouros em 1160 — em vida portanto de D. Chavão.

Não é natural que este tivesse adoptado o mesmo apelido, ou da mesma origem, ao mesmo tempo.

Entre as diferentes hipóteses que se podem formular para encontrar a razão de ser deste apelido de Flavianus, só uma outra nos surge com fundamento accitável, dentro das presunções deste ensaio.

Grande número de famílias nobres dos primeiros reinados descendiam da serie de reis godos que com o título de Flavios governaram vários territórios na Espanha cristã, e entre eles algumas extensas áreas no Norte, em Coimbra e por toda a província da Beira, aonde dispunham de vastas propriedades.

Não seria descabido que o rico-homem, governador de Seia, vindo desta origem, por qualquer conveniência, tivesse procurado nos remotos antepassados, a indicação dum apelido que deixava na sombra aquele que teria no ramo mais próximo da família.

Mas, vamos devagar que temos pressa.



Agora uma diversão, que ainda com o risco de enfastiar o leitor, poderá vir a ser útil.

Por informação duma illustre senhora ligada à família Amaral, temos notícia de que na Quinta do Cruzeiro, em Canas de Senhorim, ainda hoje existe uma casa solarenga, que parece ser a mais antiga da vila, e oferece vestígios duma construção de remotas eras, dizendo-se ter sido residência de Soeiro Fromarigues.

Segundo as memórias paroquiais do abade Luís Coelho do Amaral, datadas de 1757, existia na Casa do Cruzeiro uma capela de Nossa Senhora da Conceição, mais tarde transferida para o actual solar da família Abreu Madeira.

Os Abreu Madeira afirmam que a Quinta do Cruzeiro pertencia aos seus antepassados, não obstante a opposição do falecido Visconde de Pedralva, Francisco Coelho do Amaral Reis, que alegava pertencer à sua família.

Na «Guia de Portugal», edição da Biblioteca Nacional, diz-se que esta quinta pertence hoje ao sr. architecto Keil do Amaral, filho do Visconde de Pedralva.

Seria interessante conhecer os fundamentos em que uns e outros se apoiavam, o que talvez nos facilitasse o trabalho, acertando ou negando hipóteses.

Os Fromarigues, como os Arias, senhores de Aldana, que em Portugal se vieram estabelecer, descendiam de Flávio Teodósio e de sua mulher D. Maria Soeira.

Em sucessivas gerações, ramificando-se aquelas famílias, foram tomando,

pelo costume da época, os apelidos das quintas e honras que lhes cabiam por herança ou dote paternal.

Aos descendentes de Soeiro Fromasigues terá sucedido o mesmo.

Vejamos o que se pode saber a seu respeito.

Pelo ano de 1085 o Castelo de Santa Maria da Feira estava cometido a um capitão chamado Placêncio, e havia nesta terra um fidalgo principal chamado Fromariguiz (1).

Numa doação que Soeiro Farmasigues fez a 3 de Outubro de 1093 ao Mosteiro Grijó, estiveram presentes, entre outros, Flacêncio, alcaide do Castelo de Santa Maria, Paio Fromariguiz, todos confirmando a escritura, como pessoas notáveis ou parentes do doador.

Em outro documento o encontramos, com sua mulher:

Em 28 de Junho de 1091 Ragui Ramires e Rodrigo Gonçalves fazem *carta de incomunição a Soeiro Fromarigues e a sua mulher Elvira Nunes*, de metade das herdades que possuíam na vila Draguncelli, sob o monte da Pena, no território português (2).

Parece que era casal de fortuna porque por 1087 a 1099, fazem a compra de várias herdades, e ainda a 10 de Março de 1101 adquirem diversos bens a um tal Gonçalo Ramires (3).

Que era pessoa grada também se deduz do facto de ser um dos nobres que assina em 1094 uma carta de cessão de direitos do conde D. Raimundo e de sua mulher D. Urraca, irmã da rainha D. Teresa, ao bispo de Coimbra Domnus Crescencio.

A mulher de Soeiro Fromarigues, D. Elvira Nunes, deve ser a sua parenta D. Elvira Nunes Arias. No documento a pg. 536 — «Diplomata et Chartae» — chama-se realmente a D. Elvira, D. Elvira Nunes *Auria*.

O casal teve filhos, como no-lo demonstram alguns documentos. Assim este em que os filhos doam ao Mosteiro de Grijó várias propriedades em Grijó, Rial, Nogueira, no concelho de Vila Nova de Gaia, e Lobel, na Feira:

— Nos famuli Dei filii Suariz Fromariguiz seilicet Nunu Suariz, Suarius Suariz Pelagius Suariz Petrus Suariz Erus Suariz Maior Suariz Adosinda Suariz Ermesinda Suariz Toda Suariz Saluator Suariz ...

E assinam o documento:

— Pro testes Menendo Fromariguiz qui uid, domna Eluira Nuniz mater ipsorum filiorum qui ibi resonant que uidit illes hoc facientes et confirmantes. —

(1) «Mon. Lus.», vol. 3.º, pg. 12.

(2) Livro Baio Ferrado, fs. 73 v., doc. 197. — T. T.

(3) Idem, de Grijó, fs. 77.

Tem a data de 17 de Fevereiro de 1109. (1)

Ainda alguns dos filhos fazem doações ao Mosteiro de Grijó, a que a família foi muito dedicada e do qual usufruiu o padroado:

— Pelagius Suariz, a 20 de Abril de 1109 doa parte dos bens que possuía em Nogueira, Ausemir, Maçada e Insua, no concelho de Oliveira de Azemeis, e Soeiro Soares dispõe, a 8 de Junho de 1104, para depois da sua morte, de metade dos seus bens a favor daquele mosteiro, com a cláusula de ser reduzida a um quinto no caso de sobrevir descendência directa. (1)

Aqui chegamos ao ponto que mais nos pode interessar nesta diversão: — a prova de que a família dos Fromarigues andou ligada à de Egas Monis .

É o que nos diz o seguinte documento:

— Sub potentia Dei Omnipotentis. Nos omnes, qui sumus heredes, et possessores Monasterii, vocabulo Sancti Johannis Baptiste, cujus Ecclesie est fundata terminus Ordini, secus flumen Durio, et Tamice, ad radicem montis Aratri, territorio et Diocesse Portugalensis Ecclesie: id sumus filii, et neptis, de *Monio Veniegas, et Ermigio Veniegas* (2) et omnibus generationibus suis, ego Pelagio Suariz, filius Suario Fromariquiz, habeo uxore, nepta de Monio Veniegas, et teneo ipsum Castellum, nomine Bene vivere de manu de illa Regina Domna Tarsilla e de illo Comes Domno Fernando, convenimus com *Egas Moniz et Menendo Moniz* (3) et Ermigio Moniz, et alias generationes de ipsos que sursum resonant, quia ego faciam offerendam ad ipsum...» De varies domimis (4).

Assim se verifica que os de Riba Douro se aparentaram com os Fromarigues. Soeiro Fromarigues foi morto em combate nos primeiros meses de 1110, quando o Conde D. Henrique, receando um ataque dos mouros a Santarém, enviou tropas de reforço, sob o seu comando, e estas foram atacadas de surpresa durante um estacionamento.

O acontecimento é assim relatado:

— Factum est magnum infortunium supra Christianus, qui ibant ad Sanctaen, in loco qui dicitur Vatalandi. Dum enim vellent ibi Christiani figere tentoria, et requiescere, cum subito ex improvise multitudo Sarrecenorum et Moabitorum et Arabum audito numero eorum venerunt super eos repente, et imparatus eos invenientes, interfecerunt ex iis plurimos, ibique mortus fuit Suarius Fromarigis

(1) «Port. Mon. Hist.».

(2) Pai e tio de Egas Monis.

(3) Irmãos.

(4) «Diss. Cron.», vol. I, pg. 254.

pater Domni Nuno Suariz, qui erat Dux super eos, et Mido Cresconis, pater Domini Joannis Midiz. — (1)

Tinha então Soeiro Fromarigues 62 anos.

Mido Cresconis era também pessoa nobre, parente do bispo de Coimbra Domnus Cresconio. Passou a vida em operações de guerra. Em 1092 tinha feito testamento a favor de sua mulher, mas acautelando que se ela viesse a casar segunda vez os bens reverteriam para os filhos dele. (2) Era o costume da época.

Recordemos que D. Egas Monis foi senhor de Crescones ou Cresconhy. Continuemos porém a vida de D. Soeiro Fromarigues na do seu primogénito.



No documento que se transcreveu diz-se que Soeiro Fromarigues era pai de D. Nuno Soares. Já em outro lugar vimos que teve vários filhos e filhas. Procuremos o que se pode saber a respeito de D. Nuno, o mais velho.

O Conde D. Pedro diz que dele vem os Vasconcelos por femea, o que seguem os genealogistas; mas frei António Brandão declara que não descobriu a esta família direita sucessão. Porque não considerou a linha feminina? (3).

Figura Nuno Soares entre os homens bons que em 1132 tiveram de resolver partilhas entre o Mosteiro de Pedrosa e o do Paço, para o que se reuniram em Terra de Santa Maria (4).

Outra notícia temos de D. Nuno Soares a propósito duma questão suscitada entre o arcebispo de Braga, D. João Peculiar e os dois irmãos Pero e Mendo Godinho, relativa à herdade de Pitães, que o bispo assegurava pertencer-lhe por concessão de D. Nuno Soares, a quem coubera por doação da rainha D. Teresa.

Já temos notado que frequentemente nos desponta no caminho a Ordem dos Templários, Hospitaleiros ou de Malta. Veremos agora que desde muito tempo se verificava a sua aproximação dos Fromarigues:

«Domnus Martim Fromarigues qui erat tunc Commendatur de Thomar...

O castelo de Tomar a cargo de Martim Fromarigues era dos Templários, sendo ele freire da Ordem (5).

Fixemos agora que Viseu, Canas de Senhorim, Seia, Touriz, Oliveira do Hospital, Tábua, Midões, S. Pedro do Sul e Matos, constituíam o centro duma área territorial que, subordinada ao condado de Coimbra, esteve sob o governo

(1) «História do Exército Português», Cristóvam Aires.

(2) «Diplomata et Chartae», pg. 462.

(3) «Mon. Lus.», vol. 3.º, pg. 76.

(4) Idem, idem, pg. 111.

(5) «Mon. Lus.», vol. 5.º, pg. 232.

dos Flavios, depois em parte sob o domínio de Domnus Flavianus ou D. Chavão, e onde mais tarde viemos encontrar, em mais limitadas possessões muitos dos seus descendentes, constituindo novas famílias.

Dos Arias e Fromarigues era parente muito próxima a rainha D. Teresa.

Desta família vieram para Portugal ao serviço do Conde D. Henrique e de sua mulher, os filhos de D. Arias Nunes, tio direito de D. Teresa.

Traziam no brasão cinco flores de lis. E tanto se ufanavam deste distintivo heráldico que um dos seus descendentes adornou com grande provisão de flores de lis todas as simalhas e torreões da Quinta do Crasto, que receebra por sua mulher. (1)

Do conde D. Henrique, da rainha D. Teresa e de seu filho D. Afonso Henriques receberam todos várias doações e governo de terras, em prémio de seus serviços.

Vamos ver que nos aparecem pela região que descrevemos.

Nas inquirições ordenadas em Viseu pela rainha D. Teresa em 1127 é inquirido Pelagio Arias e, como proprietário nas redondezas se dá fé de Arias Nunes, Pelagio Fromarigues e Petro Fromarigues.

Logo depois da conquista de Coimbra em 1064, constituiu-se um distrito com a terra portuguesa situada ao sul do Douro — Terra de Santa Maria — limitada por uma linha que seguia aproximadamente de Lamego a Viseu e Seia, terras recentemente conquistadas, e a sueste e sul pela vertente setentrional da Serra de Estrela e pelo rio Mondego até à foz (2).

A terra de Viseu veio a ser governada por D. Pedro Arias (3).

Formarigo é nome de origem germânica. No concelho de Oliveira do Hospital houve uma povoação com este nome (4).

D. Chavão tinha tido por antecessor, como governador de Seia, a João Viegas por 1131 a 1136, tendo já este residência em S. Paio de Gramaços.

Duas transcrições do texto da nomeação de João Viegas, pela sua curiosidade:

— Vermudus Petri gener Regina Domnae Tarasiae voluit eis rebelionem facere in Castello Sene. Sed nom valuit, quia idem Infans (D. Afonso Henriques) cognoscens, occurruit ei cum militibus suis, et ejecit eum de Castello (5).

— Ego Infans, Domnus Yldefonsi, filius Henrici, et Taragie Regine, filiam gloriosissimi Yldefonsi Rex ... dono tibi illas, pro criação, et pro bono servicio, quod michi fecistis, et exerdo illos, pro que sunt meos rebelles, et intrarunt in Sena in meo contrario, cum

(1) Felgueiras Gaio.

(2) «História de Portugal» — Vol. I. Fortunato de Almeida.

(3) «Diss. Cron.», vol. 3.º, pg. 40.

(4) Bol. da 2.ª classe da Academia das Ciências, vol. IV, pg. 323-324.

(5) «Diss. Cron.», vol. 3.º, pg. 102 e 103.

meos inimicos, *sine mea culpa, et sine malaficio qui ego fecisse eos ...*
Ego Infante Domno Ildefonsi ad tibi Johanem Venegas ... — (1).

Domnus Flavianus governa Seia, o neto usa no brasão as flores de lis, que ao tempo eram distintivo das famílias descendentes de Arias e Fromarigues.

Assim parece aceitável a ideia de que Domnus Flavianus descenda dos Arias ou Fromarigues e que o brasão de Domingos Joannes venha desta origem.

Estas viagens retrospectivas, por épocas remotas, nem para todos oferecem interesse que vença a monotonia, mas paciência, afigura-se-nos que a estrada porque enveredamos nos vai revelar indicações valiosas.



Aproximemo-nos agora novamente de Domingos Joannes, para chegar ao avô D. Chavão.

Domingos Joannes, como se sabe, foi o tronco dos Amaraes de Touriz; pelos Amaraes devemos procurar a sua origem.

Ora os Amaraes, como os Matos e Cardosos, provinham do casamento de D. Ermigo Paes com D. Mecia Soares Cardoso.

Há grande discordância entre os genealogistas quanto à origem da família deste apelido de Cardoso. Alguns pretendem que venha dum D. Soeiro, de quem não dão mais notícia, a não ser que tomou este apelido por ser senhor da honra de Cardoso. Outros querem que seja Soeiro Viegas, filho do aio de D. Afonso Henriques, D. Egas Moniz.

E ainda outros há que tenham por tronco de Cardosos, a Lourenço Gonçalves Magro e também a João Nunes de Cardos.

Estas últimas duas hipóteses estão fora das possibilidades, porquanto Lourenço Gonçalves Magro, bisneto de D. Egas Moniz, foi da casa de D. Dinis e seu aio, vivendo portanto numa época mais adiantada; e João Nunes de Cardos também viveu mais tarde e dizem-nos que foi progenitor por si de uma outra família a que quiseram dar o apelido de Cardoso.

Quanto aos dois primeiros, Soeiro Cardoso e Soeiro Viegas, parece não poder haver dúvida de que se trata duma e da mesma pessoa.

A Quinta de Cardoso era em S. Martinho de Mouros, senhorio dos de Riba Douro, e portanto Soeiro senhor de Cardoso, deva ser Soeiro Viegas.

Aliás o próprio Felgueiras Gaio, no título de Coelhos, afirma que Soeiro Viegas, filho de D. Egas Moniz, foi o progenitor dos Cardosos, o que outros genealogistas corroboram. Diz mesmo que D. Mecia Soares foi filha legítima ou bastarda de Soeiro Cardoso.

Assentemos pois em que foi Soeiro Viegas senhor de Cardoso, em S. Martinho de Mouros, que constituiu a família daquele apelido, que D. Mecia

(1) «Diss. Cron.», vol. 3.º, pg. 102 e 103.

Soares Cardoso foi sua filha, e temos de admitir que João Nunes Cardoso foi também seu filho, pelas razões que já vão ser aduzidas.

Não encontramos documentos que comprovam esta ascendência, a não ser duma maneira muito vaga a iquirição de D. Afonso III no julgado do Castelo de Aregos, em que se diz que o pai ou o avô de Lourenço Pires de Matos tinha tido um casal em Meomães, e que D. Egas Moniz ali tivera quatro casais.

Ora Lourenço Pires de Matos era filho de D. Mecia Cardoso e neto de Soeiro Viegas, podendo considerar-se que herdara do avô a propriedade.

Parece porém que neste caso a indicação dos genealogistas é segura.

Alguns livros de linhagens abrem o título de *Cardos* por João Nunes de Cardos, sem indicarem a sua ascendência, e outros há que confundem João Nunes com o pai Soeiro Cardoso. Cardos e Cardosos são porém o mesmo apelido ou, pelo menos, vem do mesmo tronco. O bispo de Macau, D. João Ribeiro Gaio, que traduziu em rimas o seu conceito sobre as famílias nobres do reino, dá-nos esta etiqueta:

Cavaleiros valorosos
Foram estes cá na Hespanha
DE CARDOS DITOS CARDOSOS
Brandos e mui maviosos
DE LINHAGEM DA ALEMANHA

O sublinhado é nosso.

Como se disse, a irmã de João Nunes, D. Mecia Cardoso, casou com D. Ermigo Paes, de quem teve os seguintes filhos:

— D. Paio Ermigues que levou a honra de Matos e foi progenitor da família deste apelido;

— D. Vasco Ermigues que teve a honra de Cardoso;

— D. Afonso Ermigues, a quem pertenceu a honra de Amaral; junto de Viseu; e

— D. Teresa Afonso, que casou com Estêvão Annes, alcaide-mor da Covilhã.

João Nunes de Cardos, ou Cardoso, foi casado com D. Sancha Annes, filha de João Martins de Fornelos, tia do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, e tiveram, ao que nos dizem os genealogistas, apenas estes dois filhos:

— Pedro Annes, a quem no «Nobiliário» manuscrito n.º 1.001 da Biblioteca Nacional, a pg. 410, se chama Pedro Annes *Cardoso*.

Teve este dois filhos também, um eclesiástico, sem geração, outro D. Maria Pires que, pelo casamento com João de Ornelas, passou à família deste apelido.

— Maria Annes, que foi mulher de Gonçalo Martins de Nobrega, a cuja família passou igualmente.

É muito breve, como se vê, a corrida dos *Cardos* pelas páginas da genealogia.



Precisamos, antes de prosseguir a nossa exposição, conhecer o melhor que nos seja possível a personalidade de D. Soeiro Viegas.

Já sabemos que era filho de D. Egas Moniz, e diz-nos a história que este descendia de D. Afonso Magno, rei de Leão, e que teve aquele filho da sua segunda consorte D. Teresa Afonso, filha do conde D. Afonso das Asturias.

D. Egas Moniz foi senhor de Cresconhe e de S. Martinho de Mouros, e tinha sob a sua jurisdição o Castelo de Lamego, que por sua morte em 1164 passou ao filho Soeiro Viegas. (1)

D. Afonso Henriques nasceu entre 1106 e 1110, tendo passado a meninice na Quinta de Cresconha, no julgado de S. Fiiz, freguesia de Santiago de Peagões, sob a tutela de Egas Moniz. Foi criado o nosso primeiro rei por D. Mor Paes da Silva, mulher de D. Egas,, tendo quase a mesma idade do filho Lourenço Viegas, a quem D. Afonso sempre daria o tratamento de irmão.

A primeira notícia que temos certa de Soeiro Viegas é como confirmante numa troca que sua mãe faz, em 1123, com o presbitero Helias, da igreja de S. Salvador de Argeriz pela de S. Silvestre de Britionde. No P. M. H. — Leges, diz-se a pg. 368 que confirmou o foral de Ferreira d'Aves, entre 1114-1128, o que não altera a afirmação anterior (2). A última em 1226, figurando como Comendador da Ordem dos Templários em Coimbra (3).

Há uma diferença de 103 anos, entre as duas datas, a que ainda se deverá acrescentar a idade que teria em 1123, e os anos que terá vivido depois de 1226.

Pode lembrar-se que a irmã D. Elvira Viegas também já em 1123 confirma a troca a que se fez referência, e por 1216 faz uma doação ao Mosteiro de Salzedas (4). Terá vivido portanto mais de 93 anos.

Aparece-nos Soeiro Viegas depois na relação dos fidalgos que em 1139 entraram na batalha do Campo de Ourique.

Seria bastante novo então, mas pode lembrar-se que aos catorze anos D. Sancho I, então infante, tomou parte na batalha de Arganel, nas visinhanças de Ciudad Rodrigo, e que já desde os doze anos o pai o fazia entrar nas acções de guerra.

Mais, aos sete anos poderia mesmo já ter entrado em combate, porque então aos sete anos se era admitido nos primeiros graus da cavalaria, com a dignidade de pagem, que tinha obrigação de acompanhar à guerra o seu senhor.

Diz Duarte Galvão que D. Egas Moniz adoeceu a poucas jornadas de

(1) Estas informações, com as que se seguem, são colhidas na «Monarchia Lusitana»; alguns historiadores porém têm por ama D. Teresa Afonso, e Lourenço Viegas por seu filho.

(2) «Breve Relação da Fundação e Antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas», por Fr. Baltazar dos Reis. Publicação da Biblioteca Nacional.

(3) «Nova Malta», vol. I, pg. 240 e 261.

(4) «Breve Relação, etc.», pg. 46 e 49.

Campo de Ourique, não podendo por este motivo entrar em combate. ⁽¹⁾ Mas o filho Lourenço Viegas comandava a retaguarda das nossas tropas, e é natural que o irmão Soeiro o tenha seguido, talvez como pagem.

Continuemos a resenha cronológica dos documentos em que encontramos menção de Soeiro Viegas.

Em 1123, como dissemos, confirma a troca que faz sua mãe com o presbitero Helias.

Em 1125-1126, faz com seus irmãos algumas vendas ao Mosteiro de Salzedas, e em 1136 D. Teresa Afonso, na doação que faz ao abade D. João Cirita, nomeia-o entre os outros filhos, *Lourenço Viegas*, *Elisa Viegas*, *Orraca Viegas* e *Rodrigo Viegas* ⁽²⁾.

Em 1143 figura no couto do Mosteiro de Castro de Avelãs ⁽³⁾.

Em 1159 confirma a doação de sua mãe, D. Teresa Afonso, ao abade D. João Nunes ⁽³⁾.

Em 1163, confirma na renúncia de D. Teresa Afonso ao direito de padroado do Mosteiro de Salzedas ⁽⁴⁾.

Em 1164 assina como *príncipe de Lamego* uma escritura de renúncia dos direitos episcopais no Mosteiro de Salzedas. Já exercia este cargo desde a morte do pai.

Em 1170, com seu irmão Lourenço Viegas, o Espadeiro, e os outros dois filhos varões de D. Egas Moniz, acompanha o cunhado Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, na sortida aos mouros que este fez, como fronteiro de Beja, no dia em que completava noventa e cinco anos de idade, e em que nesta acção encontrou a morte ⁽⁵⁾.

Em 1174, assina o foral de Monsanto.

Em 1181 o de Melgaço.

Em 1182, não obstante se dizer ⁽⁶⁾ que pouco tempo se demorou em Lamego, ainda na qualidade de príncipe deste distrito figura no aforamento de Baldige ⁽⁷⁾.

Em 1186 confirma uma doação de D. Sancho I a Santa Cruz de Coimbra.

Em 1187, com sua mulher, D. Sancha Varmuis, e filhos, faz venda duma vinha ao abade João Fernandes ⁽⁸⁾. Ainda neste ano confirma o foral de Viseu.

Em 1189 vende também, com sua mulher, alguns bens ao Mosteiro de Salzedas ⁽⁹⁾.

(1) «Chronica de D. Afonso Henriques».

(2) (3) e (4) «Breve Relação, etc.» — Lourenço Viegas filho ou enteado?

(3) A. Reuter.

(4) «Monarchia Lusitana». — Príncipe significava governador, rico-homem.

(8) «O Panorama», 1839, pg. 130.

(6) «Monarchia Lusitana».

(7) «Leges et Consuetudines».

(8) «Breve Relação, etc.».

(9) «Don Egas Moniz de Riba Douro».

Em 1190 faz carta de arrás à consorte D. Sancha Vermuis (1) em que lhe dá *mui grossas fazendas*, e estipula que «só possuirá se não casar ficando viúva, casando porém, o marido e seus filhos, que dele tiver, nada chegarão a ter e possuir *do que era delles ambos*, mas tudo será dos filhos deste seu primeiro matrimónio. Pelo contrário, enviuvando ele, dito Soeiro Viegas, se se casar segunda vez, nada herdarão os filhos que houver da dita D. Sancha Vermudes, sua mulher primeira».

Este documento sugere algumas considerações. Assim, em 1190 não só julga a mulher em condições de casar novamente se enviuvasse, mas também para si próprio admite a mesma possibilidade, não obstante os seus sessenta e sete anos de idade.

Pode entender-se que considerava liquidadas as suas obrigações para com D. Sancha e os filhos do casal, pela larga doação que lhes fazia — e ela tinha também herança sua, de família —, reservando para si e para dispor como quisesse do resto da sua fortuna. A carta de arrás teria desta forma o significado duma separação de bens, senão de pessoas igualmente.

Como se sabe, Soeiro Viegas veio de facto a dispor da quinta e honra de Cardoso a favor de D. Mecia Soares, filha de outro consórcio ou ligação.

Por sua vez D. Sancha Vermuis em 1199 faz doação de um casal em Barrô, na Terra de S. Martinho de Mouros, ao abade D. Munio, sem intervenção do marido, o que parece confirmar que um e outro se julgaram aptos a dispor da parte que a cada um ficara pertencendo (2).

Em 1199 Soeiro Viegas assina o foral da Guarda como pretor desta cidade (3).

Em 1204 D. Sancha faz uma venda ao abade de Salzedas João Fernandes, e em 1208 doa ao Mosteiro o lugar de Vila Verde e do Alcorvo, pela sua alma e *de seu marido e de seus filhos*. Continua assim a dispor livremente da sua parte. As missas seriam para mais tarde, porque os filhos eram vivos e o marido também, pois que em 1216 aparece-nos Soeiro Viegas como Comendador de Leiria (ou de Leça), confirmando o instrumento de concórdia entre o arcebispo de Braga e o Prior do Hospital, em que também subscreve Miguel Viegas, Comendador de Santa Marta, comenda esta que se uniu à de Chavão.

J. Anastácio de Figueiredo supõe que ingressasse na Ordem depois de viuvo.

Em 1226 ou 1228 era Comendador da Ordem em Coimbra (4).

É esta a última notícia que dele temos, pois julgamos que o Soeiro Viegas

(1) «Don Egas Moniz de Riba Douro», por A. de Almeida Fernandes, pg. 332.

— Vilerto — Marido.

(2) «Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa» — Academia Portuguesa de História.

(3) «Port. Mon. Hist.» — Leges, pg. 511.

(4) «Nova Malta» — Vol. I, pg. 240 e 261.

que em 1244 subscreve o foral de Proença-a-Nova, será o seu sobrinho neto Soeiro Viegas Coelho.

Inclinamo-nos à hipótese de que Soeiro Viegas tenha casado segunda vez e na família de Nuno Soares Fromarigues. E ainda se pode admitir que teve mais um filho, e este natural — João Viegas.

A noção das responsabilidades do casamento e dos deveres conjugais andavam naqueles tempos bastante longe dos limites que hoje as convenções sociais, mais do que a religião e a moral, impõem.

O contacto durante séculos entre a população cristã e os árabes, tinha de exercer alguma influência sobre quem vivia a paredes meias.

A mancebia dos homens casados, mesmo os da mais alta gerarquia, não era motivo que lhes afectasse a reputação e o prestígio. No clero, ainda entre os mais altos dignatários, as ligações de amor livre não eram invulgares.

Não é de estranhar pois, por coisa corrente e natural, que Soeiro Viegas tivesse tido filhos fora do legítimo matrimónio.

Os próprios reis distinguiam as amantes e os filhos naturais, como os maiores proventos e distinções. A rainha Santa Isabel recebia os filhos do adultério do marido com carinho igual ao que dispensava aos seus próprios filhos.

E ainda se pode lembrar que, segundo o que nos diz Viterbo, ao tempo por três modos se verificavam os contratos matrimoniais:

- 1.º — Por consagração da Igreja;
- 2.º — Por mero acordo que se tornava público;
- 3.º — Segundo o direito natural, só dependente da vontade dos contraentes, sem que se soubesse e se tornasse pública a sua decisão.

Mas, ainda mais, mesmo na existência do matrimónio, assinavam com as mulheres ilegítimas documentos de venda e doações, o que se verificou até da parte de D. Egas Moniz (1).



D. Chavão governador de Seia. D. Chavão identificado como Soeiro Viegas, filho de Egas Moniz.

Por aquelas terras tinha andado o pai, o pundonoroso aio de D. Afonso Henriques, quando ali foi, enviado pelo seu rei, em auxílio dos povos da região contra os mouros.

E o foral de Seia, dado em 1136, é confirmado, entre outros, por D. Egas Moniz, e por um tal Truetesendo Vermuiz, que bem pode ser da família da primeira mulher de D. Soeiro, D. Sancha Vermuiz.

Conta-se que, por virtude de certa promessa, D. Egas Moniz fez erguer uma capela e um mosteiro, junto a S. Romão, na serra da Estrela, a qual foi

(1) «D. Egas Moniz de Riba Douro» — A. de Almeida Fernandes.

concluída pelo seu primogénito D. Lourenço Viegas em 1149. E também se diz que *possuía na região muitíssimas herdades*. (1)

D. Soeiro Viegas por terras de Seia. E quando foi comendador de Chavão? Antes ou depois de Leiria e de Coimbra?

Bem o queríamos averiguar, como confirmação conveniente duma quase certeza, deduzida das indicações que nos oferece este inquerito.

Conhecida a largos traços a vida pública de D. Soeiro Viegas, procuremos relação da sua vida particular.

Dizem os genealogistas que foi casado com D. Sancha Vermuiz, sobrinha de Afonso Henriques, filha de sua irmã D. Teresa Henriques, que foi mulher de D. Bernardo Peres de Trava, Deste consórcio teve D. Soeiro dois filhos, que não deixaram geração, e uma filha, D. Urraca Sanches, que pelo enlace com Gonçalo Mendes de Sousa passou à família dos Sousas.

Um dos filhos, Lourenço Soares, foi casado com D. Urraca, filha de D. Sancho I de D. Maria Aires de Fornelas.

É o que nos dizem os genealogistas. Mas se também dizem que foi progenitor dos Cardosos, tem de concluir-se que casou segunda vez, ou que teve filhos fora do matrimónio.

O pai D. Egas, se bem que o tenham eles casado por duas vezes, há entre os mestres da história quem admita que teve ainda mais outras duas mulheres legítimas.

D. Álvaro Gonçalves Pereira, filho natural do Arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, teve de diferentes mulheres trinta e dois filhos bastardos.

O que foi omitido ou esquecido no Livro Velho de Linhagens, por qualquer circunstância, dificilmente se completa ou rectifica depois, quase todos os autores tomando por modelo, em fonte segura, aquele monumento genealógico.

Cremos entretanto que D. Soeiro Viegas, senhor de Cardoso, e comendador de Chavão, contraiu segundo matrimónio ou enlace por qualquer das formas mencionadas por Viterbo.

E poderá supor-se que com uma filha ou irmã de D. Nuno Soares, filha ou neta de D. Soeiro Fromarigues, repetindo-se as ligações nupciais com estes parentes.

Deste segundo casamento terão nascido João Nunes Cardoso e D. Mecia Soares Cardoso, esta sua herdeira na honra de Cardoso e aquele nas terras dos Fromarigues em Oliveira do Hospital, como em S. Paio de Gramaços e redondezas, onde o encontraremos, e também ao filho Domingos Joannes, em referências documentais.

José Anastácio de Figueiredo pensa que D. Soeiro Viegas terá ingressado como comendador na Ordem dos Templários depois de viuvo.

É natural, mas depois para o disfarce do nome e apelido deve ter contribuído a desonrosa acção do neto, que não só o obrigava a dedicar-se decisivamente

(1) «Monografia da Vila de Seia» — P.^o José Quelhas Bigotte.

à vida religiosa, recolhida e calma, fugindo à sociedade, como ainda a adoptar para si e para a segunda família que constituiria um novo apelido, e finalmente só o título da sua comenda, para não deslustrar o renome e prestígio dos fidalgos de Riba-Douro, vexando a memória dos seus gloriosos antepassados.

Desta maneira se explica que os genealogistas, a começar no Conde D. Pedro, não mencionem o rico-homem D. Chavão, opulento senhor da terra de Seia, e que, com tal nome não figure também, porque não figura, no quadro dos vassallos de D. Afonso Henriques.

A morte da segunda mulher, possivelmente quando ia já bastante avançado em anos, justificava a resolução de procurar socego de espírito e esquecimento na vida conventual.

D. Soeiro Viegas foi pois comendador da Ordem dos Templários em Leiria, em Coimbra, e em Chavão, talvez por último.

Nem os comendadores demoravam mais de cinco anos, normalmente, em cada comenda.

Porque se diz que Domingos Joannes seria filho de João Nunes Cardoso?

Porque sendo neto de D. Chavão, teria de ser filho deste ou da irmã D. Mecia, e de todos os filhos dela é conhecida a idoneidade e a geração, e por outro lado porque os filhos e filhas de João Nunes adoptaram o patronímico de Annes.



A comprovar a ideia de que Domingos Joannes seria filho de João Nunes Cardoso e não de D. Mecia Soares Cardoso, reparemos para os brasões que usaram os filhos e descendentes de um e de outra.

D. Afonso Ermíguas, que ficou com a honra do Amaral, e os seus descendentes, tiveram por brasão o do pai, D. Ermigo Paes, senhor daquela honra. No escudo seis crescentes, e por timbre um leão com alabarda.

Vasco Ermíguas, a quem pertenceu a honra de Cardoso, e Paio Ermíguas a de Matos, tiveram de escolher novos brasões, e escolheram-nos inteiramente semelhantes os dois irmãos.

O de Cardoso — em campo vermelho dois cardos de verde com flores e raízes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de vermelho, e por timbre uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe pela boca um cardo verde florido de prata.

O de Matos — em campo vermelho um pinheiro verde com raízes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes armados de azul, e por timbre meio leão de ouro, com um ramo verde na mão.

E o filho de João Nunes, Domingos Joannes, as flores de lis dos antepassados Flavios e Fromarigues.

Disse-nos o Doutor Antónjo de Vasconcelos que Domingos Joannes era neto

de D. Chavão, e que seria irmão ou primo co-irmão de Estevão Annes, filho de João Viegas da Covilhã. (1)

Dizem-nos as inquirições de D. Afonso III em Oliveira do Hospital:

— ... Item iohannes rolam interrogatus dixit quod domnus Thauaam habuit unam hereditatem in Garamar et defendebat eam per Caballariam per forum de Sena et modo joannio filius de donno Thauaam et Dominicus jo-hannis soprinus de Johannino et alij qui sunt de progenie de ipso donno Thanaao habent ipsam hereditatem et non habent caballum et non faciunt forum regi de ipsa hereditate sicut est forum de Sena (2).

Como se vê, naqueles tempos, as regras da ortografia não preocupavam os escreventes. A mesma palavra repetida no mesmo texto, muitas vezes quase que seguidamente, toma formas diferentes.

Mas não obstante dá que pensar um *joannio* filho de D. Chavão, e um *Johannino*, de quem Domingos Joannes era sobrinho, primo ou parente (soprinus).

Frei José António Ramalho, no seu conceituado «Magnum Lexicon», diz-nos que *soprinus* se traduz por primo filho de irmãos, mas acrescenta que pode por extensão *designar qualquer parente*.

Se *joannio* é filho de D. Chavão e Domingos Joannes seu neto, não podem *joannio* e *Johanínio* referir-se à mesma pessoa, porque não podia Domingos ser sobrinho nem primo dum só e mesmo filho do avô.

Temos pois dois descendentes directos de D. Chavão — *joannio* e *Johaninno*.

Como explicar que precisando-se quanto a *joannio* que era filho de D. Chavão, quanto a *Johaninno* se não identifique da mesma maneira, dando-o apenas como tio, primo ou simples parente de Domingos Joannes, quando tudo nos indica que era o seu próprio pai?

A confirmar que bem parece propositada a confusão em tudo o que respeita a Domingos Joannes.

Para o caso entretanto do *Joannio* e *Johaninno* há apenas uma explicação visível, D. Chavão, além de D. Mecia Cardoso e de João Nunes, teve ainda outro filho de nome João.

Como vimos, supôs-se que Estevão Joannes, filho de João Viegas, era irmão ou primo co-irmão de Domingos Joannes.

Temos de aceitar que era primo co-irmão, sendo Domingos Joannes filho de João Nunes, e Estêvão Anes do irmão deste João Viegas.

Assim, Domingos Joannes seria de facto filho de João Nunes, neto de D. Chavão, sobrinho de João Viegas, e primo de Estêvão Anes.

Nisto havemos de convir.

(1) «Confraria de Nossa Senhora dos Milagres e do Mártir S. Pelagio em S. Paio de Gramaços».

(2) L.º 3.º das Inquirições de D. Afonso III, fs. 10 v. — T. T.

O *soprinus* podia realmente designar sobrinho. Nos antigos autores algumas vezes se traduz *consobrinus* por sobrinho, mas também se encontra *soprinus* ou *sobrinus* por sobrinho.

Num documento de 1306 vimos empregada a palavra *sobrinus* com o significado iniludível de sobrinho.

Poderá voltar a ideia de que Domingos Joannes tivesse antes sido filho de D. Mecia Cardoso e de D. Ermigo Paes. Nem o nome próprio nem o apelido sancionam a hipótese. Quando os filhos de João Nunes adoptam todos o patronímico Annes os de D. Mecia usam o de Ermigues, que receberam do pai D. Ermigo.

E porque se toma Johaninno (seja Johaninus) por João Nunes?

Nas inquirições que D. Dinis ordenou em Lisboa para conhecer da obrigação imposta por D. Sancho II aos judeus, de darem aos navios que armassem âncoras e outros apetrechos náuticos, aparecem também reeferências a um certo *Joannymo*, no dizer de algumas testemunhas, enquanto que outros designam o mesmo indivíduo por *Joann muniz*.

O foral da Covilhã de 1217 tem a assinatura de um *Jhoanninus*.

Quanto ao parentesco de Domingos Joannes com João Viegas, ou com o filho deste Estevão Joannes, ele próprio vai depor:

— De sancto pelagio — D. iohannis iuratus et interrogatus de patronatu ecclesie de sancto Pelagio dixit quod Stephanus iohannis de Couillana est patronus. Interrogatus unde habuit pretor ipsam hereditatem dixit quod en parte patris sui et avi. Iohannis galuam dixit similiter. Gunsalvus saluatoris dixit similiter et debet facere regi forum sicut miles per forum de Sena. — (1)

Como se vê Estevão Joannes, filho de João Viegas, era herdeiro na região de privilégios que tivera de D. Chavão — *de patris sui et avi*.

O Conde D. Pedro não indica de quem descende João Viegas, mas por ele inicia o título de Covilhã. Confirma que teve por filho Estevão Joannes, e que este casou com D. Teresa Afonso do Amaral, filha de D. Ermigo Paes e de D. Mecia Soares Cardoso, e portanto sua prima direita.

Ainda outro documento que nos mostra que outras heranças recebera Estevão Joannes do avô, por aquelas terras:

«...Item dixit Johannes Galvam quod ipse tenet unam vineam forariam Regis de termino de Penna Alvia, et est ipsa vinea inter Sanctum Pelagium et Gavios, et ipse Johannes Galvam moratur in Gavios, in hereditate de Stephano Iohannis de Covilliana, et nullum forum facit Regi. (Era foreira à Ordem do Hospital) (2).

(1) L.º 3.º das Inquirições de D. Afonso III, fs. 10 v. — T. T.

(2) Transcrito da «Port. Mon. Hist.».

O que nos foi possível apurar dos largos passos da vida de D. Soeiro Viegas, dá-lhe uma existência longa e movimentada.

Guerreiro, administrador, religioso, segue naturalmente as exigências, hábitos e inclinações da época que passou, como todos os grandes fidalgos da sua estirpe. Dos que nos deram a independência pátria e o orgulho nacional.

A longevidade era então muito mais frequente do que hoje em dia. A vida frugal, sóbria, de necessidades limitadas, fàcilmente preenchidas, pouco exigente em confortos, habituada aos exercícios de guerra, na paz e na luta quase cotidiana, sem as preocupações de espírito, as ambições, as dúvidas, as tentações e o esforço intelectual, que agora cançam e envelhecem os homens de responsabilidades, era certamente mais monótona, mas sem dúvida mais calma e mais sadia.

Vivia-se mais próximo da Natureza, que melhor e generosamente nos oferece a tranquilidade de corpo e alma, o prazer e a felicidade, na grandeza calmante que tem as coisas belas e divinas.

Celebrar-se o centésimo aniversário natalício não era caso muito raro. Vasco Lourenço de Almada, antepassado notável dos heróis de 1640, atingiu os 119 anos de idade.

Gabriel Pereira fala-nos num Jerónimo de Carnide, moço de câmara, que esteve em Roma com o embaixador D. Álvaro de Castro, e foi guarda-mor de saúde do Reino, ao tempo de D. Sebastião, que viveu 120 anos. O filho Baltazar de Carnide viveu 100. (1)

A vida seria menos fértil em atractivos, mas era menos complicada e enervante do que esta que a civilização vai cobrindo de seduções, enredos e artifícios, que mais ludibriam os sentidos de que os encantam e satisfazem.

Mais se tem ganho do que perdido, mas muito de bom se perdeu também.



Seja-nos permitida uma nova diversão, na ideia de se tomarem alguns apontamentos que, de certo modo, poderão porventura contribuir para comprovar ou esclarecer dúvidas e incertezas.

Em alguns documentos do período que interessa à vida dos nossos personagens, temos encontrado referências a pessoas do mesmo nome e apelido, de que ainda não falámos, e que nos podem fazer acreditar que se trata dos próprios.

Assis, nas inquirições realizadas em 1258 em Santa Maria de Oliveira, são depoentes Dominicus Joannis, Petrus Martini e Martim Petri que poderíamos tomar pelos nossos conhecidos Domingos Joannes, Pedro Martins e filho Martim Peres, casado com a neta de Domingos, Mecia Domingues (2).

Depois numa carta de aforamento dada pelo comendador da Ordem do Hospital, do herdamento da Arnoia, freguesia o Espírito Santo do Castelo, no cncelho da Sertã, são interessados Domingos Joannes e sua mulher, e ao mesmo

(1) «Pelos subúrbios e vizinhança de Lisboa», por Gabriel Pereira. Pg. 137.

(2) «O Ocidente», n.º 93, pg. 214.

tempo, e pelo mesmo comendador, um casal na Ribeira de Cerdeira, nas imediações de Arganil a Bartolomeu Joannes como ainda outros aforamentos, no Pedrógam, ao norte da Sertã, a João Annes e sua mulher Maria Pascoal, e um casal no Nesperal a João Domingues (1). Também à Ordem do Hospital compra Pero Martins uma almoinha e Martim Peres uma casa (2).

José Anastácio de Figueiredo julga que este Pero Martins é o mesmo que depõe nas inquirições em Santa Maria de Oliveira.

E pensa também que é o mesmo que faz duas doações na comanda de Vila Cova, na vizinhança de Lamego, à Ordem do Hospital (3).

E será ainda este Pero Martins a quem D. Afonso III dá quitação como guarda da sua Moeda Nova em Coimbra, por carta de 1264? (4).

Finalmente aparece-nos Domingos Domingues, o alcaide do mar, que temos por filho de Domingos Joannes e de Domingos Sabachaes.

A propósito de Johaninnus, contracção do nome e apelido de João Nunes, já aludimos ao inquérito que D. Dinis mandou fazer em Lisboa para averiguar da imposição feita por D. Sancho II aos judeus, obrigando-os a dar uma âncora e apetrechos náuticos a cada navio que armasse.

Traz-nos esse documento um problema que resolvido muito valorizaria este desataviado estudo, mas que infelizmente se apresenta com aspecto bastante embaraçoso. Todavia temos de o abordar na ideia de que as dúvidas que nos sugere possam vir a ter explicação mais clara e convincente do que aquela que nos foi possível encontrar.

Não tem data, apenas se diz que é do 1.º de Dezembro, sem se mencionar o ano. Supõe-se que seja de 1285, em todo o caso não será de data posterior, podendo acreditar-se que seja logo dos primeiros anos do reinado de D. Dinis, dado o inteersse que cedo manifestou pelas coisas do mar.

Consta desse documento (5):

— *Domingos iohanes cota*, jurado e perguntado disse, que quando El-Rey dom Sancho fazya frota que os Judeos davam de foro a cada hum navyo huma ancora e hum boo calavre novo de sessenta braças e que o vira dar a *Joanyno seu padre*, e a outros alcaides de navyos... —

Um outro depoente diz:

— ... a *Joam nuniz balaabarra* em tempo de El-Rey dom Afonso vosso padre os judeos deram a el huma ancora e hum boo calavre pera huma Galee de que era alcaide ... —

(1) «Nova Malta», vol. 2.º pgs. 321 e 322.

(2) Idem, idem, vol. 1.º, pg. 515.

(3) «Nova Malta», vol. 1.º, pgs. 515 e 519.

(4) L.º 1.º das Doações de D. Afonso III. Fs. 77 v.

(5) Chancelaria de D. Dinis — Doações. L.º 1.º, fs. 141, col. 2. — T. T.

Faz a mesma afirmação outro dos inquiridos — Domingos iohanes *tarzola*. Agora é o próprio Joam nuniz quem vai ser ouvido:

— Joam nuniz balaabarra jurado e perguntado disse que quando El-Rey dom Sancho metya Navyos em mar pera fazer carreyra que os judeos davam de fforo a cada hum Navyo huma ancora e hum boo calavre novo de ruela, e que em tempo del Rey dom Affonso vosso padre os judeos deron a el huma ancora e hum boo calavre pera huma Galee de que era alcayde ... —

Ainda um outro depoente chama a nossa atenção: — *Joham ioanes mechica*, apesar de apenas confirmar a obrigação atribuída aos judeus em tempo de D. Sancho.

Se não fora o acrescento dos apelidos ou alcunhas — *cota*, *balaabarra*, *mechica* e *tarzola*, tínhamos mais uma prova documental a corroborar, sem apreensões, o que ficou dito sobre Domingos Joannes e seu pai João Nunes.

Pode pensar-se que se o alcaide Joam nuniz fosse o nosso João Nunes, deveria ser já de idade muito avançada. Como vimos o caso não era raro naqueles tempos.

Mas tratar-se-á de alcunhas? O uso era, e é ainda hoje, corrente entre gente do mar, sendo mesmo difícil encontrar alguém na profissão que não tenha a sua alcunha, além de que se entende que os depoentes foram escolhidos entre velhos marítimos ou pessoas interessadas na navegação.

Mas diga-se que na verdade não só entre a gente do mar eram correntes as alcunhas. Por aqueles tempos damos fé de um Stephanus Suariz *Barba leda* (1258), Ruy Mendes *Beicarra*, Estevam Mendes *Queixada*, Martim Soares *Narizes*, D. Pedro Afonso *Pestana*, D. Rodrigo *Veloso*, Pedro Soares, o *Escaldado*, etc. Como se vê, muitos deles pessoas nobres. (1)

A circunstância de Domingos Annes *Cota* se dizer filho de Joanino, que outros identificam por João Nunes ou João Nunes *Balaabarra*, sem que constitua argumento de grande valia, leva-nos a crer que na realidade se trata de alcunhas, pelas quais porventura viessem a ser conhecidos na Ribeira de Lisboa, os dois descendentes de D. Chavão.

Encaremos a hipótese das alcunhas, e, sendo assim, em que poderiam ter tido origem.

Cota — pode designar uma individualidade que usasse ou tivesse o direito de usar cota de armas.

Na carta concedida a frei André do Amaral afirma-se que, pelo inquérito ordenado se prova que Domingos Joannes era *fidalgo de cota de armas*, e que como nobre e fidalgo instituiu a capela em Oliveira do Hospital.

Balaabarra — palavra composta de abala a barra? Abalár nã velhá

(1) «A barba em Portugal» — Dr. Leite de Vasconcelos.

linguagem traduzia sair, partir, fugir, e ainda hoje se diz que *está de abalada*, quem vai partir. Podia alcunhar o alcaide sempre pronto a sair a barra, para as suas viagens de longo curso.

Mechica — diminutivo ainda de *micho*, a, pessoa ou coisa pequena. Joanne Annes Mechica, poderia ser o filho de Joanne Annes, irmão de Bartolomeu. *Mechica*, para a diferença do pai, entendendo-se por Júnior.

Encontramos um exemplo deste uso num documento de D. Sancho II, em que subscrevem um mtal donum Egea e a seguir domnum Egeam pequeno.

Entre os fidalgos que como deputados da Nação procedem à eleição do Mestre de Aviz para rei de Portugal, figura — João Vasques *Michão*.

A alcunha, aqui sob forma aumentativa, vê-se que ainda corria um século depois.

Tarzola — com muita probabilidade de acerto deve ler-se *trazola*, termo pelo qual na Beira se designavam os peixes que hoje conhecemos por cavalas ou sardas grandes.

Se admitirmos que na verdade se não passa de alcunhas, postas a Domingos Joannes de Oliveira do Hospital, ao pai João Nunes Cardoso, e ao neto Joanne Annes, o documento teria um valor inestimável, prque confirmava inteiramente a tese de que Bartolomeu Joannes fora um poderoso auxiliar de D. Dinis no incremento do comércio marítimo.

Mais, podia deduzir-se que Domingos Joannes, ainda em França, ao tempo de D. Afonso conde de Bolonha, já àquele comércio se dedicava, tendo em Lisboa o pai como seguro colaborador, quiça servindo ambos a causa do então pretendente à coroa de Portugal.

Regressando á pátria, acompanhado pelos filhos, entrega-se à direcção da indústria em que interessara a família.

Joanne Annes Mechica, com outro Joanne Annes de S. Mamede, assinam o instrumento de composição entre D. Dinis e a Câmara de Lisboa em 18 de Agosto de 1285.

Lembremos que Bartolomeu Joannes no seu testamento diz ter sido freguês de S. Mamede.

E que deixando Bartolomeu importantes legados a várias igrejas, é na de S. Mamede que manda rezar missas por alma dos pais:

— ... *Item mando a igreja de S. Mamede de Lisboa cento e cincoenta libras — para cantarem missas de Santa Maria na dita Igreja que ela seja rogadora a seu Bento Filho por mim e ele se amercie de minha alma e de meu Padre e de minha Madre por as quais almas as eu aí mando dar ... —*

(Continua)

OS PAÇOS DE XABREGAS

por FERREIRA DE ANDRADE

(Conclusão)

Neste ano de 1663 já nos Paços de Xabregas residiam as famílias Unhão e Vila Pouca. Isto sem sombra de dúvida, muito embora o facto exposto nos demonstre que o imóvel ainda pertencia aos bens da Coroa (64a), visto os governantes de então disporem dele para abrigar D. Luisa de Gusmão e pensarem em efectuar obras que consistiriam na abertura de passagens do palácio para o convento da Madre de Deus (64b).



No confuso problema de quem foram os habitantes dos Paços de Xabregas após a sua passagem dos bens da Coroa aos da Casa de Unhão ou, simplesmente, depois da utilização do palácio como residência particular — hipótese que, repetimos, se nos antolha mais razoável — um outro ponto lamentamos não poder esclarecer: como passou o palácio a ser habitado simultaneamente pelos descendentes de Fernão Teles da Silva e do general António Teles de Meneses, este o principal morador (não ousamos dizer o seu proprietário) do palácio.



Não deixou o Conde de Vila Pouca descendentes legítimos, nem de sua primeira mulher, D. Maria de Castelo Branco, nem do seu casamento, em segundas núpcias, com D. Helena de Castro. Teve, no entanto, de D. Maria de Landrove um filho natural, Aires Teles de Meneses, que — diz-nos Braancamp Freire (65)

(64a) No prólogo da sua obra «Desengano para a Medicina ou Botica para todo o pai de Família» escreve Gabriel Gkirley, médico alemão, referindo-se ao horto botânico nos Paços de Xabregas: *A finalidade de um monarca não estava em saber triunfar dos de fora mas em saber conservar os de casa. Nisto se fundou a Majestade de el-Rey D. João o IV nosso Senhor, quando, depois de ter noticia e estar bem informado de proveito e utilidade que ao bem comum podia resultar do conhecimento das terras, me fez mercê da administração do bem horto no valle de Xabregas, para que nele plantasse todas as medicinais hervas, aonde como de huma real fonte por ser hesta dada por hum Rey manassam remedios para enfermidades...*

(64b) *Portugal Restaurado*, vol. II, pág. 589.

(65) *Brazões da Sala de Sintra*, vol. II, pág. 85, na *Pedatura Lusitana*, tomo II, vol. II, pág. 209, vem mencionado o nome da mãe de Aires Teles de Meneses como D. M.^a do Bomsucesso freira depois é Villa Longa f.^a do Cap.^{am} 7.^o da Sylva.

— não chegou a usar o título de 2.º Conde de Vila Pouca porque *se achou culpado na morte de um creado. Esteve preso no Limoeiro — acrescenta — e foi degredado para a Índia, levando a mulher em 12 de Março de 1672*. Lá faleceu; sua viúva, D. Joana Maria de Castro, regressou a Lisboa e neste palácio cerrou para sempre os olhos, no dia 24 de Dezembro de 1736⁽⁶⁶⁾, com a avançada idade de 92 anos.

Seus filhos — testemunham-nos os assentos paroquiais de Santa Engrácia — ficaram a residir no palácio. No dia 23 de Maio de 1694 realizou-se o baptismo de uma filha, Luísa, de D. Ana Helena de Castro e de seu marido Manuel Teles de Meneses Faro e Albuquerque⁽⁶⁷⁾. O casamento de D. Helena Teresa de Castro — então recolhida no convento de Santos — com Cristóvão Esmeraldo de Atougua da Câmara, teve lugar no dia 28 de Outubro de 1697 no oratório da Embaixada de Espanha⁽⁶⁸⁾. Também na igreja de Santa Engrácia se realizou no dia 17 de Setembro de 1726 o casamento de António Teles de Meneses, já então viúvo de D. Teresa Portugal, com D. Leonor Tomásia de Meneses⁽⁶⁹⁾. D. António faleceu neste mesmo palácio — *à bica do sapato*, como nos aparece mencionado no respectivo registo de óbito⁽⁷⁰⁾. Sua mulher já então estava recolhida no convento de Santos e seu filho, Aires, havia falecido, também neste palácio, no dia 8 de Setembro de 1733⁽⁷¹⁾.

Dos descendentes do 1.º Conde de Vila Pouca, como residentes nos Paços de Xabregas, nada mais se sabe. Volvamos, assim, a nossa atenção para o ramo dos Condes de Unhão.

Afirmámos já não terem Fernando Teles de Meneses, 1.º Conde de Unhão, e D. Francisca de Sousa falecido neste edifício. No entanto podemos informar que um ano depois da morte de seu marido, ocorrida em 1651 (talvez na quinta dos Chavões que seu pai adquirira em 1590, perto do Cartaxo) ainda D. Francisca vivia no palácio⁽⁷²⁾ e talvez mesmo no ano de 1656 quando, em 2 de Dezembro, sua filha D. Margarida de Távora casou no oratório do mesmo prédio (*oratório de António Teles de Meneses*) com D. Pedro de Lencastre, *sem embargo de serem parentes*⁽⁷³⁾.

De D. Rodrigo, 2.º Conde de Unhão, não possuímos quaisquer dados que nos habilitem a mencioná-lo como residente nos Paços de D. João III. Segundo afirma Braamcamp viveu este fidalgo quase sempre em Santarém e lá faleceu em 1671. O edifício de Xabregas continuava, no entanto, a abrigar vários parentes dos Condes de Unhão. Até à morte do 3.º Conde, Fernão Teles

⁽⁶⁶⁾ *Livro II de Óbitos*, fl. 57.

⁽⁶⁷⁾ *Livro III de Bapt.*, fl. 65 v.

⁽⁶⁸⁾ *Livro IV de Cas.*, fl. 9. Na *História Genealógica* (Tomo IV, pág. 188, 2.ª edição), refere-se D. António Caetano de Sousa a que este casamento se realizou na Ilha da Madeira.

⁽⁶⁹⁾ *Livro V de Cas.*, fl. 144.

⁽⁷⁰⁾ *Livro III de Óbitos*, fl. 306.

⁽⁷¹⁾ *Livro I de Óbitos*, fl. 261 v.

⁽⁷²⁾ *Livro A de Óbitos*, fl. 131 v.

⁽⁷³⁾ *Livro II de Cas.*, fl. 247.

de Meneses — neste palácio no dia 30 de Agosto de 1867 ⁽⁷⁴⁾ — sabemos ter residido, entre outros, D. Isabel Teles de Meneses que lá casou com D. Nicolau da Silva no dia 8 de Maio de 1667 ⁽⁷⁵⁾ e faleceu em 9 de Janeiro de 1676 ⁽⁷⁶⁾.

Foi, porém, no tempo do 4.º Conde de Unhão, D. Rodrigo Xavier, que o palácio de Xabregas atingiu o apogeu como residência nobre.

Afirma o autor dos «Brazões da Sala de Sintra» — ignoramos com que fundamento — que D. Rodrigo *começou, apesar de ter a casa sobrecarregada de dividas e hipotecas, a edificação do palácio de Xabregas.*

Documento algum chegou até nós que nos permita avaliar a extensão dessa obra. No entanto, é de crer que, de facto, o 4.º Conde de Unhão tenha reedificado o edifício onde viveu quase toda a sua vida. Deve mesmo ter sido após essa reconstrução (e possível ampliação do edificio) que o terreiro que ficava à ilharga do palácio começou a designar-se como *pátio do Conde de Unhão* ⁽⁷⁷⁾ (1716) e depois como *largo do Conde de Unhão* ⁽⁷⁸⁾ (1744) ou ainda por *largo do pátio do Conde de Unhão* ⁽⁷⁹⁾.

D. Rodrigo Xavier faleceu neste palácio no dia 7 de Março de 1759 ⁽⁸⁰⁾, sendo sepultado na igreja de S. Francisco. A Condessa de Unhão, D. Vitória de Távora, havia falecido dois anos antes, a 11 de Fevereiro de 1757 e fora a sepultar na igreja da Madre de Deus ⁽⁸¹⁾.



Ignora-se se no ano do terremoto grande já teriam terminado as obras de reedificação do palácio de Xabregas, como igualmente se desconhece a extensão dos estragos então ocasionados pela violência do sismo.

Das informações que nos legaram o informador do *Dicionário Geográfico* e o Padre Manuel Portal sabe-se unicamente que o palácio sofreu ruína considerável. Relata-nos o primeiro ⁽⁸²⁾ que o edificio — tinha então *sua entrada para a parte nascente* e era *obra antiga de duas ordens de galaria para sueste e leste* — *padeceu grande ruína*, sobretudo no *quarto alto o qual se mandou lançar a baixo* — informa ainda o *Dicionário Geográfico* que acrescenta: *estando hoje (1759) o palacio só no segundo quarto.*

⁽⁷⁴⁾ *Livro I de Óbitos*, fl. 89.

⁽⁷⁵⁾ *Livro III de Cas.*, fl. 63.

⁽⁷⁶⁾ *Livro A de Óbitos*, fl. 273.

⁽⁷⁷⁾ *Luís I de Óbitos*, fl. 84.

⁽⁷⁸⁾ *Livro III de Óbitos*, fl. 303.

⁽⁷⁹⁾ *Livro IV de Óbitos*, fl. 80.

⁽⁸⁰⁾ *Idem*, fl. 212. No dia 2 de Novembro de 1753 faleceu o capelão do palácio, e que nele residia, beneficiado António Teixeira. *Livro IV de Óbitos*, fl. 132.

⁽⁸¹⁾ *Idem*, fl. 179. Em 1714, no dia 13 de Junho, faleceu um filho dos 4.ºs Condes de Unhão, Francisco, (*Livro II de Óbitos*, fl. 67) e no dia 28 de Outubro de 1742 casou, no oratório do palácio com Manuel António de Sousa e Melo, uma filha, D. Maria Tereza. (*Livro VI de Cas.*, fl. 350).

⁽⁸²⁾ Tomo XX, fl. 772.

O Padre Manuel Portal ⁽⁸³⁾, mais conciso nos seus informes, observa lacònicamente que o *palácio de Unhão ficou muito arruinado, cahindo varios quartos*.

Até onde podemos nós considerar fidedignas estas informações? Que o traumatismo produzido pelo memorável terremoto foi violento é inegável; ignoramos, porém, até que ponto o palácio ficou destruído e que crédito nos merecem as parcas notícias da *História da Ruína* e do *Dicionário Geográfico*.

Teria o palácio ficado de facto completamente inabitável e beneficiado, logo após o cataclismo, das indispensáveis obras que garantissem à família Unhão o poder nele habitar? A informação do *Dicionário Geográfico* é categórica: em 1759 ainda o edificio não estava reconstruído. No entanto, saliente-se, o palácio já havia sido habitado, pelo menos dois anos antes, data em que faleceu a 4.^a Condessa de Unhão.

Uma outra referênciã colhemos ainda nos registos paroquiais, concernente aos efeitos causados pelo terremoto no local onde se erguiam os Paços de D. João III: a existênciã ainda em 1759 de algumas barracas no *largo de Xabregas* ⁽⁸⁴⁾ — facto que demonstra cabalmente terem sido destruídos vários prédios no local.

Outro ponto obscuro na história do palácio: quando cernçou o edificio a ser reconstruído? Quando se concluíram as obras?



Com o casamento do 5.^o Conde de Unhão duas das principais casas do Reino se uniram. João Xavier Teles de Castro da Silveira foi o segundo marido da 4.^a Marquesa de Niza e 8.^a Condessa da Vidigueira, D. Maria Josefã Francisca Baltazar da Gama. Este fidalgo residiu sempre em Xabregas onde faleceu no dia 31 de Março de 1768 ⁽⁸⁵⁾. Três anos antes, no dia 21 de Novembro, havia casado no oratório do palácio, na presença do Rev. Paulo de Carvalho e Mendonça com o conde de Pombeiro, D. António, sua filha mais velha, D. Ana Vitória ⁽⁸⁶⁾.

Continuaram, por mais de um século ainda, os Teles de Castro, já então Teles de Castro da Gama, a residir no palácio dos seus maiores. D. Rodrigo, filho do 5.^o conde de Unhão, e sua mulher D. Mariana José Teles de Lima ali viveram sempre ⁽⁸⁷⁾, bem como sua filha e herdeira, D. Eugénia, que veio a casar com seu tio materno, D. Domingos Xavier de Lima.

Foi neste palácio, ainda, que nasceu o 8.^o Conde de Unhão, D. Tomás, a 4 de Novembro de 1796. D. Domingos, filho deste, e que foi o 9.^o Marquês de Nisa, não nasceu já em Xabregas mas sim na Quinta do Deserto na Pena.

⁽⁸³⁾ *Historia da Ruina, etc.*, fl. 8.

⁽⁸⁴⁾ *Livro IV de Óbitos*, fl. 218 v. De 1760 a 1769 apparece várias vezes mencionado nos assentos paroquiais o *cerqueyro do Conde de Unhão*.

⁽⁸⁵⁾ *Livro V de Óbitos*, fl. 47.

⁽⁸⁶⁾ *Livro IX de Cas.* fl. 46 v.

⁽⁸⁷⁾ D. Rodrigo faleceu no palácio no dia 6 de Outubro de 1784 e sua mulher no dia 15 de Abril de 1818.

Foi em vida deste fidalgo que os Paços de Xabregas viram o triste fim da sua existência como residência nobre, como paço de reis e de príncipes. D. Domingos dissipara toda a fortuna da sua casa. O palácio de Xabregas não resistiu ao desabar contínuo dos bens da Casa de Unhão e Nisa. O velho fidalgo, um dos maiores boémios do século passado que Lisboa admirava e respeitava, caíra na pobreza. Em 1867 — já o histórico edificio estava hipotecado a alguns criados da casa — foi o palácio adquirido pelo Estado para nele instalar o Asilo D. Maria Pia que meses antes havia sido criado.

Um incêndio ocorrido nesse mesmo ano originou uma nova feição architectónica do edificio.

Pouco resta, pois, do vetusto palácio, da sua antiga opulência, dos salões nobres onde dormiu algumas noites D. Sebastião, onde este monarca reuniu o seu Conselho de Estado e muitas vezes planeou o seu sonho de conquista de um novo império; onde D. Catarina, cansada e doente, prevendo a triste jornada de Alcácer, ditara e assinara no dia 8 de Fevereiro de 1574 o seu testamento e cerrou par sempre os olhos; onde a duquesa de Mântua chorara as primeiras lágrimas da clausura após o dia glorioso do 1.º de Dezembro de 1640.

Pouco resta dessa residência opulenta a recordar-nos os tempos áureos dos Condes de Vila Pouca e de Unhão, a rememorar-nos que ali, junto às águas tranquilas do Tejo, no *fresco vale de Xabregas*, no local de *milhor vista q há ẽ Lysboa*, mandou erguer D. João III os seus Paços Reais.

Alguns azulejos que resistiram ao terremoto de 1755 e ao incêndio do século passado atestam-nos, um pouco, a grandeza dessa edificação. A capela do palácio, onde os mais altos dignatários da Corte, purpurados e diplomatas assistiram tanta vez às mais imponentes cerimónias religiosas de casas particulares, está hoje transformada em oficina de serralharia da Escola Industrial Afonso Domingues.

Triste fim de um palácio!

ASSEMBLEIA GERAL DE 1949

Publicamos a seguir os nomes dos senhores sócios eleitos na Assembleia Geral de 22 de Janeiro último para os Corpos Orgânicos que dirigirão o Grupo durante o triénio de 1949/51, o Relatório da Junta Directiva e o Parecer da Comissão de Contas, lidos e aprovados na mesma Assembleia Geral.

CORPOS ORGANICOS

Dr. Alberto Mac-Bride, Norberto de Araújo, Eng. Álvaro da Rocha Cabral e Joaquim Augusto Pascoal Rodrigues, respectivamente para Presidente, Vice-Presidente e primeiro e segundo secretário, da Mesa da Assembleia Geral.

Prof. Dr. Augusto Pires Celestino da Costa, Gustavo de Matos Sequeira, Hugo Raposo, Luís Moita, António Ribeiro da Silva e Sousa, Coronel Pestana de Vasconcelos, Dr. José Leitão de Barros, Coronel José Pereira Coelho, Luís Pastor de Macedo, respectivamente para Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Geral Adjunto, Tesoureiro e vogais efectivos da Junta Directiva.

General Raúl Esteves, Dr. Joaquim Fontes, Dr. Alfredo Guizado, Joaquim Paço d'Arcos, Dr. António Monteiro da Costa, Acúrcio Pereira, Major Eduardo do Nascimento, João de Sousa Lara e Dr. Manuel Vicente Moreira, respectivamente para Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Geral Adjunto, Tesoureiro e Vogais substitutos da Junta Directiva.

Dr. Luís Chaves, Henrique Marques Júnior e Teodoro Lopes Ramos, respectivamente para Presidente, Secretário e Relator efectivos da Comissão de Contas.

Dr. Alberto Gomes, Eng. Diogo Sobral e Alfredo Brazião Alves, respectivamente para Presidente, Secretário e Relator substitutos da Comissão de Contas.

Para a *Secção de Estudos Históricos e defesa do Património*, Gustavo de Matos Sequeira, Eng. Augusto Vieira da Silva, Dr. Duval Pires de Lima, Dr. João Couto, Manuel Ferreira de Andrade, Mário de Sampaio Ribeiro e Roberto Dias Costa.

Para a *Secção de Estudos Económicos e Sociais*, António Ribeiro da Silva e Sousa, Dr. Adriano Burgette, Dr. Francisco Cancio, Dr. José Sabino Pereira, Dr. Luciano Ribeiro, Dr. Manuel Vicente Moreira e Dr. Raúl de Matos Ferreira.

Para a *Secção de Estudos de Estética e Urbanização*, Dr. José Leitão de Barros, Prof. Armando de Lucena, Eng. António Emídio Abrantes, Pintor Martins Barata, Eng. José Perry de Sousa Gomes, Arq. Pardal Monteiro e Eng. Teixeira Duarte.

Para a *Secção de Movimento Cultural e Propaganda*, Hugo Raposo,

Dr. Rodrigues Cavalheiro, Dr. Eduardo Neves, Tenente Coronel Fernando Canedo, Francisco Valença, José Francisco de Oliveira e Dr. Raúl de Carvalho.

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1948

Prezados consócios:

No cumprimento do preceituado nos artigos 17.º e 33.º dos Estatutos, vem a Junta Directiva desempenhar-se do honroso encargo de apresentar à digníssima Assembleia Geral o Relatório e Contas do exercício de 1948, pondo simultaneamente em causa — dever e satisfação — pois na verdade, no decorrer deste ano se poudo manter aquele alto grau de prestígio e intensa actuação que o Grupo vem sustentando há anos.

Como sempre, foi o sector das Visitas de Estudo o que dominou de longe na vastidão do programa, e no alcance dos objectivos, todas as restantes actividades do Grupo, porquanto continua a ser, nesse campo, que mais se faz sentir a predilecção dos «Amigos de Lisboa», e por tal forma, que somos já por vezes compelidos a renunciar à realização de certas visitas de acentuado interesse, só porque a capacidade de recepção de visitantes no local visitado, não comporta numericamente, ou não comporta proveitosamente, tantas pessoas, quantos os nossos digníssimos consócios e pessoas de sua família que acorrem na ânsia de admirar e profundar o que Lisboa tem de belo e valioso.

Essa missão — de que se honra a actual Junta Directiva e fazendo jus às que a antecederam — de dar a conhecer Lisboa aos lisboetas, tem produzido os mais valiosos resultados. Fala-se hoje com esclarecido conhecimento de causa, da história ou da definição artística de um monumento, como dos proveitos sociais das obras novas, como da projecção económica, cultural ou beneficente de certas instituições oficiais e particulares.

Mas isso não é tudo. Quantas vezes um edificio se limpou e se compôs interiormente para receber a nossa visita. É um serviço indirecto à cidade.

A escolha das visitas tem obedecido sempre ao critério da diversidade, uma vez reconhecido categoria e interesse ao assunto da visita. É assim que nos temos deslocado aos templos, da capela à basilica; estabelecimentos de assistência e beneficência; escolas, liceus e faculdades; empresas jornalísticas, comerciais e industriais; organismos do Estado; serviços públicos de gás, água, electricidade, correios, telégrafos, telefones, aviação e bombeiros; departamentos municipais; museus, bibliotecas e exposições; quartéis e outras instituições militares do exército e marinha; palácios nacionais e particulares; unidades da florescente frota mercante nacional e unidades da marinha de guerra estrangeira em visita ao porto de Lisboa, etc.

Não resistimos ainda à tentação de enaltecer o que a tarefa do Grupo tem de aspectos meritórios neste capítulo, pois quantas vezes é o nosso convite ao director de uma visita, que o leva à curiosidade de desvendar livros esquecidos ou ignorados, documentos guardados ou julgados perdidos, de procurar a significação de inscrições lapidares ou a proveniência e autoria duma obra de arte. São esses elementos — a junção de muitos elementos — desenterrados de sob a poeira dos tempos, que tem formado esse inimaginável manancial de esclarecimentos, acrescentados sob a égide e patrocínio do Grupo «Amigos de Lisboa» à História da Cidade.

Naturalmente não vive o Grupo só para o escasso objectivo de cultivar ou esquadriñar o passado. A História de Lisboa, cuja investigação, esclarecimento e rectificação temos efectivamente estimulado, é dentro do Grupo, apenas um sector que vive encostado ou apoiado ao peso documental, que representa hoje a nossa biblioteca, especializada no campo do material olisiponense.

Mas se somos nós, e só nós, o Grupo «Amigos de Lisboa», e porque na verdade não existe outra instituição pública ou privada que tenha como objectivo preencher tal finalidade, cumpre-nos manter esta directiva, de resto expressa formalmente nos Estatutos. A História de Lisboa não é menos importante para a nossa cidade do que a História de Portugal para toda a Nação e não é sem o conhecimento perfeito do passado que se dará o espírito adequado às coisas do presente e do futuro.

O Grupo, nominativamente, e os seus sócios pessoalmente, ganharam tal conceito nas instituições visitadas que as nossas solicitações para as visitas de estudo são sempre acolhidas com transparente simpatia, pois tornou-se já lendaria a impecável compostura cívica dos «Amigos de Lisboa», ainda mesmo quando o número de visitantes entra na ordem do milhar, como está acontecendo frequentemente, sem se registar o mais ligeiro incidente ou perturbação.

Sem desejar estabelecer distinções, que não costumamos fazer, não podemos contudo furtar-nos a uma palavra de encómio especial para a Ex.^{ma} Direcção do Asilo Escola de António Feliciano de Castilho, que por ocasião da nossa visita de estudo em Fevereiro de 1948 preparou a surpresa e a deferência de nos obsequiar com uma festa de delicado espírito, descrita em programa de primorosa composição. Outra palavra de reconhecimento é para o Ex.^{mo} Conselho Director da Companhia Colonial de Navegação por ter posto à disposição dos «Amigos de Lisboa», sem qualquer encargo, um rebocador para a visita à Fragata D. Fernando. Devemos ainda manifestar o nosso especial agradecimento ao sr. Comandante de Sapadores Bombeiros, que além de nos ter proporcionado uma minuciosa e útil visita ao Quartel do Corpo, culminando num exercício final de fogo, teve a gentileza de oferecer ao Grupo uma placa de bronze reproduzindo o emblema da Corporação, e recordando a agradável visita que lhe fizemos, e que em todos os visitantes deixou a melhor impressão.

Queremos ainda exprimir a maior gratidão a todas as instituições que facultaram e facilitaram a realização das nossas visitas de estudo e ainda às ilustres

personalidades — sócios e não sócios — que as dirigiram com a sua competência técnica e com o talento da sua inteligência.



No princípio deste ano de 1948 temos de registar a efectivação dum Curso de História da Arte, que foi regido pelo nosso consócio sr. Prof. Armando de Lucena, desenvolvido em 12 lições, versando: o Egipto — Caldeia e Assiria — Arte Grega — Arte Romana — Arte Cristã — Arte Românica em Lisboa — Arte Gótica — Renascimento — Arte Barroca fora e dentro de Portugal.

Do interesse despertado por este Curso fala-nos melhor que outra qualquer explicação, a necessidade que houve de o transferir da nossa sala de conferências para a Sociedade de Geografia — na «Sala Algarve» — onde cerca de 400 pessoas, da primeira à última lição escutaram a dissertação magistral daquele distinto Pintor e nosso consócio, graças à deferência de outro distinto consócio o sr. Coronel Lopes Galvão que intercedeu para que nos fosse cedida a «Sala Algarve».



No decorrer deste ano de 1948 passou-se na cidade um acontecimento a que o Grupo não podia nem devia ficar indiferente. A Câmara Municipal de Lisboa, sem sons de trompeta, que tinha, no entanto, o direito de mandar tocar, inaugura discretamente a Avenida da Ribeira das Naus o que resolve imediata e satisfatoriamente o velho e massacrado engasgamento de trânsito na rua do Arsenal. Encontrando em todos os «Amigos de Lisboa» uma unisona e simultânea compreensão, a Junta Directiva consegue numa subita improvisação preparatória levar à Câmara Municipal de Lisboa — 48 horas depois, a 11 de Agosto — uma manifestação singela mas expressiva. Comparece a Direcção, a Comissão de Contas, a Mesa da Assembleia Geral, representantes das várias secções de estudo e muitos sócios. A nossa manifestação foi bemvinda na Câmara. Recebem-nos os srs. Presidentes efectivo e substituto, vereadores, directores dos vários serviços e altos funcionários. A Imprensa deu-nos a honra da primeira página ao relato, acompanhado de fotografia.

Resolveu-se finalmente o problema da rua do Arsenal, mas a única manifestação chegada à Câmara Municipal foi a do Grupo...

E hoje, quando do facto já estamos a escrever história, desejamos aqui assinalar a prontidão — quase instantânea — com que o Município realizou a sugestão do sr. Eng.º Augusto Vieira da Silva, transmitida à Câmara por nosso intermédio. No dia 29 de Dezembro de 1948 o sr. Presidente da Câmara Municipal dignou-se convidar os «Amigos de Lisboa» para assistirem ao descerramento da lápida solicitada, colocada na fachada sul da Sala do Risco, que diz textualmente: «Neste local construíram-se as naus que descobriram novas terras e novos mares e levaram a todo o mundo o nome de Portugal».

Assistiram ao descerramento, além das altas entidades municipalistas, a Direcção dos «Amigos de Lisboa» e os srs. Ministros do Interior e das Obras Públicas. O tenente-coronel sr. Salvação Barreto alude generosamente no seu discurso à nossa colectividade e não deixa de referir a proveniência da sugestão. Por nosso lado não teríamos outra forma mais expressiva de agradecer tão consoladora prova de consideração, que deixar aqui vincado que um alvitre apresentado em Agosto, estava realizado e inaugurado com tanta solenidade logo em Dezembro.



A «Polyphonia», grupo cultural de estudiosos, que se dedica especialmente à interpretação de música clássica, que tem como Cantor-Mór o espírito bem talhado do nosso consócio sr. Mário de Sampaio Ribeiro, mantém amistosas afinidades com os «Amigos de Lisboa». Como muito desvanecimento da nossa parte, os seus ensaios realizam-se aqui, facilitando-se assim a preparação de um núcleo de boas vontades que se acredita na erudição da boa música e no desinteresse das coisas materiais.

Quis a «Polyphonia» distinguir mais uma vez os «Amigos de Lisboa» dedicando-nos uma audição de música sacra da autoria de compositores portugueses que foram mestres de capela na cidade de Lisboa nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, escutada em São Roque na noite de 16 de Abril de 1948, com a Igreja completamente cheia, num ambiente de rara elevação. A luminosidade do templo, esbatida nas suaves refrações da luz indirecta coordenava-se com as sonoridades melodiosas da música sacra, vinda de executantes invisíveis ao auditório, de executantes que se não podiam aplaudir. Foi uma noite que os «Amigos de Lisboa» não esquecerão.



Com um barco cheio — como de costume — mais uma vez se realizou o nosso passeio anual no Tejo, número sempre querido dos «Amigos de Lisboa» cujo itinerário todavia, tendo sido sempre diferente, animará decerto a Direcção vindoura à sua repetição.



Depois da conveniente preparação, em que se consumiram alguns meses — embora não pareça — pudemos finalmente em Novembro passado escutar com curiosidade os dez categorizados depoimentos sobre — A Cor de Lisboa. Depuseram por solicitação da Junta Directiva os srs:

Pintor Abel Manta
Crítico de Arte Armando de Lucena
Arquitecto Cristino da Silva
Escultor Diogo de Macedo
Pintor Carlos Botelho

Pintor Martins Barata
Crítico de Arte Matos Sequeira
Jornalista Norberto de Araújo
Arquitecto Paulino Montez
Escritor Teatral Pereira Coelho

Regoziamo-nos de poder declarar que o sucesso deste empreendimento transcendeu para além do nosso quadro interno e teve fora — mesmo fora de Lisboa — largas repercursões como pode deduzir-se da pormenorizada reportagem que toda a Imprensa lhe dedicou, e fez com que fosse inspiração para graça de humoristas e devaneio de poetas, sem aspecto depreciativo, antes pelo contrário.

Tal foi o somatório de ensinamentos e reflexões deixados no espólio da Conferência que se decidiu fazer a publicação integral dos dez depoimentos no OLISIPO de Janeiro, e extrair uma tiragem especial em separata para satisfazer pedidos vários.



Mais uma vez este ano, no seguimento de cadência ascencional da vitalidade do Grupo, se encontra a sua riqueza quantitativa de sócios traduzida nos seguintes números:

Sócios em 1/1/1948		1.310
Falecidos	17	
Demitidos	63	80
	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/>	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/>
		1.230
Readmitidos	3	
Admitidos	145	148
	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/>	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/>
Sócios em 31/12/1948		1.378

Temos a deplorar o desaparecimento de tantos «Amigos de Lisboa», alguns que foram figuras de grande destaque na vida portuguesa para os quais recomendamos um voto de sentimento da Assembleia e que em vida se chamaram:

Dr. João Carlos Simões Alves	Comendador João Maria Ferreira
Hermano Martins Areias	Fernando José da Cruz Júnior
Eng.º Manuel Saraiva Vieira	José Estrela de Abreu e Brito
António da Luz Lopes	Eng.º Bruno Janz
Arquitecto José Ângelo Cotinelli	António Boavida Felix
Telmo	José Eduardo Alves de Noronha
Aquiles Teixeira	Dr. Armando Narciso
Dr. Francisco M. Gentil	Dr. António Centeno
Carlos Xafredo	Manuel Henrique Seco

De Cotinelli Telmo não podemos deixar de fixar neste Relatório anual a saudade que nos ficou do animoso colega na mesa de trabalho de Direcção. O Grupo perdeu um amigo, a Arte perdeu um dos seus mais completos cultores, a sociedade portuguesa perdeu uma das suas figuras mais nobres. Lisboa fica-lhe devendo trechos arquitectónicos perduráveis, saídos do seu lápis prodigioso.

Temos também que vos falar do Comendador João Maria Ferreira poeta e grande amigo do Grupo. Antes de partir para a grande viagem de que se não volta, quis a bondade do seu coração marcar traço indelevel da sua dedicação pelos «Amigos de Lisboa», legando-nos valiosa herança material, de que vos falaremos mais tarde, quando a natureza das suas disposições testamentárias estiver suficientemente aclarada. Desde já porém, fique neste lugar, reservado à sua alma, o reconhecimento pela nobreza das intenções que ditaram tão generoso propósito.



Não obstante o encarecimento das despesas administrativas, numa instituição que mantém a modesta cota inicialmente estabelecida, foi-nos possível chegar ao fim deste ano com o saldo positivo de 3.891\$00, que encontrareis contabilizado no balancete do Razão em fundo variável. Não temos margem para o supérfluo, mas com parcimonia o que há chega para o essencial, e assim, haveis continuado a receber além de todas as regalias habituais, o nosso boletim trimestral, sem encargo à parte.



De projectos futuros não devemos falar-vos. Isso será função da nova Junta Directiva que haveis de eleger. A Direcção proporá a sua lista à Assembleia Geral dentro das estipulações estatutárias.

Conclusões: exposto com o desenvolvimento necessário o que de mais importante havia para relatar-vos acerca da forma como nos desempenhámos da missão que nos haveis confiado, terminamos por vos propor:

- 1.º — A aprovação das contas apresentadas.
- 2.º — Um voto de louvor e reconhecimento às entidades que proporcionaram visitas e conferências, às personalidades que as dirigiram, aos autores das conferências e colaboradores de OLISIPO, e à Imprensa de Lisboa e Porto pelo desenvolvido noticiário com que relatou os assuntos respeitantes ao Grupo.
- 3.º — Um voto de profundo pesar pela perda dos consócios falecidos durante o ano.
- 4.º — Um voto de louvor à digníssima Comissão de Contas pela carinhosa e valiosa cooperação dispensada à acção da Junta Directiva.
- 5.º — Um voto de louvor ao nosso pessoal pelo seu zelo, e especialmente ao chefe da secretaria, sr. Caetano dos Reis, pela dedicação, probidade e boa ordenação dos respectivos serviços.
- 6.º — Que o saldo de Esc. 8.310\$91 do ano de 1947, vá a amortização da conta Biblioteca e que o saldo de Esc. 3.891\$67 do ano de 1948 passe a conta nova.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1949.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1948

Ex.^{mos} Consócios:

Cumprindo a letra dos nossos Estatutos no que se refere a alínea b) do art. 41.º a «Comissão de Contas» tem a honra de apresentar a V. Ex.^{as} o parecer referente aos actos administrativos da Ex.^{ma} Junta Directiva durante o ano findo.

Completo mais um ano de existência o nosso cultural Grupo «Amigos de Lisboa», e com inteira satisfação verificamos que a persistência e a acção desenvolvidas pelos Ex.^{mos} componentes da Junta Directiva muito têm contribuído com os seus estudos e alvitres para a importante renovação actual da nossa velha Lisboa, dando assim origem ao muito interesse que vai despertando na população lisboeta todos os assuntos referentes à nossa linda cidade, não só no que diz respeito à conservação de valiosas reliquias citadinas como também a obras de grande envergadura que actualmente se têm verificado e outras que estão em curso, dentre as quais não podemos deixar de fazer referência especial a essa nova e arejada artéria que tem a designação muito feliz de «Avenida da Ribeira das Naus»; por oportuna sugestão de um erudito olisipografo e presente «Amigo de Lisboa» nesse rasgado arruamento foi colocada uma lápida onde perpetuamente se recorde as viagens dos portugueses a todo o mundo.

Merece-nos também menção especial a brilhante iniciativa das conferências sobre a cor de Lisboa pois que assim com estas e tantas outras manifestações de sentido cultural se vai criando entre a população ambiente de curiosidade olisiponense.

É também muito notório o aumento de associados que já atinge um aglomerado de individualidades altamente numeroso, dando assim ensejo a mantermos uma desafogada situação financeira.

Neste ano os nossos Corpos Orgânicos perderam um activo colaborador e dedicado colega, dinâmico Arquitecto sr. José Ângelo Cotinelli Telmo, cujo desaste mortal muito impressionou os amigos desse desempoeirado artista e verdadeiro amigo da cidade.

Também neste ano desapareceu do número dos vivos o nosso saudoso consócio Ex.^{mo} sr. João Maria Ferreira, que foi grande benemérito do nosso agrupamento e por disposições testamentárias nos legou generosa dádiva de que em devido tempo tomaremos posse.

Terminado este parecer a «Comissão de Contas» tem a honra de propor a V. Ex.^{as}:

1.º — Que aproveis o Relatório e Contas da Ex.^{ma} Junta Directiva, documento notavelmente elaborado e onde todos nós «Amigos de Lisboa» verificamos uma administração bem orientada.

2.º — Que seja mencionado na acta um voto de profundo sentimento pelo inesperado desastre que vitimou o nosso saudoso Director sr. Architecto José Ângelo Cotinelli Telmo.

3.º — Que seja igualmente registado na acta um voto de pesar pelo nosso falecido consócio sr. João Maria Ferreira que foi grande benemérito do nosso Grupo.

4.º — Que sancioneis os novos Corpos Orgânicos indicados pela Ex.^{ma} Junta Directiva para o triénio de 1949 a 1951.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1949.

Casa Havaneza

Na tarde do dia 12 do mês de Março passado, abriu de novo as suas portas, totalmente remodelada, pintada e alfaiada de outro jeito, a tradicional Tabacaria do Chiado, velho estabelecimento alfacinha, que é um dos padrões da grande artéria lisboeta, baluarte de muitas décadas de espírito, e que mereceu à extravagante Madame Ratazzi, o título honorífico de «Club des Bavards». Hoje, a vida moderna, dispersiva e materialista, não faz ali confluír, em redutos de defesa tradicional, os janotas e os «leões» de outro tempo, mas a Casa Havaneza, apesar de tudo, logra ainda conservar um «ar» inconfundível onde por vezes se aspira ainda a poesia do Passado. Os «Amigos de Lisboa» lá estiveram na festiva inauguração, e, se não levantaram um brinde com uma taça de vinho, na hora da confraternização, é porque numa casa como a Havaneza, as saudações devem ser feitas com tabaco, aspirando, em vez dos vapores do álcool, o fumo azulado de um bom charuto ou de um desses bárbaros cigarros que nós teimamos em fumar.

M. S.

ACÇÃO CULTURAL

A *Secção de Movimento Cultural e Propaganda* organizou para os meses de Abril/Julho o seguinte programa:

VISITAS DE ESTUDO

— No domingo, 24 de Abril, às 15 horas, ao *Palácio da Independência*, no Largo de S. Domingos, que pertenceu à família Almada, adquirido em 1940 pela Colónia Portuguesa no Brasil, e por ela oferecido ao Estado para nele se instalar a Mocidade Portuguesa, o Museu da Restauração e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

A visita será dirigida pelo vogal da Junta Directiva, Sr. Coronel Pestana de Vasconcelos, que também é Secretário Geral Perpétuo da Sociedade Histórica da Independência, e com a autoridade que lhe dá esse cargo fará uma palestra sobre a família Almada, cuja existência remonta aos primórdios da nacionalidade, e sobre o Palácio nas suas ligações com aquela família e com a Restauração de 1640.

— No domingo, 15 de Maio, às 15 horas, ao *Museu Agrícola e Jardim Colonial*, na Calçada do Galvão, sob a Direcção do seu Director Sr. Eng. José de Orey.

No Museu encontram-se expostos vários exemplares da nossa produção ultramarina e no Jardim poderão admirar-se árvores e plantas dos trópicos que é possível cultivar no clima continental.

— No domingo, 3 de Julho, às 15 horas, à *Basílica da Estrela*, dirigida pelo Sr. Prof. Armando de Lucena, como complemento da série de lições que está dando na sede, sob o tema *Como conhecer os estilos*, e que prosseguirão nas quartas-feiras 6, 13 e 20 de Abril corrente, em que termina com a lição sobre o *Estilo Barroco*.

CONFERÊNCIAS

— Nas quintas-feiras, 28 de Abril e 5 de Maio, pelo Sr. Dr. Luís Chaves, Presidente da Comissão de Contas do Grupo e Director do Museu Etnográfico, que versará o interessante tema:

A Casa: centro de todas as tradições do povo português.

Ambas as prelecções terão início às 21,45 e realizam-se na nossa sala de conferências.

AUDIÇÃO POLIFÓNICA DE MÚSICA SACRA

Na segunda quinzena de Maio, em data a indicar na altura das inscrições, efectuar-se-á na Igreja de S. Domingos, às 22 horas, pela *Polyphonia*, sob a regência do Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, Cantor-Mor daquele agrupamento artístico, uma audição de música sacra da autoria de compositores portugueses que foram mestres de capela na cidade de Lisboa nos séculos XVII, XVIII e XIX.

A inscrição estará aberta na sede, durante as horas de expediente, a partir do dia 1 de Maio, ao preço de 5\$00 por pessoa.

O ingresso no templo será permitido só até às 21,50, iniciando-se a audição às 22 horas, sem qualquer interrupção até final.

À entrada serão distribuídos os programas que a *Polyphonia* gentilmente oferece aos «Amigos de Lisboa».

PASSEIO NO TEJO

No intuito de procurar satisfazer todos os pedidos de inscrição o passeio deste ano será desdobrado em duas séries, realizando-se a primeira da parte da manhã e a segunda da parte da tarde no domingo, 12 de Junho.

1.ª série — Embarque no cais da Ribeira Nova (ao Cais do Sodré), às 9,30. O barco subirá o rio até cerca do Aeroporto Marítimo do Cabo Ruivo, permitindo ver o desenvolvimento das obras em curso na margem e apreciar o panorama da cidade banhada ainda da luminosidade do sol nascente. Depois aproximar-se-á da outra margem passando à vista do Alfeite, Cacilhas, Cova do Vapor e Trafaria. Regresso pelas praias a partir de S. Julião da Barra.

2.ª série — Embarque às 15 horas, no mesmo local e com o mesmo itinerário da manhã.

A inscrição estará aberta na sede, durante as horas do expediente, a partir do dia 1 de Maio, ao preço de 10\$00 por pessoa e por série, até se completar as lotações.

FEIRA DO LIVRO

Também este ano, como nos anteriores, o Grupo terá barraca própria na *Feira do Livro*, que estará patente na Avenida da Liberdade, em fins de Maio e princípios de Junho, onde os senhores sócios terão as facilidades habituais.

CULTURA DO BRASIL

Por especial deferência da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal os nossos consócios que o desejarem poderão assistir às conferências sobre *Cultura do Brasil* que se efectuarão na sede daquela patriótica Sociedade, nos dias 2, 9 e 30 de Abril e 3 de Maio, às 18 horas.

Como de costume nos anos anteriores, a actividade cultural do grupo estará suspensa durante os meses de Agosto e Setembro.

A Bem de Lisboa

O Secretário Geral

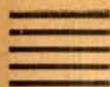
Hugo Raposo

NOVIDADES OLISIPONENSES:

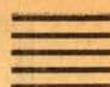
Revista Municipal, n.º 36; preço para os sócios, 9\$00; para o público, 10\$00.

A Cruzada, por José Augusto Oliveira; preço para os sócios, 18\$00; para o público, 20\$00.

Lisboa — Oito séculos de História, 5.º fascículo; preço para os sócios, 18\$00; para o público, 20\$00.



AMIGOS DE LISBOA



EDIÇÕES

	PREÇOS PARA os sócios o público	
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00
Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins	8\$00	10\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
«Olisipo» n.ºs 3/8, 12/14, 16/17, 20/21, 23/24	2\$50	5\$00
«Olisipo» n.ºs 25/46	5\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00

A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	5\$00	6\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	10\$00	12\$50
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo, berço do periodismo português	4\$00	5\$00
--	-------	-------

ANTÓNIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus	8\$00	10\$00
----------------------------------	-------	--------

ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	4\$00	5\$00
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4\$00	5\$00
--	-------	-------

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

JORDÃO DE FREITAS

O Paço Real de Alcântara	9\$00	10\$00
--------------------------------	-------	--------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavalladas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00
--	-------	--------

LUÍS MOITA

Ermida de Santo Amaro	7\$00	8\$00
-----------------------------	-------	-------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo	12\$00	15\$00
-----------------------------	--------	--------

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00
--	-------	-------

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o convento da Graça	5\$00	7\$50
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena monografia de S. Vicente	5\$00	6\$00
--	-------	-------

CONSIGNAÇÕES

ALBERTO CALDERON DINIZ

História de Lisboa	2\$00	2\$50
--------------------------	-------	-------

PREÇOS PARA os sócios o público

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	15\$00	20\$00
-----------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Lisboa nos ex-Libris	9\$00	10\$00
Lisboa na Numismática e na Medalhística	9\$00	10\$00

FERREIRA DE ANDRADE

Do Convento de Nossa Senhora de Jesus	36\$00	40\$00
Relação das casas foreiras	13\$50	15\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
---	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	4\$00	5\$00
Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00

JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
--	-------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A urbanização de Lisboa	12\$00	15\$00
-------------------------------	--------	--------

JULIETA FERRÃO

Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
--------------------	-------	--------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$00
Crítica, correcções e aditamentos	5\$00	6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$50	7\$50

MANUEL ESTEVENS

Livro das marcas de ourives	13\$50	15\$00
-----------------------------------	--------	--------

MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto	6\$00	7\$50
---------------------------------	-------	-------

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Luísa Todí	9\$00	10\$00
------------------	-------	--------

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$00	8\$00
--	-------	-------

ROQUE GAMEIRO

Lisboa Velha	160\$00	180\$00
--------------------	---------	---------

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina	4\$00	5\$00
--	-------	-------

E AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRENSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital realizado 80.000.000\$00
Fundos de Reserva . . . 84.500.000\$00

SEDE EM LISBOA

Dependências urbanas:

Alcântara, Poço do Bispo, Conde Barão, Almirante Reis, Benfica,
Praça do Brasil, Praça do Chile e Praça Duque Saldanha

Filiais e Agências:

Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã, Ponta Delgada, Torres Vedras,
S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Gouveia, Estoril,
Tortozendo, Abrantes, Mangualde, Figueiró dos Vinhos, Olhão
Matozinhos, Moura, Guarda, Montemor-o-Novo.

=== **Todas as operações bancárias** ===

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62137-43128
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

LÂMPADAS

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE

Fabrico nacional



OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL

Fundada em 1928

Director — ÁLVARO PINTO

Preços das assinaturas por ano
com direito aos números especiais:

Portugal	180\$00
Brasil	180 cr.
Col. Portuguesas e Espanha	190\$00
Estrangeiro	10 dól.

R. de S. Felix, 41-1.º-D. — Lisboa
PORTUGAL

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

José Tavares Paulo

Representação em Luanda

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

Edições da "PORTUGALIA"
sobre Lisboa



A CARAVELA E OS CORVOS

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas

30\$00

A NOSSA LISBOA

por *MATOS SEQUEIRA* e *PAS-
TOR DE MACEDO*. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.

40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e
ANTONIO SOARES

Edição portuguesa **17\$00**

Edição francesa **15\$00**

Edição inglesa **15\$00**



A' venda em todas as livrarias

FÁBRICA DE LOIÇA
DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. **FAIANÇAS** TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 **FANTASIA** LISBOA

LOIÇAS DE USO DOMÉSTICO

AZULEJOS

MOSAICOS

LOIÇA SANITÁRIA E

DE GREZ CERÁMICO

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

COIMBRA

R. CARMELITAS, 40 R. DR. M. RODRIGUES, 13
Tel. 2 2033 Tel. 3546

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima,
Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico, Aná-
lises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS

ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.
TEL. 4 9313 — LISBOA

Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º
TEL. (provisório) 5150 — PORTO

COMPANHIA **ALCOBIA**

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de
cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquissetes e voiles suíços
— Carpets de lã —

COMPANHIA **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
— TELEFONE 26441 —

A Companhia Colonial de Navegação

assegura com os seus paquetes
e navios de carga carreiras regulares
para a África Portuguesa, para o
Brasil e para a América do Norte

LISBOA

R. de S. Julião, 63

PORTO

R. Infante D. Henrique, 9

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, preferam a
conhecida Companhia Inglesa

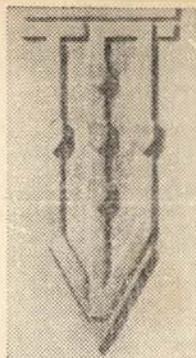
Legal & General

com Sede em PORTUGAL na
Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA
Rua do Alecrim, 38-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »
« Five Crowns »
« Six Grapes »
« Imperial Dry »

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336

Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21227

CASA DOS PANOS

Sortimento completo em panos brancos e de côr e em linhos de todas as larguras

45, Rua dos Fanqueiros, 49 (Esquina da R. de S. Julião)

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

SERVIÇOS ANEXOS { Caixa Nacional de Previdência
Caixa Nacional de Crédito

Telefones (P B X) 26181 a 26189

Depósitos à ordem e a prazo — Empréstimos hipotecários e sobre penhor de títulos — Operações de Transferências e Cobranças — Empréstimos sobre penhor de ouro, jóias e pratas pela Casa de Crédito Popular — Empréstimos Agrícolas e Industriais pela Caixa Nacional de Crédito

Agências e Delegações nas sedes de Concelho
Filiais em todas as sedes de Distrito

Romão & Comp.^ª

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 49

Telefone 28441

LISBOA



Compramos

Livros de bons autores. Grandes e pequenas quantidades.

Livraria Garrett, 36 LISBOA

Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
AMADORA

A' venda nas livrarias O SOFRIMENTO, O AMOR E A MORTE

"O Cristianismo nos seus mistérios"

por ANTÓNIO SERRAS PEREIRA

Professor efectivo de Filosofia dos Liceus

Edição de: José Francisco d'Oliveira

Rua do Amparo, 94, 1.º-E. Telefone 29635

LISBOA

ENTROU NO 101.º

ANO DE EXISTÊNCIA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA
RUA AUGUSTA, 44 — 54